FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS VERNÁCULAS
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

O CONTRA DISCURSO AO DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO NA AMAZÔNIA EM *GALVEZ IMPERADOR DO ACRE* DE MARCIO SOUZA

MELISSA VELANGA MOREIRA

PORTO VELHO – RO

2015

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS VERNÁCULAS
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

O CONTRA DISCURSO AO DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO NA AMAZÔNIA EM *GALVEZ IMPERADOR DO ACRE* DE MARCIO SOUZA

MELISSA VELANGA MOREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, como requisito avaliativo para obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel Nenevé.

PORTO VELHO – RO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

M838c

Moreira, Melissa Velanga

O contra discurso ao desenvolvimento e progresso na Amazônia em Galvez Imperador do Acre de Márcio Souza./Melissa Velanga Moreira. Porto Velho, Rondônia, 2015.
112 f.

Orientador: Dr. Miguel Nenevé

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de Ciências Humanas.

1. Amazônia. 2. Colonização. 3. Descolonização. I. Nenevé, Miguel. II. Título.

CDU: 81'42

Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina T. Girard CRB11/897

DEDICATÓRIA

Dedico esta breve pesquisa, a todo ser-humano que sente que há algo errado no mundo, e busca entender qual é a causa.

Aos que sabem que não há um só caminho para o desenvolvimento e progresso, que todas as culturas possuem saberes e verdades relevantes à humanidade.

A todos os que sentem, mas não sabem explicar, como com tanto conhecimento e tecnologia ainda persistem necessidades humanas básicas. Aos que de certa forma entendem que a história do conhecimento produzida pela diversidade cultural entre povos, pode ser parte de um só quebra-cabeça a serviço da evolução das relações sociais em harmonia com a natureza, embora as ruínas sejam mais divulgadas.

Dedico essa breve pesquisa a todos os que sabem que podemos ser a causa do que queremos experienciar e ver acontecer nesse espaço-tempo em que estamos inseridos, como escritores da nossa própria história. E aos que ainda não acreditam que podemos ser a causa ao invés de somente consequência das produções de realidades, que seja essa breve pesquisa uma pequena pulga interna que incomode a lógica a buscar suas próprias respostas no legado da humanidade: A memória humana guardada por meio do conhecimento descentralizado, dinâmico, enquanto registro de ações e consequências humanas criadoras de realidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a fonte geradora da vida e consciência em toda existência que evolui ao transformar Vida-Energia em Vida-Consciência.

Agradeço meus pais por me trazerem a esse mundo, lindo, estranho, confuso e ao mesmo tempo um circuito rico de possibilidades de transformação e evolução de cada existência. Agradeço minha mãe Carmen Tereza Velanga pela educação humana, ética, sempre com raiz no amor que liberta e virtudes que orientam para as melhores escolhas. Agradeço meu pai Dorosnil Alves Moreira pela educação moral crítica, pela visão social que responsabiliza o ser-humano por sua própria realidade, e por lembrar aos nove anos de idade sobre o risco de tentar obter uma resposta isolada, e acabar por descobrir a roda, que há muito tempo já existe.

Agradeço minha irmã Ludmilla M. Moreira por acompanhar essa busca, com a vontade verdadeira, em compreender e transformar os aspectos da decadência humana, a partir da humildade e ampliação da própria consciência. Agradeço minha companheira por tornar-se um exemplo de autonomia criativa, confiante, que demonstra que temos tudo o que precisamos se, ao invés de reproduzirmos comportamentos pré-determinados, criarmos modelos de relações sustentáveis. Iniciativas criativas motivam o desempenho criativo, individual e coletivo. Agradeço por toda compreensão, motivação, e fraternidade.

Agradeço o orientador Prof. Dr. Miguel Nenevé pela humanidade em cada orientação, compreensão, paciência, confiança, fé, sempre com boa vontade e atenção. Por ajudar a descolonizar a minha mente até então programada pelo sistema operacional de ensino que tende a nos deixar mais rígidos, com a falsa ilusão do conhecimento acadêmico restrito. Por contribuir para a minha descolonização mental, na medida em que mostrou que não é porque alguns professores afirmam que você só pode afirmar algo depois de um pós-doutorado que cada um não possa se manifestar em primeira pessoa. A voz da própria experiência é válida e está livre para ser ouvida. Agradeço a orientação dentro do caminho teórico pós-colonial que mostrou, por meio dos

fatos históricos, como alguns condicionamentos humanos surgiram, de que modo persistem, quais consequências estão visíveis, e quais medidas de solução são possíveis. Agradeço o professor por mostrar a importância da literatura pós-colonial, bem como o seu estudo.

Agradeço o professor Miguel, principalmente, pela humildade e o dom de tornar humilde seu aprendiz, por meio da combinação entre: orientação, liberdade, confiança, coragem, boa vontade e acolhimento. Caráter que mostra que anjos são pessoas que aparecem na vida dos que precisam aprender como caminhar dignamente nesse mundo. Agradeço o anjo Miguel, em especial, por poder aprender a ter mais humildade, e a ter atenção com as palavras dos que já conhecem um caminho.

Agradeço a professora Sônia Sampaio pela confiança e compreensão sobre como muitas vezes somos frágeis diante aos problemas que aparecem independente do trabalho que assumimos. Agradeço pela sensibilidade em perceber que comportamento não define como é a pessoa, diz respeito antes, à fase e desafios dos quais dinamicamente nos percebemos imersos. Agradeço a confiança na minha superação, e a dedicação objetiva, transparente, humana e competente, em cada orientação. Sempre sentida com muita sinceridade, boa vontade, e disposição.

Agradeço o professor Júlio Rocha por mostrar que o mundo exige firmeza e flexibilidade. Agradeço por aprender que se a perversidade é inevitável, resta tornar-se impecável na realização eficiente de cada tarefa. Agradeço a confiança na superação pessoal.

Agradeço a todos que tornaram essa pesquisa possível, aos que geraram motivações, aos que me desmotivaram, a todos os fatores nesse percurso que tornaram claro a fundamental importância da decisão pessoal sobre como se sentir frente aos desafios da vida. De acordo com a sintonia em que nos colocamos, podemos sentir dificuldade na facilidade, facilidade na dificuldade, ou a neutralidade que gera economia de energia para resolver problemas, e criar outras simetrias.

Que podemos fazer, num mundo verdadeiramente brutal, num mundo onde se vê tanta violência e corrupção, onde o dinheiro, e só o dinheiro, tem importância, e onde cada um está pronto a sacrificar os outros para alcançar poder, posição, fama; onde cada um quer e luta por impor-se, preencher-se, ser pessoa importante (...). Que podemos fazer, que pode fazer o ente humano? (KRISNHAMURTI)

MOREIRA, Melissa Velanga. O contra discurso ao desenvolvimento e progresso na Amazônia em *Galvez Imperador do Acre* de Marcio Souza. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Rondônia. Pós-graduação Stricto Sensu em Letras. Mestrado Acadêmico em Letras. 2015, 68p.

RESUMO

Nessa dissertação exploramos a obra do amazonense Márcio Souza, *Galvez o Imperador do Acre* (1976), sob uma perspectiva pós-colonial, uma vez que o texto sugere discussões sobre colonialismo e formas de descolonização. Por colonialismo entendemos a política que exerce controle ou domínio de um território bem como de maneiras de perceber e viver o mundo circundante. Argumentamos que Márcio Souza oferece um contra discurso ao discurso colonizador uma vez que seu texto desestabiliza o discurso oficial do desenvolvimento e progresso. Neste sentido a obra de ficção colabora para descolonizar as formas estreitas do pensar desenvolvimento e progresso na Amazônia. Para esse estudo utilizaremos as contribuições dos estudos pós-coloniais e conceitos teóricos que colaboram para entender a colonialidade do poder, conceituado por Anibal Quijano. Bem como reflexões e conceitos de Frantz Fanon, Edward Said, Ngugi Wa Thiong, Ramon Grosfoguel. Walter Mignolo, Homi Bhabha, entre outros. Enfatizamos que é fundamental entender a construção das características da colonização presentes no discurso do desenvolvimento e progresso. Os resultados da análise literária à luz dos estudos pós-coloniais possibilitam perceber os danos do colonialismo na Amazônia, visíveis por meio de uma revisitação da História. Marcio Souza nos conduz a interrogar por que em pleno século XXI, mesmo com o amplo leque de conhecimentos, registrados na história, somado ao avanço técnico e científico, ainda não conseguimos evitar os efeitos do colonialismo. Os efeitos da colonização da Amazônia ainda são visíveis no século XXI, e como a prática contra discursiva na obra de Márcio Souza pode constituir uma obra pós-colonial que colabora para descolonizar a maneira de pensar progresso e desenvolvimento na Amazônia. Uma pergunta que a obra sugere ao leitor é motivo para reflexão: por que em pleno século XXI ainda não conseguimos evitar os efeitos do colonialismo?

Palavras–Chave: Amazônia. Contra Discurso. Desenvolvimento. Progresso. Descolonização.

MOREIRA, Melissa Velanga. The speech against the development and progress in the Amazon in *Galvez Emperor of Acre* by Marcio Souza. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Rondônia. Pós-graduação Stricto Sensu em Letras. Mestrado Acadêmico em Letras. 2015, 68p.

ABSTRACT

In this dissertation explored the work of the Amazon Márcio Souza, Galvez Emperor of Acre (1976), from a postcolonial perspective, since it suggests discussions about colonialism and forms of decolonization. By colonialism we understand the policy that exercises control or dominion of a territory as well as ways to understand and live the surrounding world. We argue that Márcio Souza offers from speech to speech colonizer once your text destabilizes the official discourse of development and progress. In this sense the work of fiction contributes to decolonize the narrow ways of thinking development and progress in the Amazon. For this study we will use the contributions of post-colonial studies and theoretical concepts that contribute to understand the coloniality of power, conceptualized by Anibal Quijano. As well as ideas and concepts of Frantz Fanon, Edward Said, Ngugi Wa Thiong, Ramon Grosfoguel. Walter Mignolo, Homi Bhabha, among others. We emphasize that it is critical to understand the construction of the colonization of the features present in the development and progress speech. The results of literary analysis in the light of post-colonial studies make it possible to realize the damage of colonialism in the Amazon, visible through a revisitation of history. Marcio Souza leads us to question why in the XXI century, even with the wide range of knowledge, recorded in history, coupled with technical and scientific advances, we still can not avoid the effects of colonialism. The effects of Amazonian colonization are still visible in the twenty-first century, and how the discursive practice against the work of Marcio Souza may constitute a postcolonial work that contributes to decolonize the thinking progress and development in the Amazon. A question that the work suggests the reader is cause for reflection: why in the XXI century we still can not avoid the effects of colonialism?

Keywords: Amazon. Speech against. Development. Progress. Decolonization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

1 AMAZÔNIA: COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO.....6

O autor e a Obra.....10

1.2 CONHECER, DIVIDIR E DOMINAR: Breve contexto histórico da Geopolítica..... 14

1.3 GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA E COLONIALIDADE DO PODER.....20

2 COLONIALIDADE DO SABER.....44

2.1 Relâmpagos de amnésia na América do Sul.....52

3 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: o que é? Para quê serve? Para quem?.....66

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....93

REFERÊNCIAS.....98

INTRODUÇÃO

O discurso é sempre relacionado às suas condições de produção (ROBIN, 1977).

A motivação inicial para esta pesquisa que trata de uma análise da obra literária “Galvez Imperador do Acre” do autor amazonense Márcio Souza, de 1976 se deu a partir de inquietações geradas na reflexão de como a crítica e denúncia da exploração colonial presentes nesta obra ainda permanece atual.

Como habitante das terras amazônicas, percebemos os constantes ciclos exploratórios justificados pelos discursos oficiais que afirmam garantir desenvolvimento e progresso para as regiões exploradas. Paradoxalmente esse discurso parece ter feito sentido, somente, para quem reproduz as tradições desse sistema operacional atual, mental, emocional e produtivamente, sem realmente questionar o sentido de desenvolvimento humano desse progresso.

Nós, habitantes da cidade de Porto Velho (RO), presenciamos nesse Estado, constantes ciclos de exploração, tais como: a) escravidão negra na Amazônia a partir do Pará (1692); b) exploração do ouro no Vale do Guaporé (1730– 790)[1]; c) Primeiro Ciclo da Borracha (1850-1920); d) construção telegráfica (1909-1916); e) Segundo Ciclo da Borracha, relacionada ao desdobramento da segunda guerra mundial; f) colonização agropecuária, com projetos integrados de colonização a partir de 1970; g) atualmente a colonização dos recursos hídricos com o ciclo das usinas do Rio Madeira (a partir de 2007). Com a exploração territorial presenciamos constantes impactos sociais e humanos impulsionados por empreendimentos políticos e econômicos.

Se pensarmos que a função social da Universidade é levantar os problemas da sociedade onde está inserida, para buscar as soluções viáveis para suprir as

[1] A exploração do ouro no Vale do Guaporé ocorreu a partir do escravismo indígena no primeiro processo de colonização da Amazônia rondoniense como os índios Caiapó, Guaicuru e Paiaguá, que foram escravizados ilegalmente e também trabalharam na construção do Real Forte do Príncipe da Beira.

.

necessidades da sociedade da qual faz parte, por que em pleno século XXI ainda não conseguimos transformar a política do lucro em técnica para o acesso coletivo? Garantir os direitos humanos seria logicamente possível se utilizássemos tudo o que a ciência e a tecnologia alcançaram até esse presente século. O que nos salta aos olhos é ver que o lucro com base na escassez não tem resolvido uma incoerência básica no discurso do desenvolvimento e progresso. Os recursos são abundantes, há muitos desperdícios, e mesmo com o avanço técnico-científico, não solucionamos a falta do *acesso* a esses recursos.

Consideramos que a função da memória, como resgate histórico, torna possível evitar a repetição de ações que possivelmente não contribuíram para a resolução das necessidades coletivas. Pensamos que, se conseguirmos entender a nossa "amnésia coletiva", quanto aos condicionamentos ideológicos da história humana, talvez se possa responder: Como facilitar a descolonização das formas estreitas do pensar "desenvolvimento e progresso" em consideração à diversidade humana e às necessidades locais?

Nessa perspectiva, a pesquisa que ora apresentamos sobre "O contra discurso ao Desenvolvimento e Progresso na Amazônia" surgiu a partir dos seguintes questionamentos: *Por que ainda não conseguimos evitar os efeitos do colonialismo em pleno século XXI? Como podemos facilitar a descolonização das formas estreitas do pensar desenvolvimento e progresso em uma sociedade civil híbrida?*

A fim de responder estas perguntas nos apoiamos nos estudos pós-coloniais, para compreender o contra discurso ao "desenvolvimento e progresso" utilizado na obra "Galvez Imperador do Acre" do autor amazonense Márcio Souza, escrita em 1976. Nesta obra identificamos uma rede contra discursiva que desestabiliza a lógica do discurso oficial ao "desenvolvimento e progresso" na Amazônia.

Neste sentido, o *objetivo geral* da pesquisa é compreender por meio dos Estudos Culturais a obra de Marcio Souza (1976), na perspectiva da descolonização. Quanto aos *objetivos específicos* elencamos: a) inferir por meio da análise literária sobre a necessidade de desconstruir conceitos historicamente dominantes na literatura e que povoam o imaginário social; b) descolonizar teorias e práticas de dominação cultural que perpassam a literatura brasileira, trazendo uma nova leitura na perspectiva da descolonização, multiculturalismo e inclusão das vozes dos sujeitos socialmente silenciados.

.

Para esse estudo buscamos o pensamento de alguns estudiosos e seus conceitos teóricos pós-coloniais que ajudam a entender a colonialidade do poder. Dentre eles, Rámon Grosfoguel[2] e Annibal Quijano[3] consideram a colonialidade enquanto a mecânica das relações coloniais para a manutenção da divisão do trabalho em contextos "pós-coloniais". Ramon Grosfoguel demonstra a construção e permanência de uma política global racista-epistêmica-sexista. O racismo nesse conceito é a política, enquanto prática social, que inferioriza grupos a partir de vários marcadores de inferioridade como a religião, modo de produção, cor de pele, etnia, dentre outros.

Entendemos por *colonialismo* um sistema de controle que parte do domínio territorial pela autoridade à forma social de perceber e estar no mundo.

Utilizamos a concepção da relação entre colonizador e colonizado trabalhada por Frantz Fanon[4] , e a concepção de colonização do saber inserida no trabalho de Edward Said[5], enquanto a criação do comportamento mental do indivíduo desprezado e desprezador fundamentada na representação identitária globalizada por meio da literatura. Nesta perspectiva o colonialismo é concebido também como um conjunto de atitudes políticas, econômicas, militares, discursivas, e ao mesmo tempo um sistema de domínio da própria construção do conhecimento que tem gerado socialmente um modo de ver e viver no mundo.

Compartilhamos também a percepção de colonização da mente por Ngugi Wa Thiong[6], enquanto efeitos do colonialismo sobre a cultura, principalmente na substituição da língua materna pela língua do colonizador. Descolonização por

---

[2] Ramón Grosfoguel(Porto Rico, 1956). Tornou-se sociólogo membro do Grupo modernidade/colonialidade (Grupo M/C) na Universidade de Berkelley/ Califórnia.

[3] Aníbal Quijano Obregon (1928. Yamana, província de Yungai, Peru). Tornou-se um sociólogo e cientista político. Diretor do departamento da América Latina e da colonialidade do poder na Universidade Ricardo Palma, em Lima, e professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Binghamton, Nova York, Estados Unidos.

[4] Frantz Omar Fanon (Fort-de-France, Martinica, 20 de julho de 1925 – Bethesda, Maryland, 6 de dezembro de 1961) .Tornou-se psiquiatra e ensaísta francês da Martinica, de ascendência francesa e africana. Descreveu as relações de colonizador-colonizado, e as influências da colonização nas colônias recém-independentes. Esteve situado na luta pela independência da Argélia. Tornou-se referência no século XX nos estudos pós-coloniais com temas da descolonização e da psicopatologia da colonização.

[5] Edward Wadie Said (1 de Novembro de 1935, Jerusalém - Nova Iorque, 25 de Setembro de 2003) dentre outras obras, publicou sua pesquisa sobre a criação da representação de um "Oriente" e "orientais", como verdades universalistas globalizadas, por ações ocidentais que disseminaram a ideia de superioridade do Ocidente frente ao "Outro", como informações inquestionáveis. Denominou essa obra de *Orientalismo*, publicada em 1978 , traduzida em 36 línguas, considerada como um dos textos fundadores dos estudos pós-coloniais,

[6] Ngũgĩ wa Thiong'o (Kamiriithu, Quênia, 1939). Escreveu novelas, peças, contos, ensaios, críticas sociais à literatura infantil, dentre análises sobre as relações coloniais entre brancos e negros.

.

Boaventura Santos[7], como um conjunto de práticas e discursos que desconstrói a narrativa colonial como foi escrita pelo colonizador, e busca apresentar as narrativas escritas do ponto de vista do colonizado; Descolonização da economia a partir de Walter Mignolo[8] para refletirmos sobre a desmercantilização humana. A observação do como descolonizar a resistência trazida por Homi K. Bhabha[9]. Compreensão da ideia de lugar, espaço e território conforme Arturo Escobar[10] e Milton Santos[11]. Prática contra discursiva por Márcio Souza[12]; e Geopolítica da Amazônia por Francisco Matias[13].

Com os estudos pós-coloniais compreendemos que a relevância de uma obra escrita pelo oprimido não ocidental ou não ocidentalizado, amplia e esclarece mecanismos coloniais diversos, bem como a atualização do sistema operacional do domínio do poder globalizado. Por esse motivo escolhemos a obra do amazonense Márcio Souza, escrita em 1976, *Galvez Imperador do Acre.*

Analisamos o contra discurso ao "desenvolvimento e progresso" inserido na obra em pauta para melhor compreendermos a desconstrução das representações políticas-ideológicas da relação entre colonizador e colonizado. Para isso buscamos o sentido de colonização no século XXI, quais foram os seus efeitos recorrentes, o que é a Amazônia e como presenciamos efeitos do colonialismo nesta região, bem como o que é progresso e desenvolvimento e o que esquecemos, enquanto consciência coletiva, que tem permitido os efeitos do colonialismo.

---

[7] Boaventura Santos (Portugal,1940). Foi um dos fundadores da Faculdade de Economia de Coimbra em 1973. Foi licenciado em direito, tornou-se um escritor crítico em prol da liberdade mental de análises sociais, dentre outras abordagens criou o conceito de Epistemologias do Sul.

[8] Walter Mignolo (1941. Argentina). Tornou-se semiólogo. Trabalhou na Universidade de Duke (Estados Unidos) e transformou-se em diretor do Instituto Franflin para estudos interdisciplinares e internacionais. Dentre suas abordagens destacamos: colonialidade do ser, diferença colonial e descolonização da economia.

[9] Homi K. Bhabha (Bombaim, Índia, 1949). Tornou-se teórico crítico. Dentre suas ocupações tornou-se Diretor do Centro de Humanidades da Universidade de Havard. Descreveu formas de colonizar a resistência, com sua abordagem sobre hibridismo, mimetismo, diferença e ambivalência.

[10] Arturo Escobar (Colômbia,1952). Tornou-se antropólogo. Dentre outras ocupações e registros, escreveu Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.

[11] Milton Santos (Brasil, 1926-2001). Formou-se em direito e geografia. Dentre suas abordagens contextualizou o espaço e o território no tempo da globalização e suas implicâncias na urbanização do Terceiro Mundo conforme suas pesquisas sociais, geográficas e políticas.

[12] Márcio Gonçalves Bentes de Souza (Brasil,Manaus.1946). Tornou-se sociólogo, escritor, crítico, roteirista de cinema. Dentre outras atribuições foi presidente da Funarte entre 1995 e 2003. Escreveu diversos livros tendo como palco a Amazônia e as relações coloniais imperialistas, a partir da sua obra *Galvez Imperador do Acre* (1976) – objeto da pesquisa dessa dissertação.

[13] Francisco Matias. (Brasil, Rondônia). Membro do instituto Histórico e Geográfico de Rondônia e da Sociedade Brasileira de Escritores.

.

A pesquisa teve abordagem qualitativa que dá ênfase à análise pós-colonial, e é do tipo pesquisa bibliográfica analítica. A análise partiu da leitura atenta da obra e investigação da realidade atual circundante para buscar um paralelo, diferenças ou semelhanças com o tempo e espaço atuais, buscando entender as relações da obra com o contexto histórico da época e o que ela nos diz ainda hoje, especialmente quanto aos condicionantes ideológicos que provocam a colonização.

Nesta perspectiva, apresentamos, neste trabalho, a análise contra discursiva da obra em pauta da seguinte forma: Na seção 1 demonstramos a construção das características da colonização e descolonização à ideia e exercícios do discurso do desenvolvimento e progresso, em uma leitura pós-colonial possível da dinâmica histórica referente às relações de exploração. Na seção 2 buscamos respostas possíveis para compreender por que em pleno século XXI ainda não conseguimos evitar os efeitos do colonialismo. Na seção 3 analisamos como a prática do contra discurso ao desenvolvimento e progresso na literatura *Galvez Imperador do Acre,* escrita pelo amazonense Márcio Souza, revela já em 1976 os efeitos da colonização na Amazônia.

Esse breve trabalho objetiva exemplificar como a literatura pós-colonial pode contribuir para desobstruir as formas estreitas do pensar progresso e desenvolvimento na Amazônia.

.

1 AMAZÔNIA: COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO

A Amazônia é uma região constituída por um conjunto de ecossistemas que abrange ás áreas correspondentes ao oceano Atlântico às encostas orientais da Cordilheira dos Andes, até aproximadamente 600 m de altitude.

Conforme o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o bioma amazônico tem por função a manutenção de serviços ecológicos, o uso múltiplo dos recursos hídricos, a proteção contra incêndios através da umidade natural, o fornecimento de matérias primas, estimulados pelos serviços naturais do agrupamento de mais da metade da biodiversidade do mundo. E por consequência, um grande potencial para o desenvolvimento da biotecnologia. Nesse sentido, sobre a fundamental importância da Amazônia para todos os países, o *Relatório de Avaliação Científica: O futuro climático da Amazônia* realizado por uma rede Pan-Amazônica constituído por redes nacionais amazônicas (ARBs nacionais) denominada *Articulación Regional Amazônica* (ARA*)*, através da pesquisa de Antônio Donato Nóbre (2014)[14] revelou que:

> A floresta mantém úmido o ar em movimento, o que leva chuvas para áreas continentes adentro, distantes dos oceanos, devido a capacidade inata das árvores de transferir grandes volumes de água do solo para a atmosfera, através da transpiração (...). As árvores emitem substâncias voláteis precursoras de sementes de condensação do vapor d'água, cuja eficiência na nucleação de nuvens resulta em chuvas fartas e benignas (...). Segundo a nova teoria da bomba biótica, a transpiração abundante das árvores, casada com uma condensação fortíssima na formação das nuvens e chuvas – condensação essa maior que aquela nos oceanos contíguos – leva a um rebaixamento da pressão atmosférica sobre a floresta, que suga o ar úmido sobre o oceano para dentro do continente, mantendo as chuvas em quaisquer circunstâncias. A floresta amazônica não somente mantém o ar úmido para si mesmo, mas exporta rios aéreos de vapor que, transportam a água para as chuvas fartas que irrigam regiões distantes no verão hemisférico (...). A atenuação da violência atmosférica tem explicação no efeito dosador, distribuidor e dissipador da energia nos ventos, exercido pelo rugoso dossel florestal, e da aceleração lateral de larga escala dos ventos na baixa atmosfera, promovida pela bomba biótica, o que impede a organização de furacões e similares. A condensação espacialmente uniforme sobre o dossel florestal impede concentração de energia dos ventos em vórtices destrutivos, enquanto o esgotamento de umidade atmosférica pela remoção lateral de cima do oceano priva as tempestades do seu alimento energético (vapor de água) nas regiões oceânicas adjacentes a grandes florestas (p.4-5)

[14] Disponível em: <http://cartamaior.com.br>. Acessado em janeiro de 2015.

.

Esses dados confirmaram que a Amazônia desempenha a técnica natural de proporcionar a equilibração das chuvas e clima no mundo. Em suas áreas protege a região de fatores climáticos anômalos, como furacões, terremotos, secas, enchentes. De acordo com esse relatório quando os climas extremos aconteceram na história terrestre, os extremos foram estabilizados pela técnica autorreguladora dos agentes naturais, no entanto, o tempo para isso acontecer é maior do que a duração de uma vida humana na Terra. Nesse sentido, possivelmente o desequilíbrio na mecânica coesa da natureza por efeitos do “desenvolvimento”, se já compromete as condições de vida em muitas regiões, que já não tem acesso à água potável, por exemplo, pode ter seu impacto ampliado e cada vez mais severo.

Podemos compreender a profunda relevância da Amazônia quando observamos que a diversidade de organismos vivos, encontrada em sua grande maioria nessa região, proporciona a existência de alimentos, água e condições naturais que são essenciais para que haja a vida humana na Terra. Os rios geram nutrientes, e com seus organismos, produzem solos férteis. A água dos rios é imprescindível para a vida humana, uma vez que a porcentagem de água propícia para o consumo humano está nos rios, lagos e lençóis subterrâneos. Nessa perspectiva, a especialização natural em polinização, de diversos animais, como as abelhas, beija-flores, dentre outros, ao transportar o pólen para cada planta e desempenhar a fertilização, proporciona a frutificação. A polinização é fundamental na reprodução alimentar humana, animal, para confecções de roupas, como “parte integrante dos grandes ciclos da natureza e de seus processos de retroalimentação” (HOLDREN, 1997).

Nessa perspectiva, o fruto contém nutrientes fundamentais para a manutenção da vitalidade do corpo humano. Os serviços naturais do reino vegetal também geram oxigênio, purificação do ar, estabilidade climática, sem o qual, dificilmente haveria a possibilidade de o ser humano existir. Assim, percebemos que a natureza é composta por especialistas técnicos naturais. A transformação da matéria orgânica em nutrientes, essenciais à vitalidade do corpo humano, é possível pela especialização dos organismos decompositores. Dessa forma, os serviços ambientais são autorreguladores das condições necessárias e fundamentais para a manutenção da vida humana na superfície terrestre. Esses serviços especializados encontram - se em sua grande maioria nesse palco de lutas de ideais, interesses, apoderamento, e “enriquecimento fácil”. Acontecimentos encontrados nos diversos

.

ciclos de exploração territorial e humana no ir e vir dos povos. No entanto, explorar de maneira ilimitada recursos que são limitados tem gerado uma consequência lógica: escassez.

No relatório acima mencionado, com os constantes ciclos exploratórios na Amazônia, conforme o biogeoquímico Antônio Nóbre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a degradação da Amazônia Brasileira causada pela ocupação humana pode ter atingido 2.018.079 km^2. No Relatório de Avaliação Científica (2014) anteriormente citado consta:

> Dentre mais de 200 países no mundo, somente 13 têm área maior que essa. Nesta contabilidade a degradação de florestas na Amazônia brasileira pode haver chegado a 29,44% da área original que, somada ao desmatamento corte-raso, sugere que até 47,34% da floresta tenha sido impactada diretamente por atividade humana desestabilizadora do clima. Para a Pan-Amazônia, esse impacto agregado da Amazônia brasileira, contabilizando desmatamento e estimando degradação, representa de 26,68% a 29,03%71 sobre a área original de floresta. (p.24)

Por esse motivo, de acordo com NÓBRE (2014) "*a Amazônia já está falhando na regulação do clima natural"*. Essa degradação advinda dos constantes ciclos exploratórios coloniais tem mudado as características estruturais, ecológicas e fisiológicas da floresta. Segundo esses dados do INPE, essas ações exploratórias comprometem as capacidades ambientais. Esse resultado parece estar vinculado à cultura do progresso, enquanto exploração ilimitada de recursos limitados, recorrente desde as primeiras corridas imperialistas do século XVI.

A princípio, a colonização na Amazônia pode ser percebida enquanto relação de exploração humana e ambiental. Essas explorações aconteceram nos denominados ciclos econômicos: escravidão negra na Amazônia a partir do Pará (1692), exploração do ouro no Vale do Guaporé (1730 – 1790), escravismo indígena no primeiro processo de colonização da Amazônia rondoniense, como os *Caiapó, Guaicuru* e *Paiaguá,* que foram escravizados ilegalmente e também trabalharam na construção do Real Forte do Príncipe da Beira, Primeiro Ciclo da Borracha (1850 - 1920), Construção Telegráfica (1909-1916); Segundo Ciclo da Borracha, relacionada ao desdobramento da segunda guerra mundial. Posteriormente a colonização agropecuária, com projetos integrados de colonização a partir de 1970, e agora a colonização dos recursos hídricos com o ciclo das usinas do Rio Madeira (a partir de 2007). Nesse processo o início de um ciclo exploratório não significou, necessariamente, a finalização de outros.

.

Nosso progresso nesse século XXI mostrou que o crescimento da violência contra índios no Brasil ainda é atual. O relatório desenvolvido por pesquisadores do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), por exemplo, demonstrou que a "Violência contra os Povos Indígenas no Brasil" apontou o crescimento de 130% no número de índios assassinados em 2014 por violação aos direitos da comunidade. A mecânica colonial na Amazônia revelou o velho sistema imperialista de gerar lucro com base na escassez, seja de recursos naturais ou recursos humanos. Por exemplo, o modo que o Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) divulgou em seu boletim que em maio de 2015 foi detectado 389 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, teve um aumento de 110% em relação a maio de 2014. Por que isso é relevante?

Quando o meio é afetado, o ser que o habita inevitavelmente sente o impacto. Em nome do empreendimento econômico, esse sistema avançado da atualidade tem a mesma mecânica colonizadora: perseguem, ameaçam e expulsam comunidades, quando o que está em jogo é a troca de benefícios e lucro, e não a garantia aos direitos humanos já estabelecidos por tratados e legislação. Essas relações podem ser analisadas no registro do cientista social Mauricio Torres e Daniela Fernandes (2014) intitulada: "Não tem essa lei no mundo rapaz! ". Assim, percebemos que estamos em um contexto contraditório: O desenvolvimento e o progresso gerou tecnologia suficiente para garantir o acesso, por todas as pessoas, aos recursos necessários para a manutenção da vida humana independentemente de classes sociais, mas a nossa política não.

A Amazônia além de um espaço rico em recursos e especialidades naturais que regularizam as condições necessárias para que haja vida no Planeta Terra, é uma área delimitada por relações de poder. Essas relações de poder que resultam na apropriação territorial que consiste no controle físico, humano e cultural, podem ser percebidas pela duvidosa estratégia colonial do dividir para dominar. É a política estratégica de domínio sobre o território somado ao controle das formas de existir e conceber o mundo que entendemos por colonização.

Por outro lado, concordamos com Boaventura Santos, já citado, sobre a possibilidade de expansão da atuação política coletiva. A descolonização enquanto um conjunto de práticas e discursos que desconstroem a narrativa colonial como foi escrita pelo colonizador, com a apresentação das narrativas escritas do ponto de vista do colonizado, pode revelar outros significados de desenvolvimento e

.

progresso. Bem como estimular a reflexão sobre a própria história, e a busca autônoma pelo apoderamento dos direitos garantidos.

Nessa perspectiva o amazonense Márcio Souza, dentre romances, contos, teatro e ensaios, tem provocado a ampliação do olhar do leitor em relação à compreensão do discurso histórico. É o que demonstramos na próxima unidade desta seção.

1.1 O autor e a Obra

‘ Márcio Souza nasceu em Manaus, Amazonas, em 1946. Aos 14 anos começou escrevendo críticas de cinema para um jornal local e em 1965 deixou Manaus para estudar Ciências Sociais na Universidade de São Paulo.

Seu primeiro romance, “GALVEZ, IMPERADOR DO ACRE”, foi um enorme sucesso de crítica e de vendas, logo se tornando um fenômeno internacional. A seguir, outros romances, ensaios e textos teatrais foram lançados com o mesmo impacto. Romances como “MAD MARIA”, “A ORDEM DO DIA” e “O MUNDO PERDIDO”. Produziu instigantes ensaios, tais como “O EMPATE CONTRA CHICO MENDES”, “FASCÍNIO E REPULSA” e “BREVE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA”. Peças de teatro como “DESSANA, DESSANA”, “A PAIXÃO DE AJURICABA” e “AS FOLIAS DO LÁTEX”.

Roteirista de cinema, dramaturgo e diretor de teatro e ópera, o autor atualmente dirige o TESC-Teatro Experimental do Sesc do Amazonas, grupo teatral que foi pioneiro na luta pela preservação da Amazônia. Márcio Souza participou de muitos encontros internacionais de literatura e foi professor convidado da Universidade da Califórnia, Berkeley, escritor residente nas Universidade de Stanford e Austin, Texas. No momento ele está escrevendo a tetralogia “Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro”, tendo já publicado dois volumes: “LEALDADE” e “DESORDEM”, editados no Brasil pela Editora Record.

Na obra em destaque o autor amazonense utiliza um episodio histórico, a anexação do território do Acre pelo Brasil no final do século XIX e, a partir dai, desenvolve uma narrativa inovadora, revolucionária e contra discursiva, diante das produções literárias nacionais da época ate a atualidade, o que o coloca em plena sintonia com o movimento de renovação da escrita literária latino-americana ocorrida

.

na década de 1970. Fez parte assim, de um conjunto de novos romances históricos surgidos nesses mesmos anos. Dessa vez, por meio do contra discurso enquanto mecanismo que desestabiliza os discursos oficiais sobre as intenções e aplicações políticas, em nome do desenvolvimento e progresso.

A obra “GALVEZ O IMPERADOR DO ACRE” (1976), é um romance narrado por um personagem que assume o papel de turista brasileiro que em Paris encontra um manuscrito referente à conquista do Acre pelo espanhol *Dom Luiz Galvez Rodrigues de Arias*, no contexto do ciclo da borracha na Amazônia (1850-1920). O que torna a obra singular, no entanto, longe de ser um compromisso com a veracidade histórica sobre a conquista do Acre escrito no manuscrito, é o contra discurso que desestabiliza o discurso oficial ao desenvolvimento e progresso, ao representar a experiência política-colonial despida de pudores, ética e moral na colonização da Amazônia.

As memórias de *Galvez* recaem sobre o leitor como o deslumbramento de um diário de viagem de um aventureiro e colonizador que demonstra a política e a vulgaridade como uma coisa só: “Aqui a história se faz nos bordéis, história sagrada, de políticos e ricos de bosta, ninguém lembrará nada”! E quem de fato lembra quem foi *Galvez*? E quem de fato lembra sobre a sua própria história, sem antes, assumir o posicionamento da “Academia de Imitadores”? É nesse tom contra discursivo que a obra aqui analisada apresenta a biografia do ciclo da borracha por meio da exposição de personalidades históricas em frequentes cenas de promiscuidade e hipocrisia. Ambientes onde predominam a malícia, perversidade, o egoísmo, a lascívia, total falta de moralidade nas relações públicas e particulares, entrelaçados em uma dinâmica entre o tempo psicológico e cronológico regido pela vulgarização da seriedade política geralmente encontrada no romance histórico tradicional.

. Conforme Márcio Souza (2013), *Luiz Galvez Rodrigues de Ária* “fazia parte de um dos agentes provocadores que a Espanha espalhou pelo mundo para o *Galvez* real”. O autor esclarece que o *Galvez* real veio da Espanha para a Amazônia no final do século XIX. No contexto do acontecimento da Guerra Espano Americana, da qual resultou a invasão dos americanos à Cuba e às Filipinas, dentre outros motivos foi o que impulsionou os espanhóis a enviarem esses agentes para regiões onde os Estados Unidos tinham interesses econômicos ou políticos, com o objetivo de criar denúncias por meio de um espírito antiamericano. Conforme Márcio Souza (2013):

.

> Provavelmente *Galvez* foi para a Amazônia para criar “um caso” em relação ao Acre porque os americanos tinham assinado um protocolo com um grupo de empresários, com o governo acreano, para ocupar a região onde hoje é o Acre, e transformar em uma espécie de área livre do comércio, transferindo o controle da alfândega por 150 anos, um tipo de trato que era comum fazer na África.

O protocolo tinha sido assinado justamente no período em que *Galvez* esteve em Belém e fez a denúncia. O romance de Márcio Souza, porém, utiliza o contra discurso para desestabilizar as concepções românticas sobre patriotismo, nacionalismo, desenvolvimento, progresso, dentre outros discursos que estabilizam as relações de poder.

A obra conta a história desse espanhol que foge de Buenos Aires por ter sido ameaçado de morte por um latifundiário que descobriu que esse aventureiro desvirginou sua filha. Em fuga, *Galvez* vai ao Brasil, chega à Amazônia e começa a trabalhar em um jornal. Como jornalista, denuncia o complô dos Estados Unidos que visava criar o *Bolívia Sindicate.* Nessa dinâmica vai à Manaus, convence o governador do Amazonas a financiar a tropa revolucionária para conquistar o Acre para o Brasil. No ritmo de revolução e com o discurso de liberdade, desenvolvimento e progresso, o contra discurso desvia as lógicas nacionalistas romantizadas apontando uma realidade vulgar, no entanto política.

Dentre uma rotina de vivências sexuais sem pudores, *Galvez* utiliza o dinheiro e contrata todas as coristas, cantores líricos e artistas arruinados, poetas, boêmios da cidade, e em vez de comprar armas compra *whiskys*, barris de vinho, e segue para o Acre. Transforma o Acre em um Império, mas um Império que passa o tempo todo em coma alcoólico, até ser deposto pela Marinha do Brasil. Uma ficção que se refletirmos, talvez não pareça ser tão ficção assim no contexto político brasileiro atual.

Encontramos nessa narrativa sátira sobre concepções coloniais: o que é ser ou não civilizado, o que é o ser selvagem, do que precisa o homem ser salvo, o que é desenvolvimento e progresso, postura científica e acadêmica, o que torna legítima a postura de superioridade frente ao outro, bem como o contraste desses fatores frente à realidade. Não se trata, pois, de uma narrativa “padronizada”, antes, singular.

Se considerarmos a literatura como produto e produtora de realidades será possível perceber que a divisão ideológica tem justificado a divisão territorial e

.

portanto, entre a humanidade. Por exemplo, conforme o historiador francês Bernard Guenéé[15] expressões como “cristandade” e “latinidade” foram utilizadas para diferenciar as sociedades industrializadas europeias frente às sociedades que utilizavam tecnologias afastadas do modelo capitalista, e industrialista europeu, no Extremo Leste Europeu à Ásia.

Edward Said[16] concorda que a partir dessa diferenciação ideológica, cultural e política, em relação ao modelo de desenvolvimento e modo de produção, surgem os termos “Ocidente” e “Oriente”. O estabelecimento dos sentidos discursivos que justificam uma *cultura europeia avançada* frente ao “outro”, primitivo, bárbaro, selvagem, é disseminada em regiões colonizadas, por meio do discurso oral e escrita. Nessa dinâmica, de acordo com Neide Gondim[17] a partir da busca medieval por um Paraíso, a Amazônia foi inventada “a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (2007, p.9). Nessa dinâmica, marcadores utilizados para inferiorizar grupos durante a corrida imperialista, desde o século XVI, como ideias raciais, morais, culturais, científicas, bem como o próprio uso da filosofia social europeia, também foram utilizados na representação da Amazônia. Dessa forma, o modelo cultural europeu se tornou o centro medidor do grau de civilidade, desenvolvimento e progresso de povos híbridos e singulares.

Para Rámon Grosfoguel[18] esse modelo tornou-se uma política que inferioriza grupos para justificar a superioridade da potência econômica que atua por trás dos

---

[15] Bernard-Marie-Albert Guenée Bernard Guenée foi um historiador francês especializado na Idade Média (nasceu em Rennes e faleceu em 2010 em Paris).

[16] Edward Wadie Said (árabe, nascido em Jerusalém, 1935, falecido em Nova Iorque, 2003) foi um dos mais importantes intelectuais palestinos, crítico literário e ativista da causa palestina. Sua obra considerada uma das mais importantes é *Orientalismo*, publicada em 1978 e traduzida em 36 línguas, que é considerada como um dos textos fundadores dos estudos pós-coloniais. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Edward_Said>.

[17] Neide Gondim é uma das mais destacadas intelectuais de sua geração, nasceu em Manaus e é autora da importante obra “Invenção da Amazônia” (1ª edição de 1994) que retrata a Amazônia do sec. XVI ao XIX, cenário de grande curiosidade e especulação pelo homem europeu. Trata de do processo de construção ideológica de um território, partindo de relatos de fábulas, mitos feitos pelos vários cronistas expedicionários que na região estiveram e pelas quais os pensadores europeus inventaram a América.

[18] “Será que podemos criar uma política anticapitalista radical que vá além da política identitária? Será possível formular um cosmopolitismo crítico que vá além do nacionalismo e do colonialismo? Será que podemos criar conhecimentos que vão além dos fundamentalismos terceiro-mundistas e eurocêntricos? Será que podemos superar a tradicional dicotomia entre economia política e estudos culturais? Será que podemos transpor o reducionismo económico e o culturalismo? ” São indagações

.

processos de colonização. Márcio Souza trabalha com essa dicotomia na relação entre o Global e o Regional, demonstra em sua literatura que a mesma concepção estereotipada do Ocidente avançado e científico frente ao Oriente primitivo e místico, repercute na Amazônia entre o Sul e o Norte. No entanto, para o autor de *Galvez Imperador do Acre,* não há diferença entre universal e específico, porque um carrega o outro, a relação de poder busca dividir para dominar.

Buscaremos entender melhor essas relações de poder travadas dentro de um território. A princípio pelo breve estudo da geopolítica, posteriormente por meio do resgate da memória histórica, sobre essas relações, à luz dos estudos pós-coloniais. Com a intenção de compreendermos como a história oficial determina a colonização mental, interligaremos em cada capítulo dessa breve pesquisa: memória histórica e desestabilização de seus sentidos, por meio da análise do contra discurso ao desenvolvimento e progresso na Amazônia em *Galvez Imperador do Acre* de Márcio Souza.

1.2 CONHECER, DIVIDIR E DOMINAR: Breve contexto histórico da Geopolítica

De acordo com o *site de etimologia Origem Da Palavra* (2015)[19] a palavra geopolítica é um neologismo composto, traduzido pelo professor sueco Rudolf Kjellén (1864 -1922), advindo da união etimológica da raiz grega *geo* (terra) e política advindo da raiz grega *polis* (cidades). Como *geo* advém do *grego antigo Gea,* literalmente: *Terra* “Deusa primogênita” que personifica a Terra na mitologia grega. Na perspectiva etimológica o sentido da palavra aponta para o ato de aliar o controle ou domínio da esfera da natureza pelo homem.

Dentro da ciência política[20] podemos ter uma compreensão básica sobre a busca pelo domínio da natureza e das riquezas humanas em alguns livros escritos

---

como esta que revelam o autor Rámon Grosfoguel em seus estudos sobre economia política e os estudos pós−coloniais. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Disponível em: http://semiedu2013.blogspot.com.br/2013/05/ramon-grosfoguel.html. Acessado em março de 2015.

[19] Disponível em: < http://origemdapalavra.com.br/site>. Acessado em março de 2015.

[20] Teoria , prática, análises das organizações políticas, comportamento político, processos de governo. Estudo das relações políticas por meio da filosofia política, economia política, geopolítica, administração pública, dentre toda complexidade da relação das organizações política. Com

.

por autores geopolíticos considerados clássicos. O almirante norte americano e historiador naval *Alfred T. Mahan (1840-1914),* por exemplo, escreveu inúmeros livros sobre história e estratégia naval. Entre elas, apresentou seus conceitos na obra *The influence of Sea Power upon History* (1890), e teorizou sobre o poder marítimo. Esse livro foi um resultado de uma análise sobre o progresso do poder marítimo de grandes potências, como as batalhas da Inglaterra contra a França e Holanda. Sua tese defendeu que o controle de áreas marítimas, com fins comerciais e militares, é um poder decisivo para a obtenção das vitórias em guerras desde o século XVII. A *Teoria do poder marítimo* disseminou a ideia do "mar como fonte de poder nacional", ter a posse do poder marítimo foi estudado enquanto uma estratégia fundamental para um Estado tornar-se potência mundial.

Nessa perspectiva, conforme Almeida (2008) esse almirante ficou reconhecido como importante influência na política externa e em relação às forças armadas dos EUA no final do séc. XIX e início do século XX. Sua relevância foi marcada por sua defesa pela a aproximação entre os EUA e a Grã Bretanha, somada a ideia de necessidade de controle dos mares para garantir a segurança do Estado. Esse posicionamento, influenciou a aquisição de *glacis defencivos*[21] (Havaí, Filipinas), e colaborou, através da tese do poder marítimo, para que os EUA adquirissem o controle do Canal do Panamá. Os estudos desse estrategista naval norte-americano, pautado na tese de que a posse do poder marítimo é fundamental para um Estado transformar-se em potência mundial, ajudaram os EUA a se transformarem na maior potência marítima do século XX (GONÇALVES, 2012). *Alfred T. Mahan* (1840-1914) não utilizou a palavra e conceito denominado *geopolítica,* mas contribuiu para a construção da geopolítica como área de estudo das ciências políticas. A geopolítica, enquanto um ramo da ciência política objetivou o conhecimento espacial (nesse caso as áreas marítimas) para o controle comercial.

Nessa área do conhecimento percebemos que não houve só o estudo estratégico das áreas marítimas com fins comerciais, mas houve também a busca do conhecimento territorial e aéreo para garantir o domínio de um Estado sobre o outro.

---

influências de Aristóteles, quanto a orientação metodológica para a pesquisa. As ciências políticas foi possivelmente estabilizada como disciplina da modernidade no século XVI, com Nicolau Maquiavel. A ligação da investigação política enquanto relações sociais e jurídicas podem ser encontradas nas obras de David Émile Durkheim, Max Weber; Hans Kelsen, entre outros.

[21] Declive artificial de terra.

.

Em nome da segurança nacional à busca pela transformação de um Estado em superpotência mundial.

Na mesma perspectiva da *geopolítica* enquanto sistematização do conhecimento territorial como estratégia de domínio, *Halford J. Mackinder* (1861-1946) enfatizou o poderio terrestre enquanto geoestratégia para hegemonia mundial. Mackinder (2004) observou no mapa mundi que a maior porcentagem de terras do globo era constituída pela Europa, Ásia e África, e denominou esse conjunto de "ilha mundial". Conforme a sistematização da *Teoria do poder terrestre* construída por Mackinder e sintetizada por Gonçalves (2006) observamos:

> Teoria do Poder Terrestre: Dentro da ilha mundial (Europa, Ásia, África) haveria uma área central básica, a área-pivô que seria uma imensa região central localizada em parte na Europa e em parte na Ásia [...]. No coração da área-pivô existiria a região geoestratégica do planeta, a ***Heartland*** (terra-coração) – que corresponde ao que conhecemos por Europa Oriental[...] A posse/domínio da Heartland é condição básica para a hegemonia mundial[...] (p.34)

De acordo com a geoestratégia de *Halford J. Mackinder* (1861-1946) em suas obras *The Geographical Pivot of History* (1905) e *Democratic Ideals and Reality* (1919): "Quem controla a Heartland domina a área-pivô; Quem controla a área-pivô controla a ilha mundial; Quem controla a ilha mundial domina o mundo". Uma consequência prática, conforme Gonçalves (2006, p.39) foi a influência teórica no pensamento e estratégia soviéticos, ao indicar que a URSS, por exemplo, deveria dominar a *Heartland*, conforme a geoestratégia apresentada em suas obras.

Nesse sentido, percebemos que possivelmente a busca estratégica pelo controle das áreas marítimas e domínio das áreas terrestres esteve ligada à ambição por expansão territorial, ancorada nitidamente nas corridas imperialistas históricas. Assim, o confronto entre forças navais e forças terrestres na Primeira Guerra Mundial contribuiu para busca política pelo poder aéreo, enquanto estratégia aprimorada de domínio. A busca e uso do poder aéreo foram nítidos na Segunda Guerra Mundial e em guerras posteriores. Joseph S. Roucek em *Geopolitcs and Air Power* (1958) esclareceu, conforme Gonçalves (2006) que:

> Em nosso século é o avião militar essa arma [...]. Todos reconhecem que o imenso desenvolvimento do Poder Aéreo modificou o conceito tradicional de Poder Nacional. O emprego de grupos aéreo táticos em cooperação com o Exército e a Armada transformou as condições sobre as quais se exerce o controle do espaço terra-mar. (p.45)

.

Dentre esse seguimento histórico vimos acontecer uma nova configuração do poder estabelecido com o advento da Era Espacial.

O poder nuclear e a busca pelo controle intercontinental levaram a novos estudos geográficos para a obtenção do domínio territorial. Percebemos que com o decorrer do aprimoramento do estudo geográfico, para fins de domínio territorial, seja pelo mar, pelo solo ou pelos céus, o conceito *geopolítico criado* pelo sueco jurista e professor de ciências políticas e teorias do Estado Rudolf Kjellén (1864-1922), fez da *geopolítica "a ciência do estado como organismo geográfico"*[22]. Ciência dividida em três partes: a topolítica (situação geográfica, lage), morfopolítica (território, raum) e a fisiopolítica (domínio/ recursos naturais).

Rudolf Khellén defendeu a necessidade da conquista de novos territórios, pela Alemanha, ao demonstrar que a *heartland* constituía-se no verdadeiro *espaço vital* do Reich. Também *c*riou e foi o editor da Revista de Geopolítica, publicada entre 1924 e 1944, traçou o mundo em zonas continentais de acordo com as regiões de influências:

> Zona de influência alemã: abarcaria a Europa (menos a Rússia), a África e o Oriente Médio [..]. Zona de influência dos EUA: o continente americano[...] Zona de influência da Rússia: a imensa Rússia mais o sul da Ásia, uma saída para o Índico[...] Zona de influência do Japão: Extremo Oriente, Sudeste Asiático e Oceania. (p.40)

Dessa forma, a geopolítica, *enquanto uma proposta de divisão da política como um ramo da ciência do Estado ou ciência política,* tem se revelado na prática imperialista o aprimoramento da estratégia colonial: conhecer para dominar.

No contexto Brasileiro a sistematização geopolítica foi influenciada pela concepção de "Estado orgânico" (1897), formulada pelo Alemão Friedrich Ratzel. Nessa perspectiva, Everardo Backheuser atribuiu ao governo central a necessidade de políticas de ocupação e assentamento humano nas fronteiras para proteger a Nação. Para o autor não era sensato permitir que as áreas de fronteira fossem administradas por autoridades locais, pois para esse teórico político as administrações locais "não expressam nenhuma sensibilidade em relação aos problemas nacionais" (BACK HEUSER, 1926,p.32). De acordo com Sigrid Andersen

[22] Esse conceito pode ser encontrado em um artigo publicado na revista jurídica sueca intitulada *As grandes potências (1905),* e posteriormente no livro *O Estado como forma de vida (1916).*

.

(UFPR)[23], algumas ideias de Beckheuser e do capitão Mário Travassos influenciaram princípios geopolíticos do Brasil. Como exemplo, nos fundamentos de políticas territoriais, programas e ações do governo Vargas, que teve como consequência:

> (1) A criação da faixa de fronteira, uma zona de segurança ao longo das fronteiras do Brasil, considerada área indispensável à Segurança Nacional. Constituía-se numa faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Nessa faixa era vedada a propriedade e aquisição de imóvel por estrangeiros. (2) A criação de territórios federais em áreas de fronteira por questões de defesa da soberania nacional, com controle direto do governo central e do Conselho de Segurança Nacional. O Decreto Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1944, legalizava a medida: o território do Amapá foi desmembrado do Estado do Pará; o território do Rio Branco (hoje Acre) foi desmembrado do estado do Amazonas; o território de Rondônia foi desmembrado do Amazonas e Mato Grosso; o território de Ponta Porã foi desmembrado do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul); e o território do Iguaçu foi desmembrado do Paraná e Santa Catarina. Durante a II Guerra Mundial, por razões estratégicas, o arquipélago de Fernando de Noronha foi desmembrado de Pernambuco e se torna uma zona de proteção militar. A ocupação da fronteira continental sulista e os vazios demográficos internos, através de uma campanha de grande envergadura - chamada Marcha para o Oeste - movida à propaganda, incentivos e distribuição gratuita de terras. Nessa época, colonos da região sul – os gaúchos – eram estimulados a migrarem para o oeste de Santa Catarina e Paraná, ocupando as fronteiras do Brasil com a Argentina e o Paraguai (WACHOWICZ, 1985, p.3-4).

Márcio Souza (2010) lembra que na Amazônia as diferenças sociais e culturais eram muito acentuadas, mas ao contrário de Salvador e Rio de Janeiro, Belém (Capital de Grã Pará) era uma cidade que tinha um perfil cultural bastante moderno. Enquanto no País artistas eram jogados com escravos em valas, a região do Grão Pará sepultava artistas em terras consideradas santas. Isso porque havia um enorme movimento cultural, como a presença e atuação do padre Malachi Martin[24] em Belém, onde tinha uma das mais antigas casas de ópera da América do Sul, e onde viveu também o poeta Tenreiro Aranha[25] que, dentre poemas e peças

---

[23] Socióloga, especialista em Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e em Políticas Públicas Ambientais na América do Sul e Doutora em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade de Aberdeen, Escócia.

[24] Malachi Brendan Martin (23 de julho de 1921 - 27 de julho de 1999) foi um padre católico irlandês e escritor sobre a Igreja Católica. Originalmente ordenado padre jesuíta, se tornou professor de Paleontologia no Pontifício Instituto Bíblico do Vaticano. Desiludido pelas reformas na Igreja e com a Ordem Jesuíta, em 1964, pediu dispensa dos votos religiosos e mudou-se para Nova York. Seus 17 romances e livros de não-ficção foram frequentemente críticos a Igreja Católica, a qual acreditava que havia falhado em agir sobre a profecia supostamente revelada pela Virgem Maria em Fátima. Disponível em:< https://pt.wikipedia.org/wiki/Malachi_Martin>. Acessado em março de 2015.

[25] Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (Vila Barcelos, 1769 — Belém, 1811) foi um escritor brasileiro, nasceu na comarca do Rio Negro, atual Estado do Amazonas, pertencente ao Pará na época. A produção do poeta foi reunida em um volume póstumo *Obras literárias de Bento*

.

encenadas na rua no contexto da ditadura colonial, escreveu alguns atos que prenunciaram a independência do Grão-Pará. Nesse sentido, conforme Souza (2010) com a anexação da Amazônia ao Império do Brasil no século XIX esse fluxo cultural morre, gerando a perda de 40 % da população. Um enorme silêncio cultural no século XIX.

De acordo com Souza (1994), na primeira metade do século XIX, os "programas econômicos voltados para a agroindústria e a manufatura" criaram uma classe de proprietários e comerciantes. De modo que no contexto da Amazônia, a geopolítica também foi estratégia para o domínio territorial. Nessa perspectiva, Márcio Souza, em *Galvez Imperador do Acre,* desconstrói a visão ingênua da geopolítica enquanto o puro conhecimento dos territórios e suas divisões físicas, sociais, políticas e econômicas:

> **GEOPOLÍTICA**
> Eu estava livrando o Acre da tutela boliviana e brasileira, formando um Estado independente, conforme o combinado. (p. 183)

Aqui, a geopolítica aparece nitidamente como conquista territorial justificada pelo discurso político da independência.

Conforme o registro de *Galvez:*

> **OBRIGAÇÕES ACREANAS**
> Por cinquenta mil libras eu tinha de conquistar o Acre do domínio boliviano, declarar o território independente, formar um governo e tentar o reconhecimento internacional. Quando tudo estivesse resolvido, meu governo solicitaria anexação ao Brasil. Minha nacionalidade afastaria qualquer suspeita de participação brasileira. Quanto a forma de governo, eles não se importavam (p.139).

Nessa perspectiva, percebemos a geopolítica enquanto o estudo sobre o espaço geográfico com fins estratégicos de dominação política e imperialista, bem como, a *geopolítica contemporânea* como estratégia do Estado, Nação, Governo, Corporações, Sistemas Financeiros Internacionais, em influenciar as tomadas de decisões dentro dos territórios diversos com fins econômicos. Em síntese o professor Heriberto Cairo (2008)[26] em seu artigo intitulado "*A América Latina nos*

---

de Figueiredo Tenreiro Aranha, publicado em 1850, 39 anos após sua morte, e tendo sua segunda edição em 1899, que inclui: idílios, dramas, oratórios, odes e cantatas em português e na língua geral. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tenreiro_Aranha>. Acessado em março de 2015.

[26] Titular de Ciência Política e de Administração na Faculdade de Ciência Política e Sociologia da Universidad Complutense de Madrid.

.

modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia" esclarece:

> A Geopolítica é uma disciplina nascida na Europa, como tantas outras, mas que tem um viés eurocêntrico ainda maior que outras. Os autores anglo-saxões e alemães que desenharam a representação do espaço mundial dominante ao longo do século XX *pensaram* a América Latina como uma região de importância marginal no mundo, que sempre estava vinculada à área de influência da potência marítima (Mackinder), à pan-região centrada nos Estados Unidos (Haushofer), ou ao mundo livre (Kennan). Em termos gerais, era considerada distante do cenário principal do conflito central do mundo, entre a potência marítima e a potência terrestre, primeiramente, ou entre o mundo *livre* e o mundo *comunista*, depois, e que se desenvolvia fundamentalmente na zona de contato (ou de ruptura) entre as potências mundiais (Europa Oriental Oriente Médio, Sudeste Asiático, Ásia Oriental (s/p)

Nessa perspectiva, percebemos ideologias institucionalizadas ultrapassarem fronteiras. É interessante notar quando uma ideia altera todo um modo de existir, ultrapassando terras, mares, tradições, o próprio tempo e espaço. Afinal, encontramos a *geopolítica* definindo a visão humana também dentro e sobre a Amazônia, mas como isso acontece?

1.3 GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA E COLONIALIDADE DO PODER

Vimos que a *geopolítica* tem se caracterizado como conhecimento geográfico político, enquanto estratégia para o domínio e controle territorial e de riquezas que esse território abrange. Ainda que a geopolítica também contribua para garantir a proteção territorial e soberania de uma nação, uma vez que a ocupação é transformada em posse, percebemos que a *geopolítica* pode ser um mecanismo utilizado para pressionar politicamente, ou exercer influências nas tomadas de decisões territoriais. Muitas vezes em nome da potência imperialista no processo colonial, ou em nome do Estado constituído.

No Brasil, a *geopolítica,* como estratégia de expansão colonial, foi marcada pelos tratados de divisão territorial dentro de cada ciclo exploratório, desencadeados pelos processos de colonização. Na busca por matérias primas para indústrias, bem como na busca por anexação territorial, várias potências econômicas exploraram a Amazônia, como a Inglaterra, França, Alemanha, Holanda e EUA. Nesse processo percebemos que o mercantilismo influenciou a construção de políticas de

.

colonização na Amazônia, das quais a princípio, aspectos geopolíticos influenciaram a formação de Estados através de Tratados negociados entre potências econômicas inseridas nos ciclos exploratórios.

Dentro da Amazônia, na formação do Estado de Rondônia, por exemplo, o *Tratado de Madrid (1750)* firmou o acordo sobre os limites de posses em terras amazônicas entre Portugal e Espanha. Esse Tratado anulou o Tratado de Tordesilhas (1494), e redefiniu as fronteiras entre os dois reinos da América Latina[27], com base na doutrina do Direito Romano *UTI POSSIDETIS POS-FACTO: "*A posse é de quem a utiliza de fato" . Nesse contexto percebemos uma concepção ideológica romana, ultrapassar o continente europeu e se estabelecer na América como base jurídica por meio dos processos de colonização.

Na região em que mais tarde foi denominada América, os habitantes não eram obrigados a pagar pela terra em que habitavam. Ocupavam e não possuíam. Hoje, os habitantes das terras brasileiras precisam dinamizar o sistema monetário para garantir o direito individual e coletivo. A inserção da cultura do colonizador na cultura do colonizado parece acontecer, inclusive, por meio da globalização enquanto estratégia de homogeneização e universalização de valores culturais de desenvolvimento social. Nessa perspectiva, o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) esclarece que:

> A globalização em curso é em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América, e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. (p.117)

Para o autor o contato europeu com a região que compreendemos atualmente por América fez surgir dois mecanismos que estabeleceram um novo padrão de poder mundial. A codificação das diferenças entre colonizador e colonizado, justificada pela ideia de raça, enquanto instituição política que naturaliza e mantém as relações de inferioridade e superioridade. Somada à articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, seus recursos, produtos, em torno do capital e do mercado mundial. A essa engrenagem política Quijano (2005)

[27] Na prática, o rio Guaporé tornou-se um instrumento divisor de posses entre Portugal e Espanha na Amazônia: Na margem direita, as posses ocupadas e sob o controle da Coroa Portuguesa, continuaram a pertencer a Portugal. Por outro lado, na margem esquerda, os territórios ocupados e dominados pela Coroa Espanhola continuaram a pertencer à Espanha. Dentro do território da Espanha ficou o espaço que posteriormente transformou-se no Estado de Rondônia. Já situado no território pertencente à Espanha, integrando o Vice-Reinado do Alto Peru, ficou compreendido a região que formou o Estado do Acre.

.

denominou de *Colonialidade do Poder*, mas como podemos perceber essa construção na história?

De acordo com o sociólogo porto riquenho Ramón Grosfoguel (2012, p.87) no final do século XV na península ibérica começou a se manifestar o discurso que justificava os aspectos da superioridade de acordo com a ideia da "pureza do sangue".

Esse discurso foi direcionado contra as populações mulçumanas e judias durante a conquista colonial por parte da monarquia católica, com o objetivo de destruir o poder político mulçumano na península ibérica. Nesse período, esse território era reconhecido pelo nome "Al – Ándalus". Conforme Grosfoguel (2012), o discurso levou à "limpeza étnica" dentro do território e resultou em um genocídio contra as populações mulçumanas e judias. Esse período discursivo, para o autor, não questionou a humanidade desses indivíduos, mas fez referência à árvore genealógica da população, com ascendência mulçumana e judia, enquanto estratégia da monarquia católica para vigiar "biopoliticamente"[28] os sobreviventes convertidos. Dessa forma, a inferiorização de grupos por meio do discurso político-religioso precedeu o discurso racial pleno: a enunciação que questiona ou nega à humanidade das vítimas, tal como aconteceu nas Américas.

Entendemos com Grosfoguel (2012) que a relação do conhecimento histórico da conquista de Al – Ándalus com a conquista das Américas é fundamental para compreender como foi estabelecido o que Quijano denominou de Colonialidade do Poder, ou seja: O primeiro padrão de poder verdadeiramente global.

Conforme o resgate histórico pós-colonial, Cristóvão Colombo propôs aos reis católicos o plano conhecido por *empresa de las Indias* , no entanto, o projeto desses reis teve por meta unificar todo o território em um só estado, identidade e religião, sob o poder da monarquia católica castelhana. Nesse sentido, a rainha Isabel priorizou a conquista do reino de Granada: último sultanato do território peninsular. Grosfoguel (2012) esclarece:

> La conquista final sobre el poder musulmán en la península ibérica se realizó el 2 de enero de 1492 con la conquista sobre el emirato Nazarí de Granada. El 12 de octubre de 1492, unos diez meses y diez días después, llega Cristóbal Colón a las orillas de las «Indias Occidentales». Esta relación

[28] Ler o artigo de Rámon Grosfoguel: El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? Tabula Rasa. Bogotá - Colômbia, No.16: 79-102, Janeiro-Junho 2012.

.

> entre conquista de Al-Ándalus y conquista de las Américas ha sido poco explorada en la literatura, pero constituye un eje fundamental para entender las mutaciones en los procesos de dominación y sus discursos ocurridas en el siglo XVI. (p.88)

Nessa perspectiva, os métodos militares e de conversão utilizados no século XV, em especial pela monarquia católica, em Al- Ándaluz foram utilizados também no processo de conquista, colonização e dominação na América, a princípio confundida como um território da Índia.

O domínio físico, militar, foi utilizado nas lutas históricas por anexação territorial, poder e supremacia. Com a descoberta das Américas, viajantes como Cristóvão Colombo representaram os nativos como selvagens. Logo, por meio das representações discursivas com o tempo a violência foi justificada e naturalizada.

Nesse sentido, Márcio Souza utiliza o contra discurso em *Galvez Imperador do Acre* e desestabiliza os sentidos históricos oficiais em relação à postura pacífica de um diplomata nacional. Conforme o enredo literário em pauta, *Galvez* conhece e torna-se parceiro político de *Trucco*, o cônsul geral da Bolívia:

> Trucco me levou para conhecer suas armas de fogo. Velhas pistolas arrumadas em estantes de madeira escuras e protegidas por veludos e vidraças. Ele descrevia as armas com carinho, as formas de metal, algumas tacheadas de ouro. Uma coleção que mostrava a sua paixão hispânica pela violência. (p.25)

O contra discurso aos valores imperialistas sugere a naturalização da violência. Soma-se ao domínio físico, a ação de subjugar a humanidade das vítimas, por meio da globalização do discurso do que representam. Legitimado pela autoridade monárquica católica castelhana, em expansão no século XVI.

Com os estudos pós-coloniais percebemos que a conquista das Américas, denominadas por equívoco de Índias Ocidentais, gerou novas formas de descriminação repercutidas no século XVI nos discursos religiosos medievais de inferiorização, na Espanha. A representação dos habitantes das Américas foi disseminada, por meios dos relatos de viagens. Grosfoguel (2012) retoma o registro de Colombo, por exemplo, referente ao dia 12 de outubro de 1492, por meio do qual registra a viagem pelo Atlântico e o seu encontro com o que pensou ser território da Índia:

.

> Ellos andan todos desnudos como su madre los parió.... Y yo creí e creo que aquí vienen de tierra firme a tomarlos por captivos. Ellos deven ser Buenos servidores y de buen ingenio, que veo que muy presto dizen todo lo que les dezía.Y creo que ligeramente se harían cristianos, que me pareçio que ninguna secta tenían» (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 215, apud GROSFOGUEl, 2012).

A ideia de “pueblos sin secta” significa povos sem religião, no entanto, no final do século XV a religião era concebida como a existência universal, da alma, dentro do ser-humano. Nesse contexto, afirmar que um indivíduo não tinha religião era o mesmo que afirmar que esse indivíduo não tinha alma. Assim, condicionado ao reino animal primitivo.

Se considerarmos o racismo enquanto uma política que inferioriza grupos, de acordo com Grosfoguel (2012), foi a partir de 1492 com a conquista das Américas que ocorreu o primeiro discurso racista: racismo religioso. A separação discursiva ideológica entre povos com religião (alma) frente aos povos sem religião (sem alma) naturalizou a escravidão e mortes dos que “não podem ser convertidos” por serem considerados seres primitivos e não humanos. Nesse sentido, na Amazônia a ideia de raça apareceu na medida em que, conforme Boaventura de Souza Santos:

> (...) os humanistas dos séculos XV e XVI chegaram à conclusão de que os selvagens eram subumanos. A questão era: os índios têm alma? Quando o papa Paulo III respondeu afirmativamente em sua bula *Sublimis Deus*, de 1537, fê-lo concebendo a alma dos povos selvagens como um receptáculo vazio, uma *anima nullius*, muito semelhante à *terra nullius*, o conceito de vazio jurídico que justificou a invasão e a ocupação dos territórios indígenas.(p.7)

O discurso racista religioso que inferiorizou grupos considerados sem religião, enquanto povos desprovidos de alma, separou ideologicamente a existência humana como seres humanos (religiosos) de seres não humanos (sem religião). Essa definição repercutiu na Espanha no século XVI. Isso porque, como a igreja católica era a autoridade da época e o latim a língua oficial do seu conhecimento teológico, os escritos cristãos espanhóis do século XVI, nesse caso o de Colombo, circulou rapidamente por toda a Europa.

A retomada histórica desse período feita por Grosfoguel (2012) mostra que até o final do século XV houve discursos “anti-semitas” “islamófobos” ou “judeófobos” enquanto referência à um Deus e teologia equivocados. A humanidade desses indivíduos, no entanto, não foi questionada até colonização da América. O debate teológico dinamizado pela monarquia católica romana sobre ser o “índio”

.

animais ou humanos, repercutiu na Europa e transformou o discurso religioso medieval em discurso de discriminação racial moderna. Conforme Grosfoguel (2012) esse fato histórico foi registrado pelo debate de Bartolomé de Las Casas na escola de Salamanca no século XVI, quando o imperialismo espanhol colocou em julgamento, por meio de um tribunal cristão – teológico, se os “índios” tinham ou não alma.

Nesse contexto, duas pessoas se destacaram na divergência de pensamento: Juan Ginés de Sepúlveda defendeu que os índios não tinham alma e os concebeu como escravos naturais, conforme a identificação com a teoria de Aristóteles. Em contrapartida Bartolomé de Las Casas defendeu a plena humanidade dos índios, garantida por serem filhos de Deus. O julgamento entre esses dois polos de pensamentos resultou em 1552 no juízo da escola de Salamanca: Os índios tem alma, mas precisam ser cristianizados por um domínio paternalista por meio de uma educação e costumes mais civilizados e humanos. Esse julgamento feito pelo Estado imperial espanhol, conforme Grosfoguel (2012), diz respeito ao fato histórico que inaugurou os discursos racistas imperialistas ocidentais, transformados posteriormente em discurso racista biológico e racista cultural, por meio da expansão colonial europeia no mundo.

Nessa dinâmica histórica, no século XVI o discurso racista iniciado no contato do Europeu com as Américas repercutiu contra as populações *moriscas e marranas* no interior da Espanha. Por consequência, surgiu o discurso medieval racista antissemita islamófobo e antissemita judeófobo, por meio do qual foi reproduzido a inferiorização política discursiva às religiões não cristianizadas. Dessa forma, por meio do discurso racial foi estabelecido uma política que mantém relações de superioridade e inferioridade conforme ao que Grosfoguel (2012) sintetizou por “hierarquia religiosa cristã centrica global, e hierarquia étno /racial ocidental centrica global de um novo sistema-mundo” (p.21). Grupos não cristianizados, como judeus, mulçumanos e africanos, passaram a ser inferiorizados como sub-humanos e não humanos, a princípio de acordo com a relação de aproximação ou distanciamento à teologia monárquica católica vigente.

Não Ocidentais e não ocidentalizados foram colocados na condição não humana, sob estereótipos como: selvagens, bárbaros, terroristas (enquanto generalização de um povo) que precisa ser civilizado, salvo e politicamente administrado pela potência econômica em expansão. Percebemos a defesa política

.

da superioridade ocidental frente o “outro”, no registro de Gomes (2013) do discurso feito pelo secretário britânico, dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour em 1917:

> Antes de mais nada, consideremos fatos da questão. Assim que surgem para a história, as nações ocidentais demonstram aquelas capacidades incipientes para o autogovemo [...]tendo méritos próprios. [...] Pode-se olhar para o conjunto da história dos orientais no que é chamado, falando de maneira geral, de Leste, sem nunca encontrar traços de autogoverno. Todos os séculos grandiosos desses países - e eles foram muito grandiosos- foram vividos sob despotismos, sob governos absolutos. Todas as suas grandiosas contribuições para as civilizações - e elas foram grandiosas- foram feitas sob essa forma de governo. Um conquistador sucedia a outro conquistador; uma dominação seguia a outra; mas nunca, em todas as reviravoltas da sina e da fortuna, se viu uma dessas nações, de modo próprio, estabelecer o que, de um ponto de vista ocidental, chamamos de autogoverno. Esse é o fato. Não é uma questão de superioridade ou de inferioridade. Suponho que um verdadeiro sábio oriental diria que o governo funcional que assumimos no Egito e em outros lugares não é uma obra digna de um filósofo - que essa obra é o trabalho sujo, o trabalho inferior, de desempenhar as tarefas necessárias. (p.42)

Arthur James Balfour não se julgou superior, apenas confirmou o fato de ser assim por natureza. Da mesma forma como o desenvolvimento científico foi utilizado para justificar os aspectos da superioridade e inferioridade humana, como veremos posteriormente.

Para Grosfoguel (2012) não-humanos são os não ocidentais e não ocidentalizados, os que não aceitaram ser colonizados mentalmente. Outra categoria utilizada pelo autor refere-se aos aspectos do tornar-se sub-humano. Indica a posição de inferioridade pela condição de ser ocidentalizado, porém não ocidental. Esse posicionamento diz respeito, por exemplo, ao índio que deixou de ser escravo, porém passou à nova forma de trabalho coercitivo denominado encomenda. Nesse contexto, um índio mediador das relações coloniais poderia ter um posicionamento socialmente superior ao de um mestiço, mas por ser “racialmente inferior” (não ocidental), dificilmente ocuparia posições dentro da administração colonial. Nesse sentido, de acordo com Grosfoguel (2012) desde o império espanhol foi articulado a divisão internacional do trabalho por meio da ideia de raça. Essa articulação, conforme esse sociólogo, foi estabilizada por meio da colonização das Américas.

Em relação à disseminação global de estereótipos, a análise de relatos de viagem feita por Neide Gondin (1994) demonstra como as concepções sobre o que é ou não ser civilizado, primitivo, atrasado, desenvolvido, selvagens, necessitados de

.

salvação, e demais categorias que demarcam aspectos da inferioridade, construíram a representação da Amazônia por meio da circulação literária:

> A Amazônia entra no circuito internacional ao servir de tema aos romances de Jules Verne, Conan Doyle e Vicki Baum. Nesse sentido, está presente na tensão oriunda do confronto entre o homem e a natureza, cujos resultados imprevisíveis encaminham questionamentos inquietantes por não resolverem a incompatibilidade da fusão. (p.139)

A soma dos relatos de viagens com a circulação da literatura que demonstra a relação do ocidental ou ocidentalizado com o "outro", singular em sua identidade, reproduziu o discurso da diferença cultural e estabeleceu sentidos de inferioridade regulamentados pelo discurso racial moderno.

Nesse percurso, no século XVIII a ampliação do racionalismo impulsionou a sistematização do conhecimento filosófico- histórico- social – político – técnico à busca pela construção de um novo modelo econômico, jurídico, com pretensões universalistas. Dessa forma, conceitos clássicos foram modernizados, princípios aristotélicos e cartesianos foram disseminados como norteadores da modernidade.

Nesse sentido, o contra discurso em *Galvez Imperador do Acre*, escrito por Márcio Souza, assume a representação do homem cartesiano. Ao se posicionar como o fim do curso do desenvolvimento histórico, social e cultural, e assumir a autoridade de definir o auge do progresso. Dessa forma, por meio do caráter contradiscursivo, Márcio Souza satiriza a relação de superioridade estabelecida pela posse da concepção clássica idealizada, somada à estética rebuscada, frente à realidade vulgar desse desenvolvimento e progresso:

> [...] finalmente o Amazonas chegou em 1922. Não importa, não se fazem mais aventuras como antigamente. Em 1922 do gregoriano calendário, o Amazonas ainda sublimava o latifoliado parnasianismo que deu dores de cabeça à uma Palmeira de Euclides da Cunha. Agora estamos fartos de aventuras exóticas e mesmo de adjetivos clássicos, e é possível dizer que este foi o último aventureiro exótico da planície. Um aventureiro que assistiu às notas de mil-réis acenderem os charutos e confirmou de cabeça o que a lenda requentou. Depois dele, o turismo multinacional (p.13).

A referência ao acontecimento histórico da Semana da Arte Moderna[29] prediz a construção literária que desestabiliza a estética, concepções e relevâncias

[29] A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, no Teatro Municipal, de 11 a 18 de fevereiro, teve como principal propósito renovar, transformar o contexto artístico e cultural urbano, tanto na literatura, quanto nas artes plásticas, na arquitetura e na música. Mudar, subverter uma produção artística, criar uma arte essencialmente brasileira, embora em sintonia com as novas

.

clássicas com pretensões universalistas. O contra discurso ao desenvolvimento faz emergir a complexidade das relações políticas e econômicas com a vulgaridade das fraquezas humanas.

Século XVIII: duas dinâmicas. O iluminismo com a ressignificação do conhecimento enquanto obtenção do poder, e a existência da humanidade nativa posta em julgamento pela ideologia monárquica católica. Surge a base do racismo enquanto princípio distribuidor das relações de trabalho. O discurso racial gerou novas identidades semânticas como índio, selvagem, bárbaros, primitivos, bestas, não humanos, naturalmente inferiores. O contra discurso em *Galvez,* no entanto, desfaz as regularidades da lógica discursiva com pretensões universalistas:

> **JULES VERNE**
> Eu estava com os fundilhos molhados de água e vi que a condição de aventureiro é quase sempre desconfortável (...) ninguém passa mais baixo que o aventureiro. Quem me dera fosse eu Phileas Fogg na calha do rio Amazonas fazendo a volta ao mundo em oitenta seringueiras. (p.87)

O deboche à representação literária da realidade faz emergir uma consagração clássica. Jules Verne foi o escritor francês do clássico intitulado *A volta ao mundo em 80 dias (*1873). O romance conta a estória do inglês milionário Phileas Fogg, homem da alta sociedade de Londres e membro do *reforme clube*, desafiado por esse grupo a dar a volta ao mundo em 80 dias. Uma aposta de *Fogg* para provar sua própria afirmação em relação a essa possibilidade.

O contra discurso à representação da aventura de *Jules Verne,* no entanto, demonstra que uma aventura real não conta com condições que supram sempre às necessidades do aventureiro. O inglês sistemático Phileas Fogg conta sempre com a comodidade que o dinheiro proporciona no que conhecemos por mundo moderno, *Galvez* no entanto, mostra que em uma aventura real, mesmo com dinheiro, nem sempre é possível garantir o conforto.

Ressaltamos que no trajeto de *Fogg*, embora haja certa verossimilhança em relação à descrição do itinerário da viagem, a representação da diversidade cultural e identitária são firmadas nos estereótipos já em movimento no século XVI: Índios sanguinários sem causa, selvagens, bárbaros, em meio aos territórios constitutivos do Oriente representados como atrasados ou primitivos. A aventura do clássico relata contratempos por meio de ataque de piratas, por exemplo, no entanto, o

---

tendências europeias, essa era basicamente a intenção dos modernistas. Texto informado em: < http://www.infoescola.com/artes/semana-de-arte-moderna>. Acessado em abril de 2015.

.

contra discurso à pretensão da conquista sugere que os contratempos da vida podem ser naturalmente mais óbvios e incontroláveis:

> **PHILEAS FOGG**
> Eu não tinha medo de feras e sabia que situações mirabolantes também eram dados do real. Robinson Crusoe. A brevidade da vida era pior do que o ataque de piratas. (p.87)

Galvez faz referência à postura audaciosa de *Fogg* e sua sistemática atenção com os dados enquanto estratégia de controle em relação aos próprios passos. O sentido da coragem na postura séria do inglês Fhileas Fogg foi representado pela persistência disciplinada, como indicativos que sugerem que movimentos previamente calculados e sistematizados tem por consequência o alcance do objetivo pessoal, por mais complexo que seja. O contra discurso em *Galvez,* no entanto, gera deslize do sentido da coragem relacionada à conquista de um interesse, e a reposiciona enquanto postura firme e realista diante à presença dos riscos naturais e imprevisíveis na brevidade da vida. Considerar essas possibilidades como "também dados do real" pode indicar que a precisão infalível do olhar europeu de conquista, nem sempre é plenamente concreta e coerente frente à experiência com a singularidade e sua forma de representa-la.

Percebemos essa evidência ao lembrarmos que a região reconhecida atualmente por Américas foi considerada região pertencente às Índias, e por isso na época denominada Índias Ocidentais. Em decorrência, os nativos foram denominados índios e tiveram sua diversidade cultural reduzida ao estabelecimento de uma só representação identitária: índios.

Em pleno século XXI é fácil perceber a homogeneização cultural no imaginário ocidentalizado. A reação do contato europeu com os habitantes das Américas possivelmente foi influenciada pela internacionalização do debate e julgamento da monarquia católica para definir se os índios tinham alma ou não. Depois desse julgamento ocorrido no século XVI os nativos foram reconhecidos seres com almas, portanto humanos, mas primitivos. Nesse contexto justificou-se a fundamental responsabilidade da Igreja em salvar (cristianizar), e do Estado, em sua função paternalista, civilizar e administrar politicamente. Essa postura colonial de superioridade é ironizada em *Galvez Imperador do Acre:*

> **GULLIVER**
> Um aventureiro prudente vale por dois. Senti um frio quando descobri que eram selvagens [...] vi umas dez ubás lotadas de índios exageradamente

.

> felizes com padres e freiras [...] Arrumaram os religiosos numa elevação de areia e vi que algumas freiras choravam(...)o bispo não se mexeu e logo se ajoelhou numa oração de mártir resignado(...) selvagens estavam entrando e saindo da mata [...] Levaram quase o dia inteiro arrumando as grelhas e preparando fogueiras (p.88).

A intertextualidade com *As viagens de Gulliver* (1726) escrito pelo irlandês Jonathan Swift (1667-1745) reforça a crítica política, social e econômica frente ao comportamento humano corrupto e perverso da sociedade da Inglaterra no contexto da expansão marítima. O autor utiliza aspectos do contexto político do qual faz parte, por meio da sátira às ideologias e engrenagens das organizações nacionais do século 17, quando o poder real passou do absolutismo para uma monarquia constitucional.

Gulliver relata seu encontro com mundos habitados por seres diferentes da Inglaterra, representados por alguns aspectos reproduzidos na mensagem contradiscursiva de *Galvez:* a relação entre superioridade e inferioridade, senso comum e perversidade, sujeito humano e não humano, racional e selvagem. O contra discurso em *Galvez* assume a reprodução da representação do caráter selvagem do nativo enquanto identidade fixa, ao mesmo tempo em que confessa sua própria perversidade:

> Mais uma vez sou obrigado a intervir na narrativa. Em 1898 já não havia índios nas margens do baixo Amazonas. E desde o século XVIII não se tinha notícias de antropofagia na região (...) nosso herói, evidentemente, procurou dar um melhor colorido para os dias medíocres que passou em Santarém [...] (p.89)

O contra discurso ao momento histórico antropofágico na Amazônia, vinculado à personalidade de *Gulliver,* ironiza a representação ocidentalizada de selvagens frente à própria violência da monarquia católica humanista. Posteriormente demonstra como a representação sensacionalista do outro atende às intensões pessoais daquele que profere o discurso das diferenças. Ao representar os aspectos da inferioridade eleva a própria imagem identitária frente ao outro.

O contato de *Galvez* com a Amazônia é representado pelo contra discurso à função religiosa desde o início. O aventureiro ao subir o rio Amazonas encontra um navio pequeno com o que denominou de *carga santa*: imagens de santos na proporção humana, caixotes com terços de âmbar, crucifixos e medalhinhas de latão, paramentos de missa, dentre a descrição de outros produtos dos quais o autor faz uma sátira à função religiosa católica:

.

> **VISÃO**
>
> Sentei e admirei a sagacidade comercial de quem quer que fosse o proprietário daquelas mercadorias. O comércio religioso seria certamente o mais rendoso naquela terra. Todos eram aparentemente católicos. Qualquer coronel de barranco ficaria orgulhoso em possuir uma capela no seringal, com imagens de gesso e paramentos completos. E entre os produtos de seu armazém, não deixaria de incluir os itens devotos para o exercício espiritual de seus empregados. Encontrei também um vinho e goiabada. (p.79).

Márcio Souza em *Galvez,* assim como Jonathan Swift em *Gulliver* , utiliza a sátira para criticar os vícios, valores, corrupção e hipocrisia humana.

Galvez, ameaçado de morte, foge para o Amazonas. Ao encontrar a carga de produtos católicos utiliza o contra discurso à função religiosa, e contrapõe a seriedade da representação católica à sua vulgar experiência.

> **ROMA**
> Devia ter umas duzentas imagens de Santo Antônio só naquela caixa. E vendo um paramento me lembrei do bispo de Palermo. Eu estava em Roma em 1889, para onde os zelos da diplomacia espanhola tinha me transferido [...] conheci Bianca Donatelli, princesa toscana[...] amante de um bispo. Isto antes de nos encontrarmos(...) Deixei Bianca para ouvir do embaixador que o bispo não admitia que um funcionário subalterno lhe colocasse cornos na testa que o próprio papa havia abençoado. Fui transferido para Paris como terceiro secretário (p.80).

Aqui inicia uma série de acontecimentos referentes ao contato do aventureiro com uma equipe missionária na Amazônia.

O contra discurso ao catolicismo ocorre por meio de deboches ao discurso religioso frente sua incoerência prática. Nessa perspectiva, o contra discurso relaciona sentidos aparentemente opostos: *Piedade* é vinculada ao fervor *profissional; novena* é representada pela ação de uma freira, sem vocação, em direção aos encontros passionais e sexuais com *Galvez; Êxodo* é representado como referência à expulsão de *Galvez* por ter “parte com Satanás e ter induzido à luxúria uma noiva de Cristo” (p.84). Uma dinâmica contradiscursiva que recai sobre o abandono desse *Galvez às avessas*, numa praia do rio Amazonas, em um novo ciclo de experiências considerado como o início de sua aventura.

Na intersecção histórica com a ficção construída pelo amazonense Márcio Souza percebemos a construção de algumas características da colonização: a estratégia do domínio militar, controle da subjetividade humana por meio do catolicismo, já exercidos nos processos de colonização antes do século XV; a construção do discurso racial, a partir da conquista das Américas por meio do discurso de selvagens à serem “salvos” e civilizados, legitimado pela monarquia

.

católica castelhana no século XVI; a vinculação das “raças” dominadas ao trabalho não assalariado, com o reposicionamento do escravo (índio, negro, mestiço) ao trabalho servil, por exemplo. Percebemos a presença do racismo como política que normaliza e disciplina o controle biopolítico das populações dominadas. Esse controle se apropria dos espaços das Américas, e impõe aos seus habitantes a política territorialista sustentada pela ideia de propriedade.

Na Amazônia, o distanciamento da cultura nativa em relação à cultura de seus exploradores colaborou para a colonização justificada por meio da violência, escravidão, exploração, submissão, e legitimação da inferioridade com o discurso racial. Nesse sentido, a ausência de um sistema jurídico conforme o “racionalismo iluminista” reforçou a estabilização dos aspectos da inferioridade humana. O transbordo da ideia de propriedade, somada às estratégias de conhecimento geográfico para a apropriação da terra, culminou em várias lutas territorialistas entre potências econômicas. Assim, o curso tradicional do colonialismo gerou a divisão territorial e desencadeou a construção da geopolítica na Amazônia. Nesse contexto, a distribuição territorial política e econômica foi estabelecida por meio de acordos e Tratados.

O Tratado entre Portugal e Espanha visou à apropriação de espaços dentro da Amazônia. Foi feito sob o nome do *Tratado de El Pardo (1761),* entre os reis Dom José I (Portugal) e D.Carlos III (Espanha), a consolidação do objetivo de anular o Tratado de Madrid e redefinir as fronteiras de ambos os reinos. A Coroa Portuguesa enviou a terceira Comissão Demarcadora de Limites na Amazônia sob o comando do chefe Ricardo Franco de Almeida Serra. Nesse contexto, foi iniciada a construção do Real Forte do Príncipe da Beira, na margem direita do rio Guaporé, dentro da capitania de Cuiabá e Mato Grosso.

Em 1777 mais uma vez Portugal e Espanha redefiniram a extensão dos seus territórios dentro da Amazônia através do *Tratado de Idelfonso.* Com esse acordo diplomático foi restabelecido os termos do Tratado de Madrid, assim os limites territoriais da Espanha e Portugal foram definidos entre os rios Madeira e Javari. A Coroa Portuguesa nomeou o Sargento Ricardo Franco de Almeida Serra para liderar a Comissão de limites na Amazônia. Esse acordo diplomático ficou conhecido como *Paz de Idelfonso,* devido ao aparente fim dos conflitos por posses amazônicas. Por esse motivo, a Coroa Portuguesa, representada pela D. Maria I, cortou recursos para a finalização da construção do Forte Príncipe da Beira.

.

Outros Tratados continuaram a definir a apropriação de espaços da Amazônia. O *Tratado de Ayahacucho* entre Brasil e Bolívia em 1867 aconteceu no contexto da Guerra do Paraguai (1865-1870), e por interesses econômicos no cenário do Primeiro Ciclo da Borracha. Nesse Tratado, o Acre foi definido como pertencente à Bolívia, os brasileiros foram expulsos da região do Acre, e o governo brasileiro autorizou a Bolívia a construir uma ferrovia ligando os rios Madeira e Mamoré. Com início na altura da cachoeira de Santo Antônio no rio Madeira, na época província de Mato Grosso, e término na altura da cachoeira Guajará-Mírim, fronteira do Brasil com a Bolívia.

Nessa perspectiva, Márcio Souza apresenta o contra discurso dos jogos de interesses camuflados pela representação da preocupação dos representantes políticos com as necessidades sociais:

> **CALAFRIOS IMPERIALISTAS**
>
> (...) Era Michael Kennedy, cônsul-geral dos Estados Unidos em Belém. Um típico funcionário americano cuja maior especialidade era provocar arrepios. Arrepiava as mocinhas casadoiras com sua disponível solteirice e seu rosto de irlandês católico. Arrepiava os comerciantes e políticos pelos conchavos e promessas e arrepiava os nacionalistas pelas constantes ameaças que o seu País costumava fazer contra a integridade da Amazônia (...) sempre me pareceu transitar em Belém como um cirurgião transitaria pelas entranhas de seu paciente (...) foi dizendo que a Bolívia começava a negociar com os Estados Unidos a solução dos problemas do Acre. Foi a primeira vez que tive minha atenção despertada para o caso do Acre, já que todos sabiam que os americanos não se interessavam por bobagens. Cira estava arrepiada e o seu caso me pareceu um provável nacionalismo (p.29)

Devido a inúmeras revoltas na região do Acre, em relação aos habitantes que viviam e trabalhavam e foram obrigados a deixar seus espaços e modos de vida sob a imposição política, em 1903 foi feito o *Tratado de La Paz* (Brasil-Bolívia). Com a revolta por aqueles que operavam a economia da borracha no Acre sob a chefia de Plácido de Castro, a Bolívia reconheceu a posse do Acre pelos pioneiros brasileiros.

Nesse contexto o Acre considerado boliviano esteve ocupado militarmente por tropas tanto da Bolívia quanto do Brasil. Plácido de Castro lutou contra o governo da Bolívia e a aprovação em 1901 do parlamento transandino da concessão da exploração do território ao *Bolivian Syndicate of New York City*[30] que implantava na América do Sul o sistema de *chartered companies*, *utilizado* pelas potências

[30] Empresa subsidiária da United States Rubber Company, era dirigido por um filho do Presidente (norte-americano) Theodore Roosevelt. Seu envolvimento no contexto regional amazônico resultou na secessão acreana.

.

imperialistas na exploração econômica da África e da Ásia. Essa política já havia resultado na violação da soberania brasileira (1899), momento em que sem autorização governamental, essa unidade penetrou o rio Amazonas, deslocando-se até Iquitos.

O que estava por trás desse ato era a articulação do acordo entre Bolívia e Estados Unidos para exploração do Acre por capitalistas estadunidenses (MONIZ BANDEIRA, 2000:150-151). *Luiz Galvez* divulgou o acordo entre os dois Países. Na obra de Márcio Souza, o contra discurso informativo do espanhol Galvez, alia o fato histórico e desloca os sentidos da causa do acontecimento:

> Eu não gostava de americanos; era o único sentimento que podia oferecer naquele momento. Eu sabia que os americanos, em nome da humanidade, estavam se aproveitando do desespero espanhol em Cuba. Eu sabia que o exército espanhol também estava agindo de maneira suja. Havia campos de concentração, tortura, assassinatos, já tinha morrido muito nacionalista cubano nas mãos dos carrascos espanhóis. Os americanos, interessados no açúcar cubano, chegaram com suas tropas de desordeiros e trucidaram os soldados espanhóis em retirada pela costa de San Tiago de Cuba. O mesmo estavam fazendo nas Filipinas. Os americanos se consideravam os novos cavaleiros andantes e tinham dinheiro. Eu faria tudo para atravessar na frente deles [...]! Quantas libras esterlinas temos nisso? (p.46).

Frantz Fanon (2008) explica que “o colonizado sonha sempre em se instalar no lugar do colono” (p.39). Essa instalação, enquanto uma substituição de relações de poder proporciona o apoderamento da posição política máxima de dominação. A soma da satisfação pessoal com a segurança prévia, em relação ao mundo hostil da manutenção dos aspectos da inferioridade.

No curso dessas disputas a busca dos domínios territoriais da região conhecida por Acre, em 17 de novembro de 1903 repercutiu no *Tratado de Petrópolis* entre o Brasil e a Bolívia. Esse Tratado buscou definir o objetivo jurídico e político. Posteriormente houve guerras no Acre entre tropas brasileiras e peruanas, porém, sob a influência do chanceler Barão do Rio Branco, em 12 de setembro de 1909, com o *Tratado do Rio de Janeiro* (Brasil/Peru) o Acre passou a pertencer integralmente ao Brasil, do vale do Acre ao Juruá. O que não ocorreu anteriormente.

A transformação ideológica do *espaço vital* para *território a ser possuído* fez emergir cada vez mais forte as relações de poder internacionais dentro dos limites das Américas. Nesse sentido, o *Tratado de Washington* (Brasil-EUA) em agosto de 1942 levou o Brasil a aderir os esforços de guerra dos Aliados contra o Eixo. ao mesmo tempo em que transformou a Amazônia em Zona de Guerra onde foi travada

.

a batalha da borracha, contexto no qual a crítica literária *Galvez Imperador do Acre (1976)* absorve e gera deslizes do sentido de desenvolvimento e progresso na Amazônia.

Nessa perspectiva, a região onde hoje está situado o Estado de Rondônia foi o centro da produção da borracha nativa. Esse espaço recebeu grandes contingentes migratórios, principalmente do Estado do Ceará. Novos imigrantes foram chamados de Soldados da Borracha e Arigós , considerados desbravadores e formadores da mão de obra seringueira que executou a economia gomífera e operou o Segundo Ciclo da Borracha .

Márcio Souza em *Galvez* apresenta um contra discurso à história social que faz emergir outros aspectos da colonização:

> **História Social:**
> Em determinado momento, os compradores da borracha chegaram a confundir a palavra "nativa" com "impura". E os compradores ingleses e americanos, preocupados com a "pureza" do produto, sonharam em controlar as fontes "nativas". (p.51)

O termo *nativo* faz referência tanto ao nascimento em um lugar específico, quanto à ideia de raça. Percebemos uma ironia fina aos ingleses sempre "bem intencionados" em salvar e civilizar, os selvagens, bárbaros, bestas, primitivos, impuros. O contra discurso desliza o sentido das intenções dos compradores ingleses: Do controle das fontes dos recursos naturais ao controle das fontes consideradas impuras - controle dos nativos. O que foi a escravidão se não o controle do produto e do produtor?

A preocupação em controlar o que é "impuro" para garantir a sua "pureza" nos remete à relação de poder do século XIX no contexto denominado neocolonialismo. Nesse período, a cultura europeia, apoiada no darwinismo, justificou a superioridade do homem branco e diferenciou "nações desenvolvidas" das "nações subdesenvolvidas". A expansão imperialista foi estimulada pelo contexto econômico vigente. Na Amazônia, conforme Matias (2014):

> Para dar suporte ao mercantilismo, a Coroa portuguesa autorizou o funcionamento de navegações e colonização, como a **Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas**, pertencente ao megaempresário brasileiro Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, e duas outras: a Companhia Fluvial do Pará e a Companhia Fluvial do Alto Amazonas. Após a abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira essas três empresas foram adquiridas pela Amazon Steam Navegation Company, da Inglaterra,

.

> que monopolizou o sistema de transportes e colonização, e os mercados produtores regionais (Grifo nosso).

Essa ação ocorreu no Primeiro Ciclo da Borracha cujo auge, estimulado por esse fortalecimento do mercantilismo, ocorreu a partir de 1870, e seu declínio em meados de 1920.

A estabilização do modo de produção capitalista levou países industrializados à busca por matérias primas no século XIX e XX. Dessa forma, a corrida imperialista dinamizou a ação do conhecer para dominar. A divisão do domínio político-geográfico adquirido impulsionou o desenvolvimento da geopolítica. Assim, ao conhecer e dominar, a cultura do colonizador passou a orientar a cultura do colonizado. No Brasil não foi diferente.

O pensamento geopolítico de teóricos como Beckheuser e do capitão Mário Travassos[31], influenciaram a construção de políticas públicas desempenhadas no governo de Getúlio Vargas, por exemplo.

De acordo com a geógrafa brasileira Bertha Koiffmann Becker *(1930-2013)* depois da Segunda Guerra Mundial a disciplina universitária de geopolítica foi discriminada no Brasil. No contexto brasileiro de 1938, no entanto, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como um mecanismo para obter o conhecimento territorial, controlar suas fronteiras, para fortalecer o território brasileiro e garantir a segurança nacional.

Nesse sentido, o contra discurso em *Galvez* sugere que não há distância que impeça a presença das potências econômicas:

> [...] É incrível como faz frio numa chuva Amazônica [...]. Um vapor vogava próximo à praia. Trazia uma bandeira inglesa e mal acreditamos (p.93).

A soma do conjunto das lutas internacionais pela apropriação territorial e ideológica estabilizou as divisões territoriais por meio da dinâmica política-econômica colonial. Assim, a estabilização das relações de poder também definiu a

[31] Os primeiros livros de geopolítica ciência, geopolítica teoria, surgiram, no Brasil, na década de 1930. Os autores, o capitão do Exército Mario Travassos e o professor acadêmico Everardo Backheuser. Na sua análise geopolítica, Mario Travassos destaca os dois grandes antagonismos geográficos de nosso subcontinente - do Atlântico e do Pacífico [...]. O pensamento de Backheuser, expresso no seu excelente estudo sobre política de fronteiras, largamente difundido em artigos de jornais e revistas desde a década de 1930 e condensado no seu livro Geopolítica geral do Brasil, teve grande influência no estabelecimento pelo governo de uma nova política de fronteiras e na criação dos territórios nas regiões mais críticas. Disponível em:< http://www.cepen.org/web1/index.php/37-portal-cepen/pensamento-geopolitico/383-geopolitica-e-modernidade-6>. Acessado em abril de 2015.

.

construção da Geopolítica Amazônica. A dinâmica entre domínios assegurados juridicamente, com a busca pela soberania reconfigurou a Amazônia em divisões políticas-geográficas conforme a estabilização da relação de poder econômico territorial.

Nesse sentido, conforme o professor Francisco Matias (2014), do *instituto Histórico e Geográfico de Rondônia e da Sociedade Brasileira de Escritores*, a Amazônia em sua geopolítica está dividida em três, cada uma delas denominada Megarregião. A Megarregião Norte, conhecida por Amazônia brasileira, integra a Amazônia Continental ou Amazônia internacional, e forma a grande Bacia Amazônica. Origina-se na Cordilheira dos Andes e se estende até o Oceano Atlântico. O contexto geopolítico dessa Amazônia Internacional envolve os Países: Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Brasil.

A geopolítica amazônica também é constituída pela demarcação denominada Amazônia Europeia ou Europa Equatorial. Integrada pelas guianas: Suriname, antiga Guiana Holandesa, Guiana, ex Guiana Inglesa, e Guiana Francesa, que funciona como departamento ultramarino (coletividade territorial integrada à República francesa a mesmo título que os departamentos metropolitanos) à França. Assim, a Amazônia pertence além do Brasil, às relações políticas que às vincularam aos outros Países sul americanos, integrantes da Amazônia Andina, ou Amazônia Hispânica, e às três Guianas. No Brasil o seu legado Amazônico está diretamente vinculado às conquistas portuguesas e, mais recentemente, aos avanços de suas fronteiras sobre terras bolivianas, peruanas e das três Guianas, ocorridos no final do século XIX.

No contexto Amazônico, segundo o IBGE (2010), o Brasil detém maior porção territorial amazônica, com 47, 92% do espaço físico que a constitui. Em sua porção territorial brasileira a Amazônia integra-se à Megarregião Norte, ou Amazônia brasileira, que se constitui por sete estados: Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Tocantins, Rondônia e Acre.

A região amazônica, conforme Matias (2014) penetra em 61% do território nacional brasileiro, estendendo-se ao Nordeste (Maranhão) e ao Centro-Oeste (Mato Grosso e uma parcela de Goiás), formado o que se convencionou chamar de Amazônia Legal. Termo que revela a posse, pois ao mesmo tempo em que a Amazônia *ocupa* mais da metade do território brasileiro, *não possui* essa mesma

.

metade. Assim, a posse de terras tem sido o fruto das relações políticas, coloniais e econômicas entre estados.

Como decorrência da divisão do mundo em dois (Oriente e Ocidente) a divisão geopolítica da Megarregião Norte da Amazônia também recebeu esse sectarismo ideológico. Essa Megarregião Norte é constituída por sete estados, ou unidades federadas, UF, formadas por 449 municípios, e está dividida geopoliticamente em duas Mesorregiões: Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental.

A Amazônia Oriental é constituída pelos estados que se localizam no Delta Amazônico, Amapá, Pará e Tocantins. Já a Amazônia Ocidental é constituída pelos estados que ficam no vale Amazônico, ou no interior da Amazônia: Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima. Neste contexto, o estado de Rondônia está localizado geograficamente ao Sul da Amazônia Ocidental, do estado do Amazonas e da linha do Equador.

O governo brasileiro estabeleceu um espaço geopolítico designado Amazônia Legal, ou Amazônia Global, instituído através da Lei número 1.806, de 06 de janeiro de 1953, no último governo do presidente Getúlio Vargas. Por este documento legal foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, com a finalidade de analisar projetos de desenvolvimento regional. Nesse novo contexto geopolítico regional, o espaço físico que se convencionou denominar Amazônia Legal, ficou constituído pelos estados do Amazonas e do Pará, e pelos territórios federais do Acre, Guaporé, Amapá, e Rio Branco.

A partir de 1962 este território recebeu a designação de Roraima, foram incluídos os estados do Maranhão, a oeste do meridiano de 44 graus. Mato Grosso, ao norte do paralelo de 16 graus de latitude Sul, e Goiás, ao norte do paralelo 13 graus de latitude sul, atualmente estado do Tocantins. Contudo, a SPVA, por não ter cumprido suas finalidades, foi substituída pela SUDAM, a partir de 1966, no governo do presidente Castelo Branco, durante o regime militar. Assim, por meio da Lei n 5.173, de 27 de outubro de 1966, o conceito de Amazônia Legal, e seus objetivos geopolíticos, deram ênfase ao projeto do governo militar de industrializar e atrair grandes contingentes migratórios e empresas urbanas e rurais, com o benefício de incentivos fiscais (redução tributária), e distribuição de terras para trabalhadores a serviço do capital.

Nessa perspectiva, como o conceito geral de *geopolítica*, a Amazônia Legal, também conhecida por Amazônia Global, não se constitui em uma Megarregião

.

brasileira, mas em um conceito geopolítico regional. Envolve as Megarregiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, com a inserção dos seguintes estados: na Megarregião Norte: Acre, Rondônia, Tocantins, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; na Megarregião Nordeste, Maranhão, na Megarregião Centro-Oeste, Goiás e Matogrosso. Logo, a Amazônia Legal se constitui por três Megarregiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste), dez Estados, e 762 municípios, onde vive em média 25 milhões de habitantes. Sua área geográfica de cinco milhões de km² equivale a 61% do território brasileiro.

De acordo com Matias (2014) os Estados da megarregião Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins), e o estado do Mato Grosso, na megarregião Centro Oeste, integram a Amazônia Legal com 100% dos seus territórios. O estado de Goiás integra com 9% (cinco municípios situados ao norte do paralelo de 13). O Maranhão, com 79% de seu território, integra a Amazônia Legal na área situada a oeste do meridiano de 44. Nessa perspectiva, em 1981, com a elevação do Território Federal de Rondônia à categoria de Estado, a Amazônia Legal sofreu a primeira alteração em sua nomenclatura, sem, no entanto, alterar sua estrutura geográfica. Portanto, o Estado de Rondônia é membro fundador da Amazônia Legal, desde os tempos de Território Federal do Guaporé, onde está inteiramente localizado.

Com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, ocorreram alterações na nomenclatura na formação da Amazônia Legal. O artigo 13 das disposições transitórias da Carta Magna de 1988 criou o estado do Tocantins, desmembrando do de Goiás, na megarregião Centro-Oeste, e a localizou na megarregião Norte. Assim, ocorreu a expansão da megarregião Norte, por consequência, da territorialidade da Amazônia Legal. O artigo 14 da Carta Magna de 1988 elevou os territórios federais do Amapá e de Roraima à categoria de Estado.

Nesse sentido, concordamos com Arturo Escobar[32] em seu artigo denominado *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?* que para entender as tramas das divisões geográficas, é necessário entender a relação do lugar com economias regionais e transnacionais.

[32] Antropólogo colombiano, radicado nos Estados Unidos, é um dos mais destacados críticos do desenvolvimento. Autor do destacado livro *A invenção do Terceiro Mundo* apresenta os seus argumentos sobre a necessidade de uma crítica ao conceito de desenvolvimento e propõe os fundamentos para um novo paradigma epistémico na economia. Disponível em: < https://globalherit.hypotheses.org/1827>. Acessado em abril de 2015.

.

Nessa perspectiva, percebemos em (PORTO e COSTA, 1999; PORTO, 2003) que de fato:

> No que tange às atividades econômicas exercidas no Amapá, durante a década de 1990, caracterizou-se pela diversificação das atividades econômicas além da extração mineral, tais como: ampliação do número de empresas no Distrito Industrial de Santana; beneficiamento madeireiro; pesca industrial e artesanal (embarcações, fábricas de gelo e de beneficiamento de pescados); a expansão de gado (notadamente bubalino) e da área de pastagem da pecuária; atuação do Estado no aproveitamento dos recursos florestais na merenda e na movelaria escolar estadual; incentivo à exportação desses recursos, os quais são realizados por cooperativas e associações em eventos empresariais nacionais e internacionais; implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), que atua na comercialização de bens importados. (p.10)

Desse modo, a Amazônia Legal passou a ter um aumento no fluxo comercial internacional.

Outra importante alteração deu-se por conta da Lei Complementar nº 031, de 11 de outubro de 1997, que incluiu todo o estado do Mato Grosso e 9% do de Goiás ao contexto geopolítico da Amazônia Legal, que passou a contar com 10 estados, 762 municípios e em média 25 milhões de habitantes. É possível perceber que o ato político de dividir para proteger e dominar territórios, raramente tem levado em consideração as dinâmicas eco culturais nos programas do Estado. Nessa perspectiva, para Arturo Escobar o Estado divide o território de acordo com os seus princípios, por exemplo:

> a bacia do rio, [...] passando por alto a complexa rede que articula a atividade de vários rios– e que fragmenta a espacialidade culturalmente construída de paisagens particulares, precisamente porque não vêem a dinâmica sociocultural.(p.10)

É possível compreender com Arturo Escobar (2005) que a divisão da geopolítica, na ausência de uma "teoria sólida" sobre "lugar", "limita-se em considerar a relação política e econômica entre Estados, sem levar em consideração as culturas pré-existentes nos espaços locais que também constituem a ideia do que seja global" (p.7).

Nesse sentido, Márcio Souza em *Galvez Imperador do Acre (1976)* também apresenta o contra discurso à ideia de civilização em um espaço de coexistência discursiva entre o global e regional:

.

GEOGRAFIA

> O rio Amazonas, como o rio de planície, possui uma correnteza vagarosa e cria sinuosas trajetórias. É a maior bacia hidrográfica do mundo e a única que não legou nenhuma civilização importante para a história da humanidade. Dizem que o Amazonas não é um rio, é uma gafe geológica. (p.90)

É nítido o tom de deboche na expressão "*Dizem que o Amazonas não é um rio, é uma gafe geológica"*. Percebemos com Fanon (2005) que o mundo colonial é um mundo maniqueísta, que desumaniza o colonizado ao mesmo tempo em que representa as regiões colonizadas ausente de caráter relevante. Enquanto o novo padrão de poder mundial, descrito por Quijano (2005) atualiza seus elementos constitutivos de valores para manter o controle das posições sociais da força de trabalho em relação à hierarquia Ocidental/Ocidentalizado frente aos "outros", marginalizados.

O livros *"Monitoring Environmental Progress"* (The World Bank, 1995) e *Expanding the Measures of Wealth: Indicators of Environmentally Sustainable Development* (The World Bank, 1997) sugere a inclusão do "capital natural" e os "recursos humanos" como elementos constitutivos da riqueza". Segundo o discurso do Banco Mundial medir o que comprende-se por riqueza faz parte do "paradigma do desenvolvimiento económico". (The World Bank, 1995; 1997).

Se os discursos oficiais do desenvolvimento e progresso mostram uma ideologia pautada na dinâmica responsável por suprir as necessidades locais, alcançar a harmonia global, dentro da modernização científica, e autoridade democrática como mecanismo de liberdade de todo ser-humano, o relatório do Banco Mundial *Expanding the Measures of Wealth: Indicators of Environmentally Sustainable Development* (The World Bank, 1997) revela que: "Os recursos naturais contam, mas as pessoas contam ainda mais. Esta é a primeira lição que se deve aprender dos novos cálculos contidos neste relatório, relativo à riqueza das nações" (The World Bank, 1997: 1). Lembramos em Marx que o homem não tem valor e sim dignidade, dessa forma o discurso político que afirma que "as pessoas contam mais ainda" não sugere um sentido romântico e sim estratégico. Afinal, o que vale mais: o produto ou o produtor? *Galvez* desde 1976 ironizou como os compradores norte americanos sonharam com o controle das fontes "nativas", o que demonstra aspectos pós-coloniais nessa literatura.

.

O que percebemos, seja por meio da experiência ou do conhecimento, é a relação geográfica da humanidade com a natureza mercantilizada desde os movimentos coloniais. Se pensarmos que dependendo da posição social do individuo ele é valorizado como um ser superior ou inferior diante à cultura capitalista vigente, podemos perceber que a relação *humana-geográfica* tem sido substituída pela relação *humana-posição so*cial. A cultura econômica vigente parece ser a linha que define quais direitos humanos são de fato garantidos. Conforme o sociólogo peruano Aníbal Quijano.

Essa influência nas formas da percepção humana e no condicionamento da sua forma de Ser e Estar no mundo, conforme o autor, está ligada diretamente com os processos de colonização e a colonialidade do poder. A colonização, enquanto ocupação e exploração do território ou da vida humana, aconteceu sob uma variedade de processos na dinâmica social ao decorrer da história. Já a formação de uma política global de domínio do poder só foi possível com a colonização das Américas.

A descoberta do ouro e metais preciosos, somado ao domínio dos mares pelos europeus, tornou a Europa o centro do novo modelo econômico. Na medida em que o padrão de riqueza foi reconfigurado, a relação de identidade com a o poder possuir, complexou costumes, valores, ideais estéticos, avanço. Nesse sentido, tanto Edward Said, como Aníbal Quijano concordam que no contato imperialista com organizações sociais sustentadas por valores colaborativos, ou simplesmente diferentes, houve a possibilidade de distinguir o que é a América, ou o Ocidente diante ao outro.

Nesse contexto, Aníbal Quijano demonstra que o processo da colonização gerou a experiência europeia em escravizar vidas inteiras, dentre outras formas de subjugar o diferente, em um leque de possibilidades diversificado nas Américas. Essa dinâmica levou à construção de uma política que estabeleceu a ocupação individual social (trabalho) e a sua retribuição (capital ou benefícios) de acordo com a idéia de raça. Índios e negros foram escravos e depois servos, europeus e brancos foram patrões. A princípio, escravos e servos receberam o “direito” de viver na terra dos seus “senhores” e se alimentaram do que plantaram. O colonizador continuou a acumular riquezas. Ocidentais e ocidentalizados passaram a receber salários, e não ocidentais e não ocidentalizados passaram a ocupar trabalho assalariados.

.

Com a contínua corrida imperialista à globalização, os princípios constitutivos da mecânica colonial também foram globalizados. Nesse sentido, os estudos pós-coloniais demonstram que a construção dos aspectos da superioridade cultural, denominada ocidental, direcionaram as relações de poder tanto no âmbito coletivo como nas relações individuais. A justificativa da superioridade de uma nação frente à outra, ou a postura pessoal de um indivíduo frente ao outro, foi fortalecida pela estabilização dos sentidos ideológicos, dos aspectos da inferioridade, por meio dos discursos coloniais internacionalizados. A conformação de uma única fonte de saberes, concebido como racional, fez do conhecimento ocidental ou ocidentalizado a única fonte de veracidade: a ciência frente ao “mito”.

O poder político em determinar o que é ou não verdade, real, racional ou plausível, foi denominado por Quijano de Colonialidade do Saber, mas como podemos perceber essa dinâmica? Como possivelmente foi construída? Se for um fato, em quê implica a sua existência no indivíduo ou em uma sociedade? Por que buscar esse conhecimento no contexto da Amazônia? Por que relacionar esses fatores ao o contra discurso utilizado na literatura do amazonense Márcio Souza em *Galvez Imperador do Acre?* Afinal, qual é a contribuição da literatura contra discursiva no contexto tão complexo da construção e reprodução das relações de poder, firmada na manutenção discursiva política dos aspectos da inferioridade?

.

2 COLONIALIDADE DO SABER

Os estudos pós-coloniais têm demonstrado que a violência física não foi suficiente para manter as relações de poder, exercidas em diversos processos do colonialismo.

Da mesma forma, a Europa não se tornou dominante somente porque sua posição geográfica, em relação ao controle das riquezas da América colonizada, possibilitou o controle da rede pré-existente de intercâmbio comercial. Na dinâmica histórica a estabilização de sentidos, valores, verdades, apurados por mecanismos de validação, foram fundamentais para a constituição de um padrão de poder global.

Esses estudos históricos mostram que até a cultura greco-romana o mundo e o indivíduo eram compreendidos dentro de uma união cósmica. Com o desenvolvimento do que foi denominado de “Ocidente”[33], separações de concepções tradicionais desenvolveram-se até transformarem-se em políticas com pretensões de sentidos, valores e verdades universalizadas.

A primeira separação cultural entre povos ocorreu a partir da separação judaico-cristã entre Deus-Homem-Natureza. Essa separação levou a ruptura ontológica entre corpo-mente-razão e mundo. A partir da fragmentação entre corpo e mente, o ser-humano passou a ocupar uma postura instrumental diante ao mundo moderno, concebido como um mecanismo desespiritualizado. Nesse sentido, conforme Grosfoguel (2005) esse primeiro rompimento culminou na incorporação acadêmica, ocidental, da dualidade humana proposta na filosofia de René Descartes. A implicância filosófica do “eu penso logo existo” não questionou sobre quem é esse eu separado do corpo que pode diferenciá-lo de sí sem, no entanto, se fazer presente. Essa reflexão do sociólogo Grosfoguel (2005) sugere que a incorporação do sistema cartesiano pelo sistema do conhecimento ocidental possivelmente gerou dois comportamentos intelectuais: A ausência da referência ao

[33]O termo é ambíguo, mas buscamos uma definição ampla. ” Mundo ocidental, civilização ocidental ou simplesmente Ocidente (em latim: *occidens* - "pôr do sol, oeste", como distinto de Oriente), é um termo que se refere a diferentes nações, dependendo do contexto. Não há consenso sobre a definição das semelhanças desses países, além de terem uma população significativa de ascendência europeia e de terem culturas e sociedades fortemente influenciadas e/ou ligadas pela Europa.O conceito da parte ocidental do mundo tem sua origem na civilização greco-romana na Europa, com o advento do cristianismo”. Disponível em:< https://pt.wikipedia.org/wiki/Mundo_ocidental>. Acessado em abril de 2015.

.

observador e do seu lugar de observação, e por consequência as generalizações e reducionismos.

Buscar compreender as relações coloniais e de domínio inevitavelmente nos remete às relações entre o opressor e o oprimido descritas por Marx, no entanto, conforme Grosfoguel (2005), autores não ocidentalizados também escreveram sobre essa relação dentro de contextos não ocidentais e demonstraram que a observação marxista é limitada ao contexto europeu. A crise que constatamos no mundo não é falta de instrumentos para viabilizar soluções contextuais, no entanto o padrão de poder global tem definido apenas um modelo de *desenvolvimento* e *progresso.* Compreendemos a necessidade do acesso às pesquisas feitas por autores que refletiram e apresentaram soluções locais, pois é fácil perceber que diferentes regiões exige um gerenciamento de acordo com seus próprios recursos, humanos-naturais e culturais.

As regiões não são iguais, para promover uma homogeneização cultural é necessário descaracterizá-las e explorá-las com a finalidade de obter recursos para os Países representantes do modelo de desenvolvimento pós-segunda guerra. Naturalmente, os recursos em cada região também são diferentes em sua abundância, logo, promover a igualdade por meio da exploração e imposição de apenas um modo de *desenvolvimento* e *progresso* dificilmente promoverá a igualdade, em relação ao acesso dos recursos necessários ao melhor desempenho das potencialidades humanas. Nesse sentido, conforme o engenheiro social Jacque Fresco (2006) o uso eficiente das tecnologias presentes nesse século XXI pode resolver as necessidades das populações globais, e romper com as limitações atuais da representação do que é possível condicionado às noções de viabilidade econômica. Dessa forma, nós estamos imersos na descrição do mundo, logo, buscamos acomodar a realidade nessa descrição universal que tem traçado um modelo único por meio da colonização do saber.

Nessa perspectiva, a Colonialidade epistemológica, conforme Grosfoguel (2005), leva à demonstração de outro comportamento intelectual ocidentalizado: A ideia e imagem da história da civilização humana como uma trajetória linear, que parte de um estado da natureza e culmina na Europa. A adesão dessa percepção sustenta a ideia dos aspectos do novo frente ao atrasado, do moderno frente ao primitivo, do racional frente à fantasia.

.

Assim, o amazonense Márcio Souza demonstra o posicionamento instrumental do homem frente ao mundo racionalizado conforme às representações ideológicas internalizadas pelo colonizado ou colonizador:

> (...) pensei comprar bilhete num paquete para a Índia, para um desses Países que pertencem mais à fantasia do que a geografia. (p.41)

Conforme Grosfoguel (2005) a partir dessa primeira fissura ontológica, onde o Ser enquanto Ser teve sua primeira fragmentação, o mundo passou a ser visto como um objeto que pode ser captado por conceitos, e representações construídas pela razão.

Conforme esse sociólogo, essa separação entre corpo e mente colocou o ser-humano na posição instrumental capaz de controlar a natureza de maneira ilimitada. Essa postura, para esse autor, gerou a base do Conhecimento Moderno.

Nesse sentido, o contra discurso em *Galvez Imperador do Acre* nos faz refletir sobre como esse processo pode ser identificado:

> **ENCICLOPÉDIA BRITÂNCIA**
> *A hevea-brasilienses* é uma espécie vegetal da família das euforbiáceas (...)Mas isso não tinha nenhuma importância, já que os comerciantes haviam descoberto uma função menos botânica para o látex. (p.26)

Essa representação contradiscursiva sugere que os processos de "enciclopetização" da história do mundo, dos povos e o que produzem, tem gerado um reducionismo das singularidades ao serem catalogadas, enumeradas e comparadas, frente aos seus valores, conteúdos e contribuições. O contra discurso revela como os valores são ressignificados frente às relações de poder, ao mesmo tempo em que apagam sua função essencial.

Nesse sentido, conforme Grosfoguel (2005), a tendência a separar, conceituar, classificar, validar, foram radicalizadas nas separações de Weber, por meio da caracterização dos elementos constitutivos da Modernidade Cultural. Conforme os estudos pós-coloniais de Grosfoguel (2005) as divisões da razão substantiva, expressa na religião e na metafísica, foi dividida em três esferas autônomas: Ciência, Moralidade e Arte.

Na prática, desde o século XVIII os problemas herdados puderam ser organizados de acordo com aspectos específicos de validade, como *Verdade, Direito Normativo, Autenticidade, Beleza.* Dessa forma, passaram a ser tratados como problemas de *Moral, Conhecimento, Gosto, Justiça,* até serem

.

institucionalizados como: *Discurso Científico, Teorias Morais, Jurisprudência,* e *Produção e Crítica de Arte.* Para Grosfoguel (2005) dessa forma foram pensadas e instituídas as estruturas das racionalidades.

O trabalho de Grosfoguel (2005) demostra que a cultura passou a ter um tratamento profissional. Assim, a tradição cultural trouxe para o primeiro plano as estruturas intrínsecas de cada uma das três dimensões da cultura concebidas enquanto *estruturas das racionalidades* Cognitivo instrumental, Moral Prática e Estético Expressiva. Para Grosfoguel (2013) "Cada uma delas submetidas ao controle de especialistas que parecem ser mais inclinados a estas lógicas particulares que o restante dos homens" (p.9).

O contra discurso presente em *Galvez Imperador do Acre* mostra a força do discurso científico ocidental por meio da representação da resistência à exclusão de outros sistemas de validação. A postura do colonizador é debochada quando o cientista fictício defende outro mecanismo de investigação como um recurso imaginativo sem fundamento sólido que possa ser testado conforme os critérios do racionalismo moderno:

> "Recusamos sistematicamente a ciência tradicional que teme a imaginação. Queremos uma ciência livre dos entraves do **racionalismo judaico-cristão** (Grifo nosso) [...] Considerando a impossibilidade técnica da civilização megalítica ter erigido tão complicado monumento no meio da selva, sobre um platô que lembra um porto para veículos do espaço, **negamos aos arquitetos do látex, que também não possuem sofisticação tecnológica, o feito dessa realização** (Grifo nosso). O fato de afirmarem que o Teatro Amazonas data da época recente é uma **grosseira simplificação de ignorantes** (Grifo nosso). Fizemos testes com resíduos no Instituto de Metafísica Nuclear de Adis-Abeba, que nos revelaram um período de pelo menos um milhão de anos, o que coloca o surgimento do monumento na era Glacial. Sem temor, podemos afirmar que há poderes biocósmicos ainda por descobrir. O Teatro Amazonas é para nós o mais perfeito indício da presença de seres extraterrestres na Terra, ao lado das pirâmides do Egito e das megalópoles de Tiahuanaco. O que nos surpreende é a cuidadosa dissimulação de sua real finalidade, e o *art – nouveau* uma lição de civilização ligada por Jurupari, o viajante das Plêiades,que um dia surgiu numa cúpula flamejante e emprenhou as mulheres nativas" (p.102-103).

A referência ao racionalismo judaico cristão nos remete justamente ao contexto histórico do qual, conforme Grosfoguel (2005), ocorreu a primeira separação ontológica, por meio da estabilização da lógica discursiva religiosa: Deus enquanto criador independente de um mundo dependente, criou o homem para cuidar e utilizar a natureza.

.

Nesse sentido, a instrumentalização humana possivelmente colaborou para a ampliação do sentimento de superioridade humana frente à natureza. Nessa perspectiva, o enunciado contra discursivo sugere que assim como Deus é superior ao homem, o homem detentor do conhecimento científico ocidental também demonstra um sentimento de superioridade frente aos ignorantes sem tecnologias conhecidas, e reconhecidas, pela cultura ocidentalizada . Assim, é considerado mais sensato atribuir à *extraterrestres* uma construção urbana complexa, do que considerar que não ocidentais tem competência para produzir o inimaginável por meio de tecnologias diferenciadas.

Os trabalhos de Grosfoguel (2005) colaboram para esclarecer como historicamente foi possível a constituição dessa relação de superioridade/inferioridade em relação a *linha humano*. Assim, Quijano (2005) contextualiza a conquista das Américas como momento crucial para o estabelecimento de um padrão de poder *verdadeiramente* global. Para ambos autores é possível retomarmos momentos históricos específicos para percebermos o que significa afirmar que a mecânica colonialista não se desfez com o término do colonialismo.

No século XV e XVIII ocorreram movimentos sociais contra o absolutismo, em especial na Europa. Nesse período o mundo presenciava o desenvolvimento do Iluminismo. O contato entre viajantes europeus com uma diversidade de produções culturais permitiu diferenciar o “novo” do “velho” em relação à própria vivência europeia alcançada. Nessa perspectiva, para Grosfoguel (2005) os filósofos inseridos nesse contexto buscaram desenvolver uma ciência objetiva, moral universal, bem como um sistema de lei e arte autônomas, regulada por lógicas próprias, como organização de uma espécie de projeto de Modernidade. Esses estudos mostram como por meio dessa dinâmica surgiu um distanciamento entre a cultura dos especialistas e a de um público mais amplo.

Os Estados nacionais foram configurados a partir da delimitação de fronteiras, unificação de leis, monopólio da ideia de justiça, forças armadas e o poder centralizado nas mãos dos monarcas legitimados por Deus.

Nesse contexto, filósofos iluministas buscaram sistemas econômicos sociais e defenderam o que mais tarde foi denominado de *liberalismo econômico*[34]. Com a

[34] As teses do **Liberalismo econômico** foram criadas no século XVI com clara intenção de combater o mercantilismo, cujas práticas já não atendiam às novas necessidades do capitalismo. O

.

finalidade de constituir um sistema econômico *livre*, com limitação do poder do governo sob a garantia da liberdade humana, que garantisse os direitos individuais como o direito à propriedade privada, livre mercado e ordem espontânea, bem como a igualdade. Essa configuração social atribuiu à criação de um Estado de direito como o centro da aplicação de uma política igualitária sobre todas as classes sociais. Em nome da garantia da igualdade, liberdade e direitos individuais igualitários, o desenvolvimento do liberalismo ganhou força na Europa contra o sistema absolutista.

A naturalização da sociedade liberal está vinculada às teses sócio-políticas e econômicas de filósofos ainda consagrados nesse século XXI. De acordo com Grosfoguel (2005) Locke, Adam Smith, justificaram por exemplo, o liberalismo clássico e o pensamento constitucional. Em *Dois tratados sobre governo (1689)* Locke (1994) descreve características da sociedade em estado de natureza e justifica a importante do estado civilizado. Conforme o filósofo, no estado de natureza não há lei aceita mediante consentimento comum, falta um juiz neutro, falta apoio que sustente as sentenças, assim Locke (1994) justifica que “o objetivo da união dos homens em comunidade, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade” (p.17). Nesse sentido, Grosfoguel (2005) esclarece que por meio das obras do inglês John Locke, considerado precursor ideólogo do liberalismo moderno, foi estabilizado o direito à propriedade como um direito do indivíduo sobre sí mesmo. A elaboração de uma descrição linear do desenvolvimento social, por meio de compilações analíticas eurocêntricas, estabeleceu aspectos da inferioridade e superioridade.

Se a busca de direitos individuais em um contexto absolutista foi necessária para descentralizar o poder em uma organização social, Grosfoguel (2005) alerta que “ a necessidade em estabelecer uma ordem de direitos universais de todos os seres humanos foi um passo para negar o direito a maioria deles” (p.11). Isso porque o estabelecimento de um universo jurídico também foi ferramenta para a privação jurídica de populações nativas:

> Um povo não é ainda um Estado. Sem essa forma carece de uma existência empírica válida por todos, da ética objetiva em leis, não se

---

pressuposto básico da teoria liberal é a emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma.

.

> reconhece sua autonomia, já que carece de legalidade objetiva e de racionalidade firme para sí, é formal, mas não soberana. (Hegel, 1976: 335).

Observamos com Grosfoguel (2005, p.11) que o universalismo da filosofia da história de Hegel também reproduziu "o mesmo processo sistemático de exclusões". Na tese hegeana sobre a realização do espírito universal observamos que não consta sua consideração sobre a simultaneidade da participação igualitária de todos os povos na história. Uma vez que para Hegel (1976):

> Já que a história é a figura do espírito em forma de acontecer, da realidade natural imediata, então os momentos do desenvolvimento são existentes como princípios naturais imediatos, um povo corresponde um deles, os espíritos dos outros povos não têm direitos, e eles como a época que passo não contam na história Universal. (p.334)

Nessa perspectiva, a construção intelectual de Adam Smith em 1776 intitulada *The Wealth os Nations* foi fundamental para o estabelecimento de uma nova mentalidade social. Conforme Grosfoguel (2005) a partir da defesa do direito à propriedade foi sistematizado uma perspectiva constitucional. O estabelecimento do universo jurídico foi colocado no posicionamento de "único mundo constitucionalmente concebido do direito, do qual o ordenamento jurídico exclui os povos que não respondam à forma estatal" (Clavero, 1994: 27). Nesse contexto, conforme os estudos apresentados, foi legitimado o direito ao domínio territorial onde povos não ocidentalizados, até então, ocupavam, mas não possuíam, seja ideologias ou espaços. Se a princípio a violência garantiu a colonização territorial e da existência humana, nessa dinâmica a colonização do saber, enquanto domínio de uma única epistemologia verdadeira e possível, tem garantido a manutenção do poder imperialista.

O contra discurso na literatura do amazonense Márcio Souza, no entanto, desestabiliza os sentidos do discurso científico como mecanismo global de validação:

> **SÉCULO DAS LUZES**
>
> Sir. Henry continuava sonhando com Jurupari e estava escrevendo um livro sobre suas viagens. O livro seria intitulado FROM THE ORENOCO TO THE CABARÉ CHINELO, e relataria os aspectos de uma sociedade dominada por extraterrestre libidinoso. A nava espacial de Jurupari, conforme um desenho encontrado numa pedra de São Gabriel da Cachoeira, era um imenso fálus ejaculando. Sir Henry me convidou para assumir uma função em uma sociedade de pesquisas. Eu teria um ordenado de diplomata e deveria voltar com ele para Londres, onde organizaríamos o vasto material coletado na região. Fiquei de pensar no assunto. (p.130)

.

Conforme Grosfoguel (2005) o domínio cultural através da criação de profissões culturais, somada ao projeto de modernidade formulada pelos filósofos do século XVIII, que também inclui o modelo econômico do direito individual sobre o direito coletivo, foi base para a autoconsciência da modernidade.

Considerar que a evolução do espírito humano e dos povos iniciou por meio da relação pessoal com a natureza, e culminou com o desenvolvimento da cultura europeia, reforçou o discurso da diferença entre Mundo Ocidental ou Europeu, como mundo moderno e avançado, superior aos “Outros”. Dessa forma, sociedades com modo de produção diferenciado, constantemente passou a ser definida como atrasada, primitiva ou exótica.

Nesse contexto, o contra discurso em *Galvez Imperador do Acre* faz emergir o deboche do olhar pretensioso do colonizador sobre um espaço não apropriado por seus habitantes. A ausência de um sistema de jurisdição que estabeleça relações de domínio territorial, somada ao contra discurso referente ao sistema de produção *monocultura* vinculado à deduções sobre comportamentos sociais*,* sugere que a relação de um povo com seu sistema de produção pode indicar o nível de desenvolvimento de seus habitantes. O olhar linear, em relação ao desenvolvimento dos povos, nesse caso, sugere que a adesão ao sistema de produção que antecede ao industrialismo indica a ingenuidade social e despreparo político daqueles que ocupam sem possuir:

> **IDEOLOGIA DA MONOCULTURA I**
>
> Uma coleção de pernas femininas bem ensaiadas, em meias de rendas. Alguns números de can – can, boas bebidas, eram tão bom argumentos ideológico quanto qualquer outro.
>
> **IDEOLOGIA DA MONOCULTURA II**
>
> A política nos trópicos é uma questão de coreografia.
>
> **IDEOLOGIA DA MONOCULTURA III**
>
> A classe dominante nos trópicos não se envergonha de nada.
>
> **IDEOLOGIA DA MONOCULTURA IV**
>
> Ser violento nos trópicos é uma questão de humor. (p.167)

Nesse sentido, percebemos com os estudos pós-coloniais que o processo de colonização implica também na disseminação de uma política de inferioridade em

.

relação aos mais diversos campos da existência do colonizado. Quanto mais próxima a cultura observada está da cultura de uma potência econômica, mais civilizada, desenvolvida e avançada é considerada essa sociedade. Por outro lado, quanto mais distante a cultura de um povo está da dinâmica cultural de uma potência econômica, mais atrasada e primitiva essa sociedade é considerada.

O contra discurso em *Galvez Imperador do Acre* funciona como espelhos para os que reproduzem um discurso colonizado e colonizador:

> (...) como filho do mar de Cádiz, eu já havia experimentado esse esmagamento natural. Mas o mar é clássico e sem minúcias. Ali não havia ressacas, nem onda, nem sol sobre dorso de esmeraldas e espuma. A mata é mulçumana. Eu via no lusco-fusco uma imensa tapeçaria persa. (p.86)

Esses aspectos muitas vezes podem ser percebidos em nossos próprios posicionamentos automáticos ao nos referirmos à uma cultura não ocidental ou não ocidentalizada. Sociedades nativas muitas vezes são consideradas pobres e primitivas, enquanto culturas diferenciadas e pautadas em organizações e modos de produção diferenciados, como em algumas regiões da Índia, são consideradas “exótica” ou “atrasadas”.

Diante dessa realidade nos perguntamos: As construções do passado influenciaram as condições de existencia humana no século XXI? Se sim, em que sentido?

2.1 Relâmpagos de amnésia na América do Sul

Desde os persas, macedônios, romanos, podemos observar a recorrência de pan-movimentos expansionistas, que funcionaram através de um processo humano de anexação de culturas semelhantes e se transformou em ferramenta de anexação territorial.

De acordo com o escritor Luiz Souza Gomes (1966) os movimentos pan - expansionista começaram através de uniões ideológicas com base na valorização dos costumes, mas posteriormente passaram a ser mais violentos. Por exemplo, o pan-eslavismo buscou a união de uma identidade étnica sem levar em consideração a comunidade de língua e cultura. Da mesma forma, o pan – germanismo, em meados do séc.XIX, mesmo com início à valorização das virtudes nacionais, possivelmente agiu posteriormente para a unificação da Alemanha ao estopim com o

.

nazismo. Nesse sentido, para Stuart Hall e Edward Said as lutas por domínio, entre povos, estão relacionadas com a busca pela afirmação de uma identidade frente ao outro. O que sugere que construção da história universal, eurocêntrica, representa a ideia de uma identidade mais política do que antropológica. Os estudos pós-coloniais demonstram que essa construção está associada às condições de diásporas, ou seja, aos deslocamentos forçado ou incentivado.

Nessa perspectiva, historicamente é possível notar impulsos de culturas diferentes para formar uma consciência nacional. GOMES (166) explica, por exemplo, como o impulso dos eslavos, e como a busca da formação da consciência nacional partiu da união de suas tradições:

> O folclore que Von Herder (filósofo e escritor alemão do séc.XVIII) revelou o povo eslavo mostrava-o na vida bucólica e singela dos seus antepassados, nos costumes idílicos da atividade rural. Muitas cenas dessa vida primitiva, simples e saudável, nos são presentes em romances de Gogol, de Tolstoi, de Dostoievsky e de outros escritores da fase eslavista russa . Sob a influência do romantismo filosófico germânico, descobriram aqueles povos um “espírito eslavo”, formado na tradição popular e nos costumes antigos. (p.249)

Percebemos que a anexação territorial, conforme Gomes quando não pela violência, foi precedida muitas vezes por anexações de culturas e ideologias semelhantes que grupalmente culminaram mais tarde na formação de dois grandes grupos politicamente independentes: O Império Britânico e a União Soviética.

O primeiro, desenvolvido sob as bases filosóficas de Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, dentre outros que contribuíram para a estabilização do liberalismo. Essas defesas filosóficas, política e econômica buscaram uma teoria social para substituir o sistema monárquico que garantiu a desigualdades sociais em várias sociedades em que esteve instalado Por outro lado, a União Soviética foi configurada pela organização social desenvolvida e justificada pelas ideologias de Lev Nikolayevich Tolstoi, Vladimir Ilitch Lenin, Karl Heinrich Marx, Rosa Luxemburgo, dentre outros filósofos socialistas como Mikhail Aleksandrovitch Bakunin e Pierre-Joseph Proudhon.. Ou seja, observamos que diversas organizações sociais foram construídas, ou justificadas, com base em empreendimentos humanos, sejam ideológicos, filosóficos, geopolíticos ou econômicos.

Nessa perspectiva, com os estudos pós-coloniais percebemos que a racionalização do mundo e a busca pela compreensão universal das relações sociais defendidas por intelectuais, em diversas épocas da história, também

.

contribuíram para a estabilização de padrões de posicionamentos e comportamentos humanos. Esse conjunto padronizado de produções sociais, como valores, crenças, saberes, modo de subsistência, busca subjetiva e objetiva, direcionamentos criativos, dentre outras produções, é o que entendemos aqui por cultura.

O que buscamos nesse capítulo são possíveis esclarecimentos sobre: como uma cultura é considerada superior à outra? Por meio de qual mecanismo seus saberes são considerados falsos ou verdadeiros? Sem a pretensão de estabelecermos uma verdade, buscamos por meio da memória histórica justamente compreender como "verdades ocidentalizadas" possivelmente foram "universalizadas". A princípio, sobre o que comumente aprendemos como mais próximo do olhar ocidentalizado: A cultura Grega.

No contexto histórico da expansão da Grécia, a ascensão dos Macedônios resultou na construção de um governo unificado por acordos entre Felipe e Alexandre. Antes dessa unificação, a Grécia era organizada socialmente na configuração dos *genos* (Grego *genEA: geração, ascendência)* pequenas unidades sociais políticas e patriarcais, consanguíneas. Dessa forma, a cultura regida pelo casamento dentro do clã e o uso comum dos instrumentos de produção para suprir as necessidades coletivas, possivelmente garantiu uma relação mais igualitária na comunidade.

Com as transformações sociais posteriores, as comunidades cresceram, foram desintegradas, e culturalmente os familiares que permaneceram mais próximos do pai foram beneficiados com a obtenção das melhores terras para o cultivo. Por esse motivo, foram conceituados de *eupátridas* (bem-nascidos), enquanto os parentes mais distantes do pai herdaram terras menos férteis, e foram chamados de *georgoi* (agricultores). Quanto mais os filhos se distanciavam das relações patriarcais, em relação aos seus pais e tradições, menos direitos tinham. Nesse sentido, muitos também ficaram sem terras e foram conceituados de *thetas* (marginais).

Com essa dinâmica, os *eupátridas* herdaram a tradição patriarcal e exerceram o monopólio do poder político com a construção de uma aristocracia com base fundiária. O conjunto de *genos* (conjunto de famílias) originou posteriormente as *pólis* (cidade), cujo conceito derivou *polites* (cidadão), ou seja, político e cidadão são aqueles que se relacionam com os assuntos da cidade. Em média 500 ou 600 anos a.C, os status de cidadão foram atribuído para a minoria das pessoas, praticamente

.

reservado ao clero e a nobreza, que por sua vez, não pagavam tributos. Com o fortalecimento da *oligarquia* (a construção de leis feitas por poucos) o político ateniense *Clístenes* (565 a.C – 492 a.C) promoveu reformas políticas com o objetivo de garantir a democracia (*demo =povo+ kratos=poder)* enquanto direito à igualdade, justificada pela consciência de que o poder emana do povo. Assim, os ideais democráticos se espalharam na medida em que a Grécia se expandiu e influenciou os princípios sociais de várias regiões da Europa, no entanto, conforme Dussel "não há que confundir Grécia com a futura Europa" (p. 27). Nesse sentido, compreender o deslizamento semântico, em relação à identidade, da *Europa moderna* pode nos ajudar a compreender também o mecanismo de validação de saberes, dos quais acessamos e reproduzimos como modernos, primitivos, verdadeiros ou falsos.

Sobre essa dinâmica, o trabalho do filósofo argentino Enrique Dussel demonstra que a diacronia unilinear Grécia-Roma-Europa é um *"invento ideológico de fins do século XVIII romântico alemão (...) uma manipulação conceitual posterior do modelo ariano, racista (p.27).* Isso porque conforme o autor a Europa foi um desdobramento dos fenícios vinculados à hierarquia Semita, logo suas relações culturais eram diferentes da representação europeia como identidade definitiva, enquanto representação do ponto de chegada do processo evolutivo dos povos. Nesse sentido Dussel (2006) esclarece que:

> Esta Europa futura situava-se ao Norte da Macedônia e ao Norte da Magna Grécia na Itália. O lugar da futura Europa (a.moderna.) era ocupado pelo .bárbaro. por excelência, de maneira que posteriormente, de certo modo, usurpará um nome que não lhe pertence, porque a Ásia (que será província com esse nome no Império Romano, mas apenas a atual Turquia) e a África (o Egito) são as culturas mais desenvolvidas, e os gregos clássicos têm clara consciência disso. A Ásia e a África não são bárbaras., ainda que não sejam plenamente humanas. O que será a Europa moderna. (em direção ao Norte e ao Oeste da Grécia) não é a Grécia originária, está fora de seu horizonte, e é simplesmente o incivilizado, o não humano (p.24).

A pesquisa de Dussel (2006) demonstra que a dinâmica entre a cultura Fenícia, os povos Semitas, Egito, povos do Norte, dentre outros, influenciaram na constituição do mundo grego clássico e helenístico. Conforme o autor, a influência grega não foi direta na Europa latino-ocidental. A dinâmica cultural da Grécia também é fruto das relações de seus povos com árabes, mulçumanos, judeus, desde o século VIII, logo a Europa não é um tronco exclusivo da Grécia, mas sim das relações culturais romanas ocidentais latinas cristianizadas. Compreender esse

.

processo pode nos ajudar a compreender o próprio mecanismo de validação do conhecimento compreendido como moderno.

Conforme o filósofo citado, até a conquista das Américas a Europa era uma cultura periférica, isolada e nunca foi, até aquele momento, o “centro” da história (, p.25). De acordo com Dussel (2006) nem mesmo o Império Romano pode ser considerado centro da história do continente euro – afro-asiático. Para o autor nem mesmo os impérios helenistas alcançaram uma amplitude como a mulçumana no século XV, nos territórios que conhecemos hoje por Espanha. Essa dinâmica histórica, conforme o autor, nos mostra que:

> A Espanha, como primeira nação moderna (com um Estado que unifica a península, com a Inquisição que cria de cima para baixo o consenso nacional, com um poder militar nacional ao conquistar Granada, com a edição da *Gramática* castelhana de Nebrija em 1492, com a Igreja dominada pelo Estado graças ao Cardeal Cisneros , etc.) abre a primeira etapa. Moderna: o mercantilismo mundial. As minas de prata de Potosi e Zacatecas (descobertas em 1545-1546) permitem o acúmulo de riqueza monetária suficiente para vencer os turcos em Lepanto vinte e cinco anos depois de tal descoberta (1571). O Atlântico suplanta o Mediterrâneo. Para nós, a centralidade da Europa Latina na História Mundial é o *determinante fundamental da Modernidade*. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de Modernidade, são efeito, e não ponto de partida. A Holanda (que se emancipa da Espanha em 1610), a Inglaterra e a França continuarão pelo caminho já aberto. (p.27)
> .

Nessa perspectiva, Dussel (2006) demonstra que a Europa só começou a se tornar um centro de influência após a segunda modernidade. Caracterizada pelo autor como a soma do desenvolvimento da Revolução Industrial do século XVIII ao momento em que a Inglaterra substituiu a Espanha enquanto potência hegemônica até 1945.

Conforme o filósofo acima, a partir de 1492 foi desenvolvido uma estrutura ideológica de centro-periferia do sistema mundial, do qual a Europa passou a disseminar a sua identidade como centro da modernidade, no entanto, se a idade moderna teve como marco o surgimento do mercantilismo mundial, nesse período a posição da Europa foi periférica.

Nesse mesmo sentido, o sociólogo Grosfoguel (2005) esclarece que em 1492 a monarquia cristianizada espanhola reconquistou Al – Andaluz (Espanha mulçumana). Com a colonização, expulsou, exterminou e obrigou a conversão ao “cristianismo” de judeus e mulçumanos que habitavam essas regiões,

.

posteriormente conhecidas por Península Ibérica. Nesse período as Índias Ocidentais (Américas) também passaram a ser colonizadas, e com isso houve a transferência do centro do circuito comercial do Mediterrâneo para o Atlântico. De acordo com os estudos pós-coloniais foi a partir da colonização das Américas que a Europa, pela primeira vez, criou uma história universal colocando-se como centro da modernidade, desenvolvimento e progresso humano, social e político-econômico. Soma-se a esses aspectos a naturalização de um modelo de organização social e econômico concebidos como moderno frente aos “outros” considerados *primitivos, atrasados, exóticos, selvagens,* mas como podemos compreender essa dinâmica histórica?

Conforme os estudos pós-coloniais, em especial presente nas *16 Tesis de Economia Política* escrita pelo filósofo argentino Enrique Dussel (2006) , é possível identificar sistemas econômicos equivalenciais. De acordo com o filósofo citado, os grupos nômades das estepes e desertos, em regiões como o deserto da Patagônia, bem como membros da Mongólia, China, membros de comunidades referentes aos povos neolíticos se organizavam em sistemas cooperativos.

Nesse sentido, os indivíduos em comunidade distribuíam os benefícios da produção e intercâmbio em igual distribuição e participação. Não havia conceito de propriedade privada, mas sim de uso comum. Dessa forma, a organização social era participativa. Conforme Dussel (2005), esta relação econômica foi uma prática comunitária e produtiva que teve como foco gerar satisfações necessárias à vida que se estabeleceu dentro dos clãs, tribos, pequenas aldeias e organizações Neolíticas e Paleolíticas. Nessas organizações o ser-humano produziu o necessário para o uso do ser-humano.

Para Dussel (2005), o ser humano originariamente e por tendência genética não é narcisista ou egoísta, mas tem um estado de abertura ao outro, e como resposta também manifesta um ato de doação. O autor exemplifica por meio do contexto do qual os astecas nomearam o ser humano de devedor (*macehual*) aos deuses. Isso porque havia a consciência de que a vida humana é doação divina, cujo mérito da vida não pode ser pago à divindade que já existe, logo a vida é um dom gratuito e o ser humano devedor. Da mesma forma, o ser humano também é devedor porque a vida que recebeu de sua mãe jamais poderá ser devolvida à própria mãe, assim o dom foi concebido como algo que jamais poderia ser pago. Essa compreensão foi atribuída também à relação social com a terra, os frutos são

.

doações abundantes da natureza aos seres, logo não há valor e sim dádiva. Conforme Dussel (2005) a gratuidade é a essência do dom: entregar sem esperar retribuição seria a economia perfeita, originária e utópica por excelência (p.19). Assim, percebemos que existiram sociedades econômicas diferenciadas do que compreendemos por moderna.

Essa relação econômica pode ser compreendida pela ideia de reciprocidade. Dussel explica que esse mesmo modelo de organização social e econômica foi encontrado na organização dos Tupis-Guaranis amazônicos, dos quais os fransciscanos e jesuítas desde o século XVIII até 1767 interferiram em suas relações sociais por meio de organizações das famosas reduções desses sistemas comuns aos sistemas espelhados na organização dos Borbones do século XVIII, desde o Paraguai. Interessante notar que no período da colonização das Américas, por meio da imposição de uma organização social, política, econômica, religiosa, também ocorreram revoluções na Europa por liberdade e igualdade, como: a) A Revolução dos Iguais na França (1794) – liderada pelo jornalista francês *Françóis Noel Babeuf* (líder da conjuração dos iguais), considerado revolucionário por defender a "comunidade dos bens e do trabalho"; b) a filosofia do bom selvagem de Rosseau (1775), que defendeu ser o meio responsável pela corrupção e perversidade humana, e não seu estado de natureza, e c) socialismo europeu, do qual uma das características está na planificação e controle da economia pelo Estado.

Nesse contexto Dussel (2005) demonstra como possivelmente ocorreu a passagem do sistema equivalencial, ou seja, por reciprocidade, para o sistema não equivalencial, caracterizada pelo monopólio do excedente da produção frente às necessidades coletivas. Conforme o autor, o sistema econômico dos ameríndios tinha como base a doação justificada pela consciência do *dom*, assim não se considera o "outro" como beneficiário e sim como participante da totalidade comunitária. Essa relação social também foi assumida pelos franciscanos a partir da Itália de meados de 1200, e anteriormente em regiões da Ásia, África e Europa.

Conforme Dussel (2005) a partir da produção do que satisfaz a necessidade à vida por meio do sistema econômico de reciprocidade, por meio da doação, ocorreram relações das quais o produtor passou a necessitar do produto do outro, nesse contexto surgiram as relações cambiais. No ato do intercambio ampliaram-se as relações de trocas e vendas. Nesse sentido, o autor explica que em um primeiro momento o produto foi produzido no lugar pelo trabalhador e posteriormente

.

colocado no lugar para o consumo. Essa dinâmica gerou a necessidade de medir o valor do produto em si. Medir o valor é justamente a ideia que temos de dinheiro, que por sinal, não é nada recente.

As pesquisas de Enrique Dussel demonstram que a unidade de medida (dinheiro) dos astecas, por exemplo, era um punhado de cacau, e em outras culturas foram utilizadas pedras preciosas e metais escassos. Nas sociedades tradicionais o dinheiro media com seu próprio valor o câmbio, em equidade e igualdade todas as mercadorias do sistema econômico vigente, por meio do peso e o grau de pureza desses medidores como bronze, prata e ouro. Posteriormente, conforme o autor, o dinheiro como papel impresso foi utilizado na China desde meados do século IX, o valor foi garantido por convenção e garantia do Estado. No início respaldado em ouro, depois, conforme o autor, “nem isso” A diferença desse dinheiro impresso foi poder servir como *medida de equivalência de valor de todos os demais valores do cambio* das outras mercadorias. Assim, dentre tantas funções, o dinheiro teve o poder de acumular o valor do cambio, sem necessidade de reunir fisicamente em um lugar, as coisas reais chamadas mercadorias. Dessa forma, a acumulação pôde tender ao infinito e as desigualdades econômicas naturalizadas. Segundo o filósofo Dussel (2005) podemos compreender a possível origem das desigualdades com a constituição dos sistemas não equivalentes.

Para o filósofo citado acima, a origem do sistema econômico não equivalente está relacionada ao seguinte raciocínio:

> Aquele que domina os mais fracos (como os denomina o rei Hamurabi da Babilônia) é o que exerce o manejo ou apropriação do excedente, ou os sujeitos atores que tem apropriação ou gestão dos excedentes são os que dominam o manejo do sistema porque exercem antes a opressão com respeito aos oprimidos que trabalham diretamente com suas mãos e seus cérebros. (p.4)

Nessa mesma perspectiva, Adam Smith em seu livro *As riquezas das Nações* registrou citado por Dussel (2005) afirma que “todo homem é rico ou pobre segundo o grau em que pode usufruir das coisas necessárias” (p.17). Conforme o autor, a maior parte deles se alcança mediante ao trabalho de outra pessoa, e será rico ou pobre de acordo com a quantidade de trabalho do outro que possa disponibilizar. Assim, de acordo com Dussel (2005) pelo registro de Smith está claro que havia um sistema econômico equivalente, do qual o trabalho foi instrumento de medida.

.

Nesse contexto, para Dussel (2005) nos sistemas equivalentes encontrados na Ásia, México, exercido pelos Incas, Eslavos, Ameríndios, dentre outros, a produção visou atender as necessidades da vida humana. Por esse motivo, o excedente produzido foi de uso comum, em um sistema econômico de reciprocidade, destinado ao suprimento das necessidades coletivas ou individuais presentes. Conforme o autor, provavelmente, desde que se conseguiu acumular o excedente e esse excedente passou a ser gerido por poucos, surgiu o “tornar-se rico”. Esse fato, possivelmente, foi consequência da possibilidade de ao acumular, também dominar a força de trabalho dos necessitados desse excedente ou/e meio de produção.

Nessa perspectiva, Marx, citado pelo autor acima mencionado, também demonstra que os excedentes apareceram no serviço militar e participação de obras comuns, desenvolvimento de impérios, escravidão, e no desenvolvimento do sistema romano conhecido por feudalismo, no entanto, conforme Dussel (2005) esse último sistema não faz parte da história universal. O filósofo explica que o que conhecemos por feudalismo foi um sistema germano (não feudal) do qual o campesino tinha uma terra que cultivava em regiões nórdicas, mas não era propriamente parte de um Estado. O pesquisador esclarece que foi na decadência da Idade Média que apareceu o modo de apropriação feudal e a “relação senhorial” como relação essencial de apropriação. Para Dussel (2005) esse feudalismo foi um fenômeno exclusivo da Europa latina germânica, que ocorreu durante um contexto específico.

Conforme Dussel (2005) em média até o século VII houve uma relação de intercâmbio cultural e comercial intenso entre povos presentes no centro asiático (denominados turcos) com chineses, persas, mongóis, que colaborou para o domínio mulçumano do nordeste da Europa ao leste da China. Nessa dinâmica, ocorreu o domínio de Constantinopla pelos turcos otomanos. Constantinopla, fronteira entre Ásia e Europa e acessível à África, era uma região localizada no “centro” do circuito comercial, cujas rotas ocorriam principalmente por meio do mar Mediterrâneo. As redes mulçumanas somadas à conquista dos turcos otomanos bloquearam a rota comercial ligada ao acesso às Índias, por meio do controle do mar Mediterrâneo. Assim, a região denominada atualmente Europa foi isolada dessa relação comercial, por esse motivo foi iniciada as navegações em busca de outro

.

caminho para as Índias, bem como o desenvolvimento do que conhecemos por feudalismo.

De acordo com Dussel (2005), no entanto, esse feudalismo foi um fenômeno exclusivo da Europa latina germânica que ocorreu durante o bloqueio pelo mundo mulçumano, não se trata de uma etapa econômica válida para outras culturas. Posteriormente surgiram as formas pré-burguesas e pré-capitalistas, mas a dinâmica histórica não é linear: Antiguidade, Idade Média, Modernidade. Para Dussel (2005) essa história econômica universal linear é uma "invenção eurocêntrica do Romantismo Alemão e, portanto, uma linearidade assumida por Heguel e Marx" O desenvolvimento desse sistema econômico na Europa latino germânica consolidou a ideia da terra enquanto propriedade privada, no entanto, as relações comerciais relacionadas à Ásia, África, no Mediterrâneo e em algumas regiões da Europa continuaram suas relações com culturas próprias.

Buscar a origem das desigualdades, inevitavelmente nos leva aos trabalhos de pensadores com Hume, Locke, Rosseau, Marx, dentre outros. As teses desses autores, para Dussel (2005) têm como referência importante as consequências do surgimento da propriedade privada. Para uns "a propriedade é o fundamento do exercício da justiça frente aos que queriam possuir o que estava sob o uso do outro", para outros a origem da desigualdade está no surgimento da propriedade privada. Nesse sentido, o autor esclarece que a concepção de propriedade está ligada ao surgimento de excedentes e defesa de usos pessoais como objetos e rebanhos utilizados e protegidos em núcleos de famílias.

No sistema de reciprocidade, a partir do momento em que se originou a necessidade de obtenção do produto do outro, os ofícios começaram a ser divididos. O autor constata que a divisão dos ofícios é excedente econômico. Logo, no sistema equivalente o excedente comum, enquanto produto e meios de produção, passou a ser dominado pelos responsáveis pelos excedentes de uma dessas categorias: Ao poder controlar o produto foi possível controlar a força de trabalho necessitada desse produto, ao deter o controle do instrumento de trabalho também foi possível controlar a valorização do valor do trabalho do produtor. Surgiu o sistema não equivalente, no qual a cultura do domínio engendrou o controle do produto e do produtor ao mesmo tempo: O sistema escravocrata. A escravidão exercida por colonizadores europeus pela primeira vez marcou a relação de inferioridade por meio da cor da pele e ressignificou essa relação: o que nasceu escravo morreu

.

como escravo. Com a dinâmica do controle do produto e do produtor a inovação desses colonizadores tornou possível o controle da produção da terra e seus benefícios, por meio da mudança da concepção da terra enquanto espaço de subsistência para a concepção de terra a ser apropriada.

O sistema não equivalente possivelmente surgiu em um contexto específico. O sistema equivalente correspondente à relação igualitária entre a valorização do produto medida pelo valor correspondente à pureza dos aspectos constitutivos dos materiais necessários à subsistência, ou minerais e outros medidores de valor, foi subjugado pela relação não equivalente entre a valorização de um valor global sem presença física (dinheiro impresso) da referência desse valor. No fluxo dessa dinâmica a terra que não tinha valor, porque sua produção não dependia do trabalho humano, passou a ter um valor por ser concebida como propriedade. Essa dinâmica entre as relações coloniais foi se sofisticando com o tempo: dominou-se o excedente, os instrumentos do trabalho (material e humano), desdobrou-se a escravidão, o sistema servil, e o sistema assalariado. Ressaltamos a característica do sistema não equivalente em controlar o produto e o produtor. Uma relação desproporcional porque até o tempo humano “livre” transformou-se em excedente controlado pela necessidade criada para adquirir um salário que não devolverá esse tempo de vida gasto. Logo, compreendemos com Marx e Dussel que esse é um sistema não equivalente porque o ser-humano não tem valor e sim dignidade, por ser fonte criadora o que recebe por seu trabalho é desproporcional ao que produz.

Esse sistema não equivalente tornou-se cada vez mais desigual ao medir o valor não pela constituição essencial do produto e sim pelo ritmo da busca por sua aquisição. Somado a globalização da valorização do valor (capital) na forma de cédulas e sistema de crédito, a desigualdade em relação ao acesso aos recursos necessários à vida foi ampliada. Nesse sentido, segundo Peter Joseph (2007) há alguns anos atrás, o banco central dos Estados Unidos, a Reserva Federal (FED), produziu um documento intitulado “Mecânica Moderna do Dinheiro”. Esta publicação detalhava a prática institucionalizada da criação de dinheiro, como utilizada na Reserva Federal e na rede global de bancos comerciais que suporta. Na primeira página o documento declara o seu objetivo: “O objetivo deste documento é descrever o processo básico da criação do dinheiro, num sistema bancário de reserva fraccionário”. Conforme o esclarecimento por Joseph (2007):

.

> Os Governos dos Estados Unidos decidem que precisam de algum dinheiro, então pede para a Reserva Federal, por exemplo 10 bilhões de dólares. A FED responde: Ok nós compramos-vos 10 bilhões em títulos do governo. Então o governo pega alguns pedaços de papel, imprime alguns símbolos oficiais e os denomina-os "títulos do Tesouro". Então atribuem um valor referente a esses títulos, correspondente à 10 bilhões de dólares e os envia para o FED. Por sua vez, o FED gera alguns pedaços de papel impresso, mas dessa vez denomina-os "notas da reserva federal". Igualmente atribuindo o valor de 10 bilhões de dólares. A FED então troca essas notas pelos títulos do governo, assim que a troca seja feita o governo paga nos 10 bilhões em notas da reserva federal, e deposita em uma conta bancária. E com este depósito, as notas tornam-se oficialmente dinheiro legal. Adicionando 10 bilhões de dólares à reserva monetária dos EUA. E lá está ele! 10 bilhões em dinheiro acabaram de ser criados. Evidentemente este exemplo é uma generalização. Porque na verdade essa transição seria feita eletronicamente. Sem o uso do papel. Na verdade, apenas 3% da reserva monetária dos EUA existe em dinheiro vivo. Os outros 97% existem apenas nos computadores. Portanto, os títulos do governo são, por natureza, instrumentos de dívidas. E quando o FED compra estes títulos, com dinheiro que criou essencialmente a partir do nada, o governo está a comprometer-se a pagar esse dinheiro à FED. Em outras palavras, o dinheiro foi criado a partir de uma dívida[...] Vamos supor se entra alguém nesse banco e leva emprestado os novíssimos 9 bilhões de dólares, esse alguém irá em seguida, muito provavelmente, depositar esse dinheiro em sua conta bancária – o processo então repete-se. Como esse depósito começa a fazer parte das reservas do banco, 10 % é isolado e 90% dos 9 bilhões – ou 8,1 bilhões, são criados, e agora disponíveis para novos empréstimos [...] A média matemática resultante é que, aproximadamente, 90 bilhões de dólares podem ser criados a partir de 10 bilhões originais para cada depósito que ocorre no sistema bancário. Aproximadamente 9 vezes o seu valor pode ser criado do nada [...] (ZEITGEIST: THE MOVIE, lançado em 2007).

Peter Joseph explica que, neste sistema bancário de reserva fraccionária, o valor desse dinheiro recém-criado é o dinheiro existente. *Novo dinheiro essencialmente "rouba" valor de reserva existente*, uma vez que a quantidade total de dinheiro aumenta independente da procura por bens e serviços, e como, a oferta e procura requer equilíbrio, os preços aumentam diminuindo a compra de cada dólar individual. Esse entendimento sugere que nesse sistema não equivalente o que conhecemos por inflação não é um efeito de uma gestão que saiu do controle, e sim um mecanismo estrutural do próprio sistema monetário vigente.

Nos tempos modernos a recorrência colonizadora do ato de acumular riquezas humanas apareceu como política das organizações financeiras internacionais. A atualização do imperialismo na dinâmica corporativista inaugurou uma nova política de domínio: a criação dos denominados "Assassinos Econômicos". Conforme John Perkins:

> A introdução do Assassino Econômico começou na verdade no começo dos anos 50 quando Mossadegh (primeiro ministro do Iran 1951-1953),

.

> escolhido democraticamente, foi eleito no Iran. Ele era considerado como "A esperança da democracia" no Médio Oriente ou pelo mundo. Ele foi o homem do ano da revista Time. Porém uma das questões que ele trazia, e queria implementar, era a ideia de que as petrolíferas internacionais deveria pagar muito mais ao povo iraniano pelo petróleo que estavam a retirar do Irão e que o povo iraniano deveria ser beneficiado do seu próprio petróleo. Política estranha? Claro que não gostamos disso, mas tivemos medo de fazer o que estávamos a fazer, que era enviar os militares. Em vez disso, enviamos um agente da CIA, Kermit Roosevelt, parente de Teddy Rosevelt. E com alguns milhões de dólares, ele mostrou-se muito eficiente e em pouco tempo Mossadegh foi deposto e substituíram-no pelo Shar do Irão, que sempre foi a favor do petróleo, e isso funcionou muito bem.Aqui nos EUA, em Washington, as pessoas viram aquilo e disseram "uau, isto foi fácil e barato." Então estabeleceu-se um novo modo de manipular países, de criar impérios. O único problema de Roosevelt é que ele era um agente da CIA identificado e se ele fosse apanhado, as implicações poderiam ter sido muito sérias, então naquele momento, tomou-se a decisão de usar consultores privados para canalizar o dinheiro através do Banco Mundial ou uma das outras agências para treinar pessoas como eu, que trabalham para empresas privadas, assim, se fôssemos apanhados, não haveria consequências governamentais. (PERKINS,John. Confissões de um Assassino Econômico. Tradução: Henrrique Amat Rego Monteiro. Ed. Cultrix.SP.2004)

O registro do autor revela que a nova estratégia colonial passou a eleger profissionais para mapearem locais onde existem recursos naturais, como etapa para conseguirem altos empréstimos com o Banco Mundial e fazer a oferta aos governos dos territórios com riquezas visadas por ambições imperialistas. Dessa forma, ao colocar um país em dívida para negociá-las posteriormente com juros altos, torna-se possível conseguir que um país venda matéria prima muito abaixo do valor, ou conseguir implementações de empresas privadas para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, forças militares em outros territórios, ou forças eleitorais na ONU, como forma de pagamento de uma dívida forjada para que qualquer governante não consiga pagá-la. Conforme John Perkins (2004):

> Isto é o que nós AEs (Assassinos Econômicos) fazemos melhor: construímos um império mundial. Somos um grupo de elite de homens e mulheres que utilizam organizações financeiras internacionais para tornar outras nações subservientes à corporatocracia e fazer funcionar as nossas maiores corporações, o nosso governo e os nossos bancos. Como os nossos equivalentes na Máfia, os AEs fazem favores. Estes são em forma de empréstimos para desenvolver a infraestrutura — usinas de geração de eletricidade, estradas, portos, aeroportos ou parques industriais. Uma condição desses empréstimos é que as companhias de engenharia e de construção do nosso próprio país construam todos esses projetos. Na essência, grande parte desse dinheiro nunca deixa os Estados Unidos; é simplesmente transferido das agências bancárias de Washington para escritórios de engenharia de Nova York, Houston e San Francisco. (p.7)

.

Os efeitos do colonialismo e suas atualizações na história gerou um racismo, que conforme Grosfoguel (2005) tornou-se um princípio organizador da economia política, inserido em cada eixo político.

Por exemplo, o controle social através das divisões do trabalho, dívida e condicionamento salarial, controle do sentido da identidade do indivíduo, controle das formas de conhecimentos padronizados no Sistema de Ensino, dentre outros.

Nesse sentido, o que nos inquieta é saber que o nosso Sistema de Ensino, ainda que tenha autonomia para desenvolver projetos de pesquisas e extensão, não esclarece como funciona a real esfera de tomadas de decisões: as organizações financeiras internacionais, como FMI, OMC, BM,OCDE. Como conhecer o funcionamento do que, possivelmente, é a grande esfera das tomadas de decisões, sem acesso à educação referente ao funcionamento do próprio poder público local?

Sem consciência e conhecimento do funcionamento da organização do poder público local, dificilmente o indivíduo consegue garantir os seus direitos humanos. Da mesma forma, sem conhecimento e consciência da mecânica do sistema financeiro internacional, estaremos sujeitos à margem da fachada democrática do voto de representantes nacionais. Provavelmente, a grande engrenagem da desigualdade econômica, por meio de estratégias ideológicas e físicas, parece ser alimentada por esses processos de decisões que não participamos.

Sem uma consciência coletiva verdadeiramente política, como resolvermos a problemática da administração do excedente que também é coletivo? Como resolver a desigualdade econômica de outra forma?

.

3 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: o que é – para quê serve e para quem?

> - Quando eu uso uma palavra - disse Humpty Dumpty num tom escarninho - ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique... nem mais nem menos.
> - A questão - ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.
> - A questão - replicou Humpty Dumpty – é saber quem é que manda. É só isso. (LEWIS CARROLL in: Alice no País das Maravilhas)

A palavra progresso[35] advém da raiz latina “gradus” que significa passo, somado ao prefixo “pro” obteve o sentido de “ir para frente, ou avançar”. Também dentro da concepção latina, a palavra desenvolvimento vem da raiz “volvere”, em latim “rolar, fazer girar”, dessa forma com o prefixo “desen” trouxe o sentido de oposição somado a “envolver”, que originou o sentido de “fazer aparecer algo”.

Nessa perspectiva, progresso e desenvolvimento, aponta o sentido etimológico *ir para frente para que algo apareça*. De forma que, inversamente, também pode ser concebida como *desenrolar para alcançar um avanço*. Assim, sobre quais “pontos enrolados” a oportunidade de avanço se encontra? De que forma esse avanço é representado em relação a esses valores semânticos?

A ideia moderna sobre o sentido do que seja progresso, no contexto político econômico, possivelmente nasceu no contexto judaico – cristão concebido como expansão de domínios territoriais e crescimento econômico no contexto imperial regido por *Constantino.* A busca do real sentido de *progresso* passou pela Revolução Científica no séc. XVII, entendido como desenvolvimento tecnológico progressivo, e ganhou profundidade humanista no iluminismo no séc. XVIII. Nesse contexto, *p*ara Pascal[36], na coletânea filosófica intitulada *pensamentos,* “A natureza age por progresso, *itus et reditus*” no sentido do ir e vir enquanto mecânica física que faz a própria natureza expandir, contrair e transformar todo sistema vivo.

A reflexão sobre o que é *progresso*, no entanto, parece ser mais antiga e antecede a ideia de “Ocidente”. Na região que hoje conhecemos por Oriente, em especial na Índia, é possível encontrar filosofias que explicam a mecânica da

---

[35] Origem Da Palavra: Site de Etimologia < http://origemdapalavra.com.br/site/ >

[36] Blaise Pascal contribuiu decisivamente para a criação de dois novos ramos da matemática: a Geometria Projetiva e a Teoria das probabilidades. Em Física, estudou a mecânica dos fluidos, e esclareceu os conceitos de pressão e vácuo, ampliando o trabalho de Evangelista Torricelli. É ainda o autor de uma das primeiras calculadoras mecânicas, a *Pascaline*, e de estudos sobre o método científico. Disponível em:< https://pt.wikipedia.org/wiki/Blaise_Pascal>. Acessado em abril/2015.

.

existência por meio de leis físicas que possibilitam a expansão, contração e transformação de todas as formas de vida. Essa explicação pode ser encontrada por meio da compreensão filosófica dos *Vedas* (1976), por exemplo. Da mesma forma a compreensão do progresso, enquanto o desenvolvimento da própria natureza da Vida apareceu no Egito por meio da filosofia hermética, registrada no livro O Caibalion (s/d):

> Tudo tem fluxo e refluxo; tudo tem suas marés; tudo sobe e desce; tudo se manifesta por oscilações compensadas; a medida do movimento à direita é medida do movimento à esquerda; o ritmo é a compensação (p.6)

Percebemos que a filosofia védica e hermética demonstra que tudo o que existe está conectado por meio de funções latentes em cada átomo de existência, alcançar seu melhor desempenho é desenvolver-se. Adquirir a consciência sobre quais são as qualidades individuais e vencer os vícios para potencializar essas qualidades é progredir.

Nesse contexto, a posição social que o indivíduo ocupa está diretamente ligada ao exercício do que internamente pulsa para ser produzido. Esse pensamento também aparece por meio dos livros de Aristóteles e Platão. Em *Ética a Nicômaco*, por exemplo, o filósofo demonstra que tudo na natureza cumpre uma função específica de acordo com a presença dos atributos individuais. Transformar a potência individual em ato é alcançar sua finalidade. Alcançar a própria finalidade é viver a vida que vale a pena ser vivida, *eudaimonia* , a felicidade plena enquanto finalidade humana, específica, vivenciada e ativa. Logo, ambas as reflexões filosóficas encontradas no que conhecemos por Oriente e Ocidente têm na compreensão do que seja o progresso o alcance do desenvolvimento das potencialidades individuais, ou essência. Com a Revolução Industrial, no entanto, essa ideia muda de forma.

É possível perceber essa mudança por meio do contra discurso ao desenvolvimento e progresso na literatura *Galvez Imperador do Acre* do amazonense Márcio Souza. Na dinâmica industrialista e do ciclo econômico da borracha o autor satiriza o progresso moderno:

> **PROGRESSO**
> Há 35.000 utilidades para o uso da borracha, e, no entanto, segundo Henry Ford, ela ainda permanece na infância da indústria. (p.118)

.

O deslize do sentido do progresso humano para o progresso técnico, no contexto da expansão industrial, pode ser compreendido por meio dos estudos pós-coloniais de Walter Mignolo e Aníbal Quijano. Para ambos o progresso nesse contexto está ligado aos atributos da modernidade europeia da qual a partir da colonização das Américas fundou-se um imaginário dualista do mundo moderno: Europa civilizada frente aos "outros" atrasados (Ocidente X Outros). Isso porque a partir do imperialismo europeu foi construído, pela primeira vez, uma história universal linear que descreve o movimento do espírito humano e dos povos a partir de um estado de natureza para o estado civilizado, científico e moderno cujo centro é a Europa. Dessa forma, sentidos, contextos, concepções e funções foram ressignificadas a partir da sistematização de um conhecimento mundial eurocentrado. O progresso nessa perspectiva foi relacionado ao progresso técnico para o desenvolvimento da civilização.

Vimos que a princípio tanto no Oriente como no Ocidente, por meio dos vedas e dos registros gregos, o *progresso* foi concebido enquanto o alcance da finalidade humana. Para encontrar essa finalidade observa-se as potencialidades, talentos, aptidões, motivações internas que ao serem exercidas revitaliza o indivíduo. Desenvolver essas qualidades e alcançar cada vez mais o melhor desempenho das virtudes e da transformação da potência (motivação latente) em ato (produção/trabalho) é progredir. Logo, a produção e o trabalho estão intrinsecamente ligados ao exercício do que pulsa no indivíduo para ser produzido por ele. A partir da modernidade europeia, no entanto, tanto o conhecimento, como o homem, foram descontextualizados e instrumentalizados. Dessa forma, houve a transição no ocidente da concepção de *progresso interno* para *progresso técnico*/externo.

Nessa dinâmica, foi Auguste Comte quem provavelmente trouxe a ideia de progresso como "o desenvolvimento da ordem". Devido a grande influência do positivismo na sociedade moderna essa concepção do que seja progresso predominou politicamente até esse século XXI. O que nos leva a mais uma pergunta: desenvolvimento de qual ordem?

A construção de uma história universal sobre a humanidade apresenta uma resposta linear frente uma realidade dinâmica. A filosofia védica mostra o desenvolvimento enquanto o processo de fazer emergir o melhor da singularidade humana por meio da superação contínua dos vícios e perversidades. A filosofia

.

grega mostra que houve um tempo em que o desenvolvimento das virtudes e talentos apareceu como fundamento natural para o desenvolvimento material. O desenvolvimento da matéria apareceu como consequência do ato de suprir as necessidades por meio da transformação individual de *potência* em *ato*. O desenvolvimento da modernidade, por sua vez, aparece sob as bases de uma descrição universal linear sobre o mundo e a evolução humana. Essas descrições tornaram-se base das disciplinas que integram o Sistema de Ensino ocidentalizado. Por exemplo, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884) escrito por Friedrick Hengel, *Do Contrato Social (1762)* de Jean Jacques Rousseau , *A Crítica da Razão Prática* (1788) por Immanuel Kant, *O Discurso Sobre o Método* (2003) escrito por René Descartes, contribuíram para legitimar um único método de validação. Se a cultura influencia comportamentos individuais, o curso da formação educacional no de correr da vida estabelece um padrão lógico de raciocínio que tende a acomodar o mundo real à descrição desse mundo aprendido e enraizado pela razão.

As consequências do contexto histórico do século XVIII desencadearam o movimento iluminista e geraram profundas rupturas do pensamento europeu com o pensamento filosófico de outras regiões como Ásia, África e América. Por exemplo, conforme a filosofia grega e védica nada na natureza é inútil, por meio do conhecimento da essência ou dos atributos individuais é possível discernir o lugar existencial no mundo, e por meio da busca da excelência das virtudes e talentos cumprir a finalidade existencial e obter dignidade moral. Essa perspectiva foi defendida por Aristóteles, conforme o filósofo, talento está ligado à moral, quem não produz, serve. A escravidão e servidão, portanto, é naturalizada porque de acordo com os atributos humanos (potência física, potência racional, potência criativa...) o indivíduo vai ocupar um lugar específico na sociedade. A desigualdade de talentos precede a desigualdade da dignidade moral. Para Aristóteles em sua obra Ética a Nicômaco (2001, p. 108-109) igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade, ou seja, porque somos desigualmente talentosos somos desigualmente dignos morais. Dessa forma, por meio dos registros do pensamento grego, justifica-se a existência de uma hierarquia política que vai buscar colocar limites entre a satisfação e a insatisfação dos desejos coletivos.

.

Para Aristóteles a dignidade moral está ligada a viver bem, logo, a desigualdade do modo de vida e acesso é justificada pela desigualdade de talentos lapidados e desempenhados em sociedade. O filósofo ao observar que nem toda espécie de planta atinge seu esplendor se não tiver em um meio que permita que todos os seus atributos possam desabrochar e cumprir sua finalidade plena, percebeu que o mesmo ocorre com os animais e seres-humanos. Esse pensamento demonstra que indivíduos podem ter talentos que nunca serão descobertos ou lapidados se esse indivíduo habitar um lugar que não possibilita seu desenvolvimento pleno. Dentro da concepção cósmica grega cada existência é uma peça que contém uma função específica natural de desempenho do Cosmos. O poder, nessa dinâmica, foi legitimado pelo discurso dos talentos ou atributos naturais. Platão por exemplo, entendeu que a função do ato de governar deveria ser desempenhada por filósofos, devido às faculdades intelectuais que já nascem no indivíduo, e, portanto, tem uma função inata. Assim a naturalização dos recursos humanos justificou o exercício do poder.

A partir da estabilização dos sentidos do cristianismo o critério de legitimidade do poder político foi transformado. Podemos perceber essa transformação por meio da ruptura filosófica sobre o posicionamento da existência no mundo disseminado por pensadores do contexto moderno no Ocidente. A crítica do filósofo Imannuel Kant em sua obra *A Crítica à Razão Prática* publicada em 1788, por exemplo, apresentou um descolamento entre a natureza e a moral. Para o autor moral é diferente de talento, assim é ressignificada enquanto decisão do que fazer com o talento: No uso da razão para exercer as aptidões e motivações todos somos iguais. Dessa forma, a desigualdade do talento passa a ser diferente de ser indigno, pois decidir o que fazer com o talento que tem passa a ser o que proporciona a dignidade moral. Logo, a dignidade moral está ligada com a decisão sobre o melhor uso do talento que se tem. A capacidade de decidir é o que nos torna iguais. Nessa perspectiva, o pensamento filosófico estabilizou novos sentidos no Ocidente, no que tange concepções existenciais e sociais.

Esses novos posicionamentos filosóficos no ocidente foram reproduzidos pelos povos colonizados e ocidentalizados. Assim, identificamos pelo menos três consequências: 1) A ressignificação moderna da ideia de trabalho; 2) Igualdade como um atributo da moral; 3) Surgimento da ideia de humanidade, como aquele que detém a razão, a capacidade de decidir sobre como viver. O trabalho antes

.

concebido como a transformação da potência natural do indivíduo em ato considerou que toda existência cumpre uma finalidade inata e única para o bom funcionamento do Todo, ou Cosmos, cabe ao indivíduo descobrir quais são seus atributos para descobrir e desenvolver sua finalidade existencial. A concepção de trabalho da modernidade para a pós-modernidade demonstrou uma influência ideológica da teoria sistêmica, da qual cada indivíduo é concebido ainda como uma peça, mas ao invés do Cosmos, do Estado.

Nesse sentido, teoricamente o trabalho é o cumprimento, por cada cidadão, da tarefa do transformar a demanda social em decisão deliberativa. Em síntese, buscar de maneira técnica resolver os problemas levados ao conhecimento do poder público. Na dissociação da moral com os talentos inatos, não importa se há talento ou competência, a dignidade moral é estabelecida na decisão do que fazer com o que se sabe, ou quer fazer. Nessa perspectiva, atualmente a legitimação do poder ocorre pela razão enquanto a ideia de um consenso coletivo cuja materialidade é a lei. Por esse motivo, diferente das concepções concebidas como clássicas, a ideia de igualdade passou a ser um atributo da moral, e a humanidade a garantia dos direitos a essa igualdade de direitos, vinculada à mesma dignidade moral por meio do melhor direcionamento da razão.

O interessante no surgimento da igualdade enquanto atributo da moral na modernidade está na perspectiva pós-colonial que vai demonstrar que a garantia da igualdade por meio da razão serviu para legitimar as diferenças dos povos que foram concebidos como irracionais por serem culturalmente diferentes. A nova justificativa das diferenças foi muitas vezes legitimada por meio do discurso científico. No XIX, por exemplo, em 1859 o britânico Charles Darwin publicou sua pesquisa intitulada *Origem das espécies*, que ao disseminar o raciocínio evolucionista trouxe a ideia de raça e meio. Posteriormente, esses conceitos foram fortemente utilizados para justificar a superioridade e inferioridade de grupos, através da teoria evolucionista aplicada aos povos. O evolucionismo social, por exemplo, classificou a sociedade em três etapas evolutivas: bárbara, primitiva, civilizada. Dessa forma, várias representações europeias classificaram os asiáticos como primitivos e os africanos como bárbaros. Assim, colonizadores europeus desenharam sua identidade como civilizada e atribuíram a si a “missão civilizatória”, logo, a justificativa para legitimar o domínio da Ásia e África.

.

Márcio Souza, porém, por meio do contra discurso desestabiliza a lógica discursiva científica com pretensões universais de validações e suas “verdades irrefutáveis”:

> **ANTROPOLOGIA FÍSICA**
>
> Sir Henry não concebia que o teatro Amazonas fosse obra de seres humanos. Muito menos dos semicivilizados nativos, notórios por sua inferioridade racial e total falta de capacidade para o raciocínio lógico. (p.96)

O contra discurso ao desenvolvimento e progresso humano e civil faz emergir aqui outra teoria que legitimou a colonização: o darwinismo social. Isso significou que na luta pela vida é possível identificar as nações e raças mais fortes e capazes de sobreviver, logo, o colonizado é naturalmente inferior. Percebemos aqui, que o marcador da desigualdade passa a ser a coerência do uso da razão em relação à cultura do colonizador: quanto mais distante, menos civilizado e mais irracional é o colonizado. Essa relação de domínio foi marcada por um contexto específico.

Foi no século XIX que reconhecemos o imperialismo ou neocolonialismo enquanto movimento de exploração e domínio das nações industrializadas europeias (Inglaterra, França, Alemanha, Belgica, Holanda) sobre os continentes africanos, asiáticos e posteriormente nas Américas. A legitimação discursiva do domínio colonial, por meio do evolucionismo social e darwinismo social, tornou possível a difusão europeia sobre o próprio sentido do imperialismo e o neocolonialismo: movimentos naturais de uma raça superior, branca, europeia, patriarcal, cristianizada, cuja missão foi justificada pela responsabilidade natural dessa raça superior em levar a civilização, enquanto desenvolvimento tecnológico, moral e governamental às regiões a serem exploradas. Foi por meio desse discurso que o colonialismo na África e Ásia foram naturalizados como etapa civilizatória. Se observarmos nos dias atuais quando um empreendimento implica deslocamentos sociais brutos, ou trágicos ambientalmente, há um pensamento que naturaliza esses acontecimentos enquanto etapa para o progresso.

Provavelmente as mudanças no pensamento filosófico, reproduzidas nos processos de colonização, influenciaram a própria naturalização da desigualdade social nas Américas. Por exemplo, o francês Augusto Comte[37] traçou uma evolução

[37] O nome do pensador francês Auguste Comte (1798-1857) está indissociavelmente ligado ao positivismo, corrente filosófica que ele fundou com o objetivo de reorganizar o conhecimento humano e que teve grande influência no Brasil. Comte também é considerado o grande sistematizador da

.

geral do espírito humano que denominou de Estado. Conforme sua abordagem, a evolução do intelecto humano passa por três estágios: teológico, metafísico e positivista. O terceiro termo implica na experimentação do fenômeno observável. Dessa forma, o positivismo foi caracterizado pelo autor como um estudo dos fenômenos observáveis, somado a busca das relações lógicas de fenômenos recorrentes. Com o objetivo de estabelecer previsões racionais, sobre as regularidades, através de experimentações repetidas, buscou-se a comprovação de hipóteses por meio de resultados possíveis de serem reproduzidos, e talvez por isso, considerados científicos. Nessa perspectiva, Comte influenciou a adoção do método científico como base para a organização política da sociedade industrial moderna.

A assimilação do método científico positivista colaborou para legitimar a invalidação de outros saberes e métodos, que a princípio não podem ser submetidos a medições e experimentos objetivos. Sobre essa postura, a literatura *Galvez Imperador do Acre* apresenta um contra discurso ao progresso do pensamento moderno também em relação ao desenvolvimento da metafísica por meio da ciência:

> **METAFÍSICA**
>
> Abril de 1899. Recebi um insistente convite do major Freire, secretário do Tesouro Público, para uma sessão espiritista em sua mansão. Como imposição, devia levar Justine. O que acontecia nessas sessões era tão bem guardado que nos lares se comentava a meia-voz e na ausência de crianças e senhoritas(...) Ele tentava unir Alan Kardec com Kama-Sutra. O isolamento de Manaus levava o dinheiro a procurar a metafísica no outro extremo. O novo-rico também necessita de espiritualidade. (p.120)

O contra discurso ao desenvolvimento da metafísica moderna debocha dos aspectos da transcendência registrados em duas regiões colonizadas pela Inglaterra: França (representada na referência ao Alan Kardec e Índia (representada por meio da referência ao Kama-Sutra). Conforme Grosfoguel o colonizador inferioriza toda a cultura do colonizado para legitimar a sua superioridade. Dessa forma, a cosmologia cristã passou a ser representada como única fonte de verdade ao representar a cultura do colonizado como primitiva, mitológica, dentro de categorias que demarcam aspectos da inferioridade racional.

Nessa perspectiva, percebemos mais uma transição no pensamento filosófico grego para o pensamento cristianizado: Da imanência moral, da qual respostas

---

sociologia. Disponível em:< http://revistaescola.abril.com.br/formacao/auguste-comte-423321.shtml>. Acessado em abril de 2015.

.

existenciais são internas e por isso é necessário conhecer a si mesmo, para a transcendência cujos sentidos da vida estão fora do ser-humano. Nesse caso, o contra discurso faz uma sátira à necessidade da espiritualidade no território das relações de poder. O deboche representa as características da metafísica moderna enquanto um instrumento para satisfação dos desejos carnais, atribuída ao poder que o dinheiro desperta, e exacerbada em regiões isoladas por meio da liberdade do colonizador em possuir riquezas e pessoas.

Vale observar que a afirmação do contra discurso “o novo rico também necessita de espiritualidade” parece satirizar ainda a perspectiva ideológica moderna das classes dominantes. Enquanto para Platão a essência da realidade foi o mundo das ideias, para Aristóteles essa essência foi a própria causa, já no no existencialismo do século XX houve uma ruptura da concepção de essência no Ocidente. Conforme a proposta existencialista não há uma natureza que se antecipa à vida e nem uma essência específica que define a existência, ou não haveria liberdade, portanto, a realidade humana passou a ser concebida como a própria liberdade. O ser humano cria a si por meio de suas escolhas e vivências, não há uma natureza que o antecede, portanto é livre para ser e viver conforme sua vontade.

Nessa perspectiva, a lógica pode nos fazer pensar que isso não faz sentido para todas as pessoas dentro de uma organização social, uns tem mais liberdade de deliberar sobre sua existência do que outros. Essa concepção, de certa forma, foi o que o filósofo Spinoza denominou de *Ilusão do livre arbítrio.* Para o pensador holandês em sua obra todo homem nasce ignorante das causas e busca o que lhe é útil, assim, por estarem conscientes de suas volições e apetites creem que são livres, mas não pensam nas causas que os dispõe a ter essas vontades e apetites. Dessa forma, como o foco é a busca do que é útil para um determinado fim, julgam a causa do que desconhecem conforme suas próprias inclinações. O pensador demonstra que a percepção humana do que lhe útil na natureza provavelmente tornou possível o pensamento de que os recursos naturais são meios disponíveis para o uso humano. Isso porque, ao serem abundantes, acessíveis, gratuitos e úteis ao indivíduo, essa disposição e manutenção do que é necessário ao ser humano passou a ser atribuído a alguém (Deus), do qual para manter esses recursos naturais a vida deve receber um culto. Assim, para Spinoza não há finalidade, causa ou modelo divino, alinhados à realidade objetiva do ser, por esse motivo o pensador

.

considera que a melhor conduta humana é a que permite alavancar a sua potência, energia vital, cuja materialidade é a alegria, o bem-estar.

A filosofia de Spinoza foi significativa no mundo ocidental. É possível perceber que há algo em comum nas filosofias consideradas clássicas: A busca da resposta sobre qual é a melhor forma de viver ou agir. A filosofia grega conhecida no Ocidente demonstrou que buscar a excelência nos talentos inatos possibilita atingir a finalidade da existência e, portanto, adquirir dignidade moral. Com a filosofia de Kant percebemos que houve um descolamento entre talentos inatos e moral, o que possibilita adquirir a dignidade é a decisão com boa vontade frente ao mundo. Para Spinoza, as relações que o indivíduo faz com o mundo objetivo podem alavancar a sua potência (alegria) ou diminuí-la (tristeza), logo a melhor conduta é aquela que possibilita justamente o aumento de potência, força vital. Essa filosofia marcou de tal forma o pensamento ocidentalizado que Márcio Souza em *Galvez Imperador do Acre* ofereceu um contra discurso à ética moderna que debocha do desenvolvimento do conhecimento ocidental relacionado à sua utilidade social:

> **A ÉTICA DE SPINOZA**
> No odor de roupa suada e piché de perfume cansado, o senador Hipólito Moreira levantava a saia de sua priminha de quinze anos e púbis calvo. Ela ria e cruzava as pernas que os dedos do senador afagavam de anéis. Ela ria e beneficiava a investida do velho Hipólito que coçava a barba de arame e deixava filetes de saliva escorrer pelo canto da boca. O garanhão velho estava com fome e deixava-se roubar pela furtiva modéstia da fêmea. Senador Hipólito, baluarte da sociedade, triunfava em seus dedos trêmulos que tocavam rápidos o objeto de sua procura. Um velho feliz... (p.23)

A Ética para Spinoza não diz respeito à ação altruísta cristã, mas sobre uma realidade da qual os desejos e o egoísmo são inevitáveis.

O autocontrole é a ilusão do livre-arbítrio, por esse motivo o arrependimento não é recomendado, pelo pensador, porque diminui a potência de agir. Spinoza considerou a sociedade como uma organização que busca o aumento do prazer e a diminuição da dor, se ambas as partes sentem prazer, há o aumento de bem-estar, logo o aumento de potência, energia vital. As emoções (quando boas) são modificações no corpo que aumentam o poder de ação ou diminuí (quando más), assim o *apetite*, enquanto o motivo pelo qual se age, é a própria essência do homem que determina tanto a sua conservação, como o que fazer. O desejo nessa dinâmica impulsiona o homem a se preservar, e quando alinhado às boas emoções aumenta a força vital, a potência de agir.

.

Nesse sentido, o contra discurso em *Galvez* à ética faz conexão com as relações de poder na colonização da Amazônia, o que representa a ética política moderna ocidental na contramão da moral cristã. Se o cristianismo mostrou que controlar as energias humanas mais densas possibilita o desenvolvimento espiritual do indivíduo, para Spinoza não há um modelo transcendente, logo a ética não deve condenar as paixões como vícios. De acordo com o filósofo mente e corpo são uma coisa só, assim, são bons e virtuosos todos os prazeres que aumentam a potência de agir. O que é bom é traduzido por meio do corpo em afetos que satisfazem o indivíduo, como felicidade e todos os seus derivados, e o que é mal, exatamente a tradução do corpo em afetos demonstram a insatisfação do Ser. Interessante notar que a política possivelmente surgiu como necessidade de colocar limites entre os desejos coletivos que serão satisfeitos e os desejos que não serão satisfeitos. Assim, o contra discurso à ética vinculada à representação do comportamento de um político nas Américas, sugere que a satisfação individual é base da ética política na Amazônia.

Pensar sobre ética parece fundamental. Para Aristóteles ética é uma avaliação de terceiros sobre uma determinada vida ter sido ou não bem vivida, conforme o alcance do desenvolvimento e desempenho dos talentos inatos do indivíduo avaliado. Kant demonstrou que a decisão sobre o quê fazer com os talentos é o que pode demonstrar a sua dignidade moral. Nessa perspectiva a ética representa uma conduta individual, em vida, da qual a consequência de um ato demonstra se essa conduta foi boa ou má. A ética de Spinoza considera que o bem é o que é útil e o mal o impedimento de possuir algo de bom. Logo, se em Kant a avaliação de uma conduta, boa ou não, parte da consequência do ato, em Spinoza o que vai dizer se uma ação é boa ou má é o que motiva a ação. Nesse sentido, o que define o bem e o mal é a tradução, que o corpo faz, denominado de afeto. Para Spinoza (s/d) “o afeto de um indivíduo difere tanto do afeto de outro quanto a essência de um difere da essência do outro” (p.61) logo, esse filósofo não defende uma ordem moral pré-estabelecida porque nem todos os indivíduos alavancam sua potência de agir por meio das mesmas motivações.

Conforme esse pensamento, “A força com que o homem persevera na existência é limitada e é infinitamente superada pela potência das causas externas” (p.72). Essa reflexão sugere que para saber se uma conduta foi boa ou má é necessário saber qual foi a causa que a motivou. Para o autor nada é bom ou mal

.

por natureza, o sentido muda, conforme o contexto, a relação entre os afetos, os corpos e suas traduções afetivas, que podem aumentar ou diminuir a potência do Ser. A ética de Spinoza, conforme dessa forma, relaciona a conduta à busca individual por aumento da potência de agir, e a organização social um mecanismo para aumentar o prazer e diminuir a dor. Dessa forma, temos pelo menos duas perspectivas sobre a ética: a análise de uma vida bem sucedida (com base no desenvolvimento dos talentos inatos), e avaliação de uma conduta boa (com base na boa vontade). A boa vontade refletida por Kant significa a manutenção de intenções honestas no desempenho de uma conduta, ou seja, o indivíduo age com intenções honestas independentemente de vigilâncias ou mecanismos externos. Tanto na filosofia grega como em Kant o homem pode controlar as suas energias, a prática das virtudes, seja avaliada depois da vida ou durante, é o que encontramos enquanto representação da ética.

A ética, enquanto prática das virtudes apareceu tanto enquanto o encaixe do Ser à sua finalidade no Cosmos, quanto o encaixe do indivíduo à sua finalidade no Estado. Vimos que Spinoza nega qualquer finalidade pré-estabelecida e demonstra que o Ser busca potência de agir, alegria, prazer, bem-estar, decorrências da felicidade que aumentam a sua força vital. Posteriormente, por meio da mesma negação finalista a filosofia de Friedrich Nietzsche (1844-1900) sugeriu viver de forma a desejar que o instante vivido fosse permanente e eternizado. Nessa perspectiva, *Galvez Imperador do Acre,* escrito pelo amazonense Márcio Souza, faz emergir o eterno retorno, trabalhado por Nietzche dentre várias obras em *A Gáia Ciência* (1882), enquanto contra discurso à ética cristã:

> **O ETERNO RETORNO**
>
> Naquele maio calorento apareceu Joana (freira sem vocação que *Galvez* se relacionou às escondidas). O mesmo rubor abrasando a testa, as mãos nervosas que ainda me lembravam a freira problemática. Mas não havia mais as palavras macias trocadas num porão eclesiástico. Joana voltava transformada para o meio das coristas, com as quais até se confundia. Era uma alegria tornar a ver a minha companheira de ambiguidade. Justine admirava o vestido bem cortado de Joana. Escapamos para a rua. (p, 131)

Observamos que a ética vinculada ao contexto de *Galvez* é justamente a ética niilista, enquanto a negação de um modelo transcendente, absoluto, que reprime e absolve o ser-humano conforme a avaliação da sua conduta, por meio de uma “tabela” pré-estabelecida do que é certo/bom e errado/mal.

.

Os aspectos do que conhecemos por modernidade aparecem, na literatura *Galvez Imperador do Acre,* relacionados à ficção por meio da intertextualidade. Essa conexão, muitas vezes por meio dos tópicos contextuais, faz emergir diversos contra discursos ao desenvolvimento e progresso, humano e técnico – científico. Nessa perspectiva, o contra discurso ao desenvolvimento e progresso humano debocha do alcance e do uso da filosofia ocidental, considerada por si mesma, como o avanço da razão frente às sociedades não ocidentalizadas. Percebemos que tanto o contra discurso ao progresso, como à antropologia física, metafísica, ética, e sugestão sobre como viver / Eterno Retorno, há uma premissa comum: priorizar os próprios interesses. Seja a vida pessoal vinculada ou não à política, viver para buscar a satisfação dos próprios interesses é perfeitamente justificável pela filosofia ou razão moderna.

Nessa perspectiva, percebemos que o posicionamento filosófico, do Ser frente ao mundo, pode não só influenciar a percepção do indivíduo e sua própria conduta, como também o pensamento e a conduta coletiva. Nesse sentido, René Descartes (2001) é reconhecido atualmente como criador do método científico do mundo moderno ocidentalizado. A base do método cartesiano consiste na dúvida. A partir da dúvida base (1) separa-se tudo o que ainda pode ser colocado em dúvida (2), divide-se entre ideias mais complexas e ideias mais simples (3), em seguida, o ciclo é revisado para eliminar possíveis erros e dar sequência a análise do próximo dado, enquanto parte do todo. Quando lembramos, por exemplo, que o Sistema Educacional, moderno ocidentalizado, divide um conhecimento em disciplinas, cada disciplina em etapas de verificação, cada formação em uma especialidade funcional, cada pesquisa científica sistematizada em categorias de análise, é possível notar que a base da ciência moderna ocidentalizada utiliza o método cartesiano. A literatura *Galvez Imperador do Acre* de Márcio Souza, no entanto, faz uma sátira ao uso desse método em culturas não ocidentalizadas na consagrada modernidade.

> **EM NOME DA CIÊNCIA**
>
> (...) o meu caro cientista guardava, em vidros de formol, cerca de vinte amostras de genitálias masculinas extraídas de índios do rio Vaupés.
>
> **DESCARTES**
> [...] Eu não tinha nenhuma intenção de passar o resto da minha vida procurando indícios de homens do espaço entre selvagens. Nem comparando genitálias(...) Sir Henry talvez representasse uma opção para a minha solvente situação financeira, mas nunca seria um caminho apreciável. Eu estava ameaçado de pobreza e, naquele instante, distante do

.

> eixo do poder da província. Eu tinha mesmo evitado me envolver com a elite da terra, e meu único amigo ali, o poeta Vaez, era uma boa vida que me oferecia movimentado fins de semana e conversas espirituosas. Sir Henry tinha ensinado que a arquitetura do Teatro Amazonas era por demais complicada para permitir fugas apressadas (p.135-136).

O contra discurso ao método cartesiano parte do princípio que a construção do Teatro Amazonas não poderia ser feita por nativos ou "semicivilizados" devido à complexidade da arquitetura observada pelo olhar europeu. A sátira demonstra que o colonizador a partir da sua própria ideia identitária define o outro e suas competências. O distanciamento entre posicionamentos filosóficos e culturais, entre formas de vida diferentes, faz emergir relações de poder a partir do apoderamento ideológico, do que é ciência e mito por exemplo. Isso significa que a colonização não acontece somente por meio da violência física, mas também por meio da capacidade de justificar uma ideia, e por decorrência, adquirir adeptos de um pensamento que ativa um comportamento pré-determinado.

Por exemplo, com a sistematização de Descartes os saberes que não podem ser comprovados por meio da repetição objetiva de um determinado resultado dificilmente são considerados científicos no mundo ocidentalizado. Um método para ser categorizado, no mínimo, como ciência teórica, parece ter que submeter a hipótese ao método cartesiano ligado ou não ao sistema positivista, ou seja, o princípio da dúvida vinculado a análise de fenômenos observáveis, que podem ser medidos e submetidos a um teste que comprove um resultado por meio do alcance da repetição desse mesmo resultado observado, medido, categorizado.

O contra discurso à ciência ocidentalizada em *Galvez*, porém, faz emergir outras perspectivas ignoradas e ridicularizadas por meio da educação ocidentalizada. Nesse caso, o contra discurso mostra um cientista inglês em busca da comprovação da lenda ameríndia sobre a existência de Jupari. Uma das muitas explicações sobre a origem do mundo está na história que demonstra que uma nativa comeu um fruto e engravidou de Jupari, filho do Sol, que trouxe novas leis existenciais ao mundo. Na crítica fictícia de Márcio Souza, o cientista conecta essa cosmologia com a hipótese da existência de seres extraterrestres. Nessa dinâmica, *Galvez* demonstra "não ter intenção de passar o resto da vida procurando homens do espaço ou comparando genitálias". Essa ausência de perspectiva parece ser justificada pela referência direta a filosofia de Descartes: é uma hipótese base que não pode ser colocada em dúvida para uma divisão de dados objetivos a serem

.

analisados, ou acredita-se ou não. A convicção de ter que passar uma vida buscando um resultado científico sugere um distanciamento da objetividade que o método de Descartes sugere alcançar com segurança. Ao mesmo tempo faz refletir sobre o que interessa ao adepto da ciência moderna: Buscar respostas sobre sua existência ou afirmar os aspectos da inferioridade de outros povos, por meio do distanciamento cultural, para legitimar sua própria superioridade?

Vimos que Descartes influenciou a sistematização do método científico nas sociedades ocidentalizadas, presenciamos sua reprodução no Sistema Educacional na Amazônia. Da mesma forma, o positivismo influenciou o desenvolvimento de áreas do conhecimento e do pensamento social e histórico de maneira ampla no mundo. Por exemplo: a) na configuração do Sistema Educacional, na medida em que os estudos científicos prevalecem sobre os estudos literários; b) na compreensão do desenvolvimento humano, a criança passa pelo estágio teológico, mas sua maturidade é reconhecida com a formação da sua visão científica do mundo; c) coube à escola o dever de ensinar teorias gerais e seus respectivos métodos para refazer a evolução intelectual da humanidade, ao mesmo tempo em que o processo de ensino faz uso das etapas da compreensão física, intelectual e moral; d) a criança adquiriu o dever de compreender e obedecer a ordem social estabelecida, bem como perceber a importância de suas hierarquias.

O dinamismo da mecânica educacional ocidentalizada visivelmente aparece como padrão de ensino nas sociedades colonizadas. Seja por meio da imposição violenta, desencadeada nos processos históricos de colonização, como por meio da legitimação ideológica de um padrão superior de Sistema de Ensino justificado por uma ideia de modernidade: cristianizada, patriarcal, industrial, científica. Critérios constituintes da representação do desenvolvimento e progresso no discurso ocidentalizado. A literatura *Galvez Imperador do Acre* do amazonense Márcio Souza, no entanto, apresenta um contra discurso à pedagogia na Amazônia:

> **PEDAGOGIA**
> As duas vendedoras de fósforos era fruto do trabalho educador do major Freire. Tinham vindo originalmente como criadas, das terras dele no Jurá. Haviam começado a se interessar pelos favores de Vênus nas sessões espíritas. Freire, lendo um livro pornográfico inglês, encontrou a história das vendedoras de fósforos que se preocupavam em baixar o fogo dos homens. Ensinou as duas mulheres e financiou a loja. Era tão vitoriano o major Freire! (p.128)

.

Pedagogia está ligada à palavra latina *PAEDAGOGUS* "o escravo que levava o filho do senhor à escola na antiga Roma e que supervisava, passando em época mais tardia, a ensinar". Esse sentido etimológico é derivado do Grego *PAIDAGOGOS/ pais, crianças + AGOGOS= "LIDER" de AGEIN = "guiar"*. O contra discurso de Márcio Souza debocha das verdadeiras intenções da pedagogia para a Amazônia. Diferente da finalidade humanista e de emancipação humana, a finalidade da educação proporcionada pelo colonizador prioriza a satisfação dos próprios interesses, e delimita o alcance de benefícios do aprendiz em prol da satisfação das próprias necessidades e ambições.

As representações ocidentalizadas influenciaram o sentido de desenvolvimento e progresso na Amazônia. Nessa perspectiva, August Comte em sua obra intitulada *Discurso Preliminar Sobre o Espírito Positivo* (2002) defendeu um governo constituído por uma elite intelectual. Conforme a biografia escrita em sua obra citada, para disseminar as dimensões dessa configuração positivista, foi fundada a *Sicieté Positiviste*, onde em Paris August Comte abriu sua casa para ensinar, "as virtudes do amor, da submissão e a necessidade da ordem para o progresso". Seus pensamentos foram amplamente espalhados pela Europa, bem como pelos territórios colonizados pelas potências europeias.

Nessa perspectiva, no Brasil o filósofo matemático brasileiro Raimundo Teixeira Mendes ,com influências filosóficas de Comte, cunhou o termo "ordem e progresso" na bandeira brasileira com o objetivo de propor a evolução do sistema político. O que na prática significou o objetivo de alcançar a proclamação da república, a defesa sobre a abolição da escravidão, a separação entre a Igreja e o Estado, bem como a incorporação do proletariado à sociedade através de reformas políticas. Em uma visão positivista somado ao contexto industrial, o alcance desses objetivos pode ser entendido como *progresso,* enquanto estabelecimento da organização dos interesses e buscas do sistema social em direção aos princípios científicos, como norteadores do desenvolvimento técnico da civilização.

Vale constar que a palavra civilização vem de "civil/Latim CIVILIS, "relativo a um cidadão, à vida pública, derivado de CIVIS "aquele que vive numa cidade, cidadão""". Nessa perspectiva os indivíduos ou sociedades que não participam dos sentidos orientados pela gestão central de uma cidade são denominados incivilizados, marginais por ficarem à margem da política de uma cidade. Podemos entender, por esse ângulo, porque muitos povos, nativos por exemplo, ainda são

.

categorizados de não civilizados. Essa palavra passou a indicar aspectos da inferioridade de um grupo devido ao seu distanciamento da cultura gerada por uma colonização, e legitimada pela representação da modernidade e do desenvolvimento social, cujo aspectos se encontram na soma entre um pensamento cristianianizado, patriarcal e científico eurocêntrico. Com a Revolução Industrial e a colonização das Américas o discurso ocidentalizado do progresso evidenciou estratégias políticas com finalidades estabelecidas pelo sistema econômico pós-guerra fria.

A ideia etimológica *sistema,* do grego *synístanai* “colocar junto ao mesmo tempo”, denota uma integração funcional complementar de todas as partes de um mesmo organismo para o seu funcionamento pleno. Dessa forma, o que entendemos por sistema político, essencialmente sugere que todas as pessoas trabalham para atender a demanda da sociedade por meio de tomadas de decisões sob os critérios do Estado. Percebemos, porém, que dificilmente encontramos pessoas trabalhando exclusivamente para atender as demandas da sociedade, o mais comum é uma retroalimentação de uma relação de interesses.

Nesse sentido, o contra discurso ao Estado Moderno, presente na literatura *Galvez Imperador do Acre,* sugere que um discurso que justifica o que é moderno, benéfico e natural, quando amplamente disseminado, pode garantir a manutenção de um comportamento coletivo:

> **MAQUIAVEL E O ESTADO MODERNO**
>
> Para evitar novos atritos, decidi baixar um decreto abolindo o imposto sobre a borracha bruta, que agradou em cheio aos proprietários. Eles tinham os lucros aumentados e Blangis teve o seu trabalho facilitado, já que ninguém parecia se importar em ceder uma marquesa imprestável, um consolo italiano, uma mesa de jacarandá ou qualquer outro objeto requisitado pelo meu decorador sempre dedicado. (p.188)

A conexão discursiva entre Maquiavel e o Estado Moderno faz referência às colaborações filosóficas ocidentais para a construção de uma lógica de raciocínio que naturaliza as relações de poder do Estado, por meio da garantia dos benefícios individuais. A ideia de política, no entanto, a princípio parte da busca da satisfação dos interesses coletivos, mas na constituição do Estado Moderno sugere ser um dispositivo discursivo populista para alcançar interesses pessoais.

A referência à Maquiavel na literatura *Galvez Imperador do Acre* do amazonense Márcio Souza não é ingênua. Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um

.

filósofo que nasceu em Florença, enquanto um Estado separado da Itália, em um contexto histórico de disputa política por uma república ou monarquia. Em 1498 foi nomeado chanceler e posteriormente secretário das Relações Exteriores de Florença, o que significa que sua função tratou de representações e redações de textos oficiais. Um posicionamento social que gera, transforma e mantém opiniões coletivas.

Seu pensamento político esteve ligado ao período em que Florença viveu uma República após a saída da dinastia Medice, seguido do período da retomada dessa mesma dinastia política italiana, contexto no qual Maquiavel foi exilado. No exílio o diplomata escreveu *O Príncipe,* obra escrita em 1505 e publicada em 1515, dedicada ao Magnífico Lourenzo de Medice, pelas palavras de Maquiavel enquanto:

> (...) o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas as quais, tendo com grande diligência, longamente perscrutado e examinado (...) de minha parte não lhe possa ser feito maior oferecimento senão o dar-lhe a faculdade de poder (p.7-8)

Nessa perspectiva, qual a relação do pensamento de Nicolau Maquiavel com o Estado Moderno? Por que a literatura amazonense *Galvez Imperador do Acre* foca essa aliança na representação das relações de poder na Amazônia no final do século XIX?

Em busca dessas respostas observamos que Maquiavel fez uma descrição sobre como conduzir os negócios públicos internos e externos e destinou ao Magnífico Lourenzo de Medice. Destacamos em sua obra *O Príncipe*, o capítulo V no qual descreve sobre “De que modo deve - se governar as cidades ou principados que, antes de serem ocupados, viviam com suas próprias leis”:

> Quando aqueles Estados que conquistam, como foi dito, estão habituados a viver com suas próprias leis e em liberdade, existem três modos de conservá-los: o primeiro arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro deixa-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando em seu interior um governo de poucos, que se conservam amigos, porque sendo esse governo criado por aquele príncipe, sabe que não pode permanecer sem a sua amizade e seu poder, e há que se fazer tudo para conservá-los. Querendo preservar uma cidade habituada a viver livre, mais facilmente que por qualquer outro modo se a conserva por intermédio de seus cidadãos. (p.31)

Não é difícil perceber que nos processos de colonização houve a articulação dos três modos de conservação do domínio adquirido. Culturas com leis próprias

.

foram arruinadas por meio de genocídios e epistemicídios, seus espaços habitacionais foram apropriados, e o pagamento de tributos foi uma recorrência encontrada nas relações de poder entre diversos povos. Posteriormente, no contexto pós-guerra fria houve a estabilização do sistema monetário e por decorrência às relações imperialistas mantidas por meio do crédito e dívida. Para entender essa dinâmica e como o contra discurso em Márcio Souza demonstra a constituição do Estado Moderno na Amazônia partimos dos estudos pós-coloniais.

Nessa perspectiva, de acordo com o antropólogo colombiano Arturo Escobar (1995) ao final da Segunda Guerra Mundial instituições nacionais e internacionais do desenvolvimento pós-guerra, produziram discursos de evolução e progresso que estabilizou um novo sentido de desenvolvimento. Esse sentido foi relacionado à propaganda sobre as relações entre Países ricos e Países pobres, cujo grau de desenvolvimento passou a ser medido pela expectativa de um Ocidente próspero, considerado por países ocidentais como curso da evolução e do progresso. Conforme Escobar (1995):

> No período pós-guerra deu-se o descobrimento da pobreza massiva existente na Ásia, África e América Latina (...) A partir de uma definição estritamente quantitativa, dois terços da humanidade foram transformados em pobres, portanto em seres carentes, necessitando de intervenção, quando em 1948 o Banco Mundial definiu como pobres aqueles países cuja renda anual per capta era menor do que u$s 100 ao ano: se o problema era de renda insuficiente, a solução era claramente o desenvolvimento econômico (p.21- 24)

Os estudos pós-coloniais feitos por Edward Said, Rámon Grosfoguel, Enrique Dussel também demonstram o cumprimento funcional do humanismo para legitimar a relação de poder mantida por meio da política econômica pós-guerra.

Arturo Escobar esclarece que por meio do pensamento humanitário novas formas de poder e de controle, mais sutis, foram colocadas em operação. Por meio da criação de novas instituições do poder nos Estados Unidos e na Europa foi promovido o discurso do desenvolvimento que oferece um crédito inédito, que possibilita ascensão econômica por meio de empréstimos elevados, grandes parcelas, e negociações que adiantam o alcance de um grande valor econômico para o indivíduo que não tem esse valor.

Para Arturo Escobar (1995), os pobres transformaram-se em alvo de práticas mais sofisticadas, de uma variedade de programas que pareciam inescapáveis

.

(p.39). O antropólogo demonstra que logo novos órgãos de planejamento das capitais promoveram esse tipo de desenvolvimento que alcançou a todos os aspectos da sociedade. Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Rámon Grosfoguel, concordam com Arturo Escobar quando demonstra que a industrialização, urbanização fora representada por meio de discursos globalizados como caminhos inevitáveis para a modernização. Os estudos pós-coloniais demonstram que essas formas universalistas de desenvolvimento somados às justificativas políticas para intervenção externa na autonomia dos povos levaram a submissão e controle de todas as dimensões da cultura e da vida. Atualmente o discurso do direito a democracia tem justificado a intervenção ocidental em países não ocidentalizados, o contra discurso na literatura *Galvez Imperador do Acre*, no entanto, debocha da contradição entre o sentido e a prática democrática:

> **DEMOCRACIA**
>
> Quando Paes de Carvalho chegou, Trucco praticamente invadiu o gabinete (...)
> **DIÁLOGOS DEMOCRÁTICOS**
> (...) Trucco – Leia o Jornal!
> Paes de Carvalho – Filhos da puta, como podem dizer uma coisa dessas. Eu, um patriota, aliado de americanos. Vão se dar mal, muito mal. Filhos da puta...(...)
> **DEMOCRACIA NA PROVÍNCIA**
> Cinco tiras entraram na redação e invadiram o escritório de João Lúcio, derrubando tudo e obrigando o jornalista a ficar de mãos na cabeça. João Lúcio reagiu e esmurraram ele. Jogaram os grossos volumes de Direito na cara de João Lúcio (...) Um busto de Voltaire observava (...) ouviu o barulho dos canos de ferro destruindo as máquinas, numa sinfonia muito comum na política nacional. João Lúcio cantava a Marselhesa. (p.62 - 65)

O contra discurso à democracia demonstra exatamente a síntese conceitual feita por Aníbal Quijano: um sistema de negociação institucionalizada dos limites, das condições e das modalidades de exploração e de dominação, a Institucionalização dos arranjos de poder. Quando a estabilidade desse arranjo é ameaçada, a democracia se manifesta como finalidade oficial para justificar a interferência externa por meio da violência.

Nesse sentido a relação que Márcio Souza faz entre Maquiavel e o Estado Moderno torna-se mais clara. Para Maquiavel a política deve ser pensada a partir da sua dinâmica real, da qual inclui a natureza dupla do ser humano: animal e homem. Para o homem a Lei, para o animal a força bruta. E o que representa o comportamento de um animal na política? A desobediência à Lei. A partir desse

.

princípio Maquiavel descreve como a violência bem utilizada gera ordem e segurança. Para o pensador o príncipe precisa ser "raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos", usar a animalidade e a humanidade, sob medida, de acordo com as circunstâncias é necessário porque uma sem a outra causa instabilidade. Para Maquiavel a política não deve ser idealizada como foi feito por Platão e Aristóteles, deve-se observar a distância entre como se vive e como deveria se viver, nesse sentido o que abandona o que faz pelo o que deveria fazer está a caminho da ruína. Isso porque uma vez que muitos homens são maus para "o homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruine" (cap. 15). Assim percebemos um rompimento entre a ética cristã, enquanto a busca pelo reino ideal na Terra, por uma ética individualista e relativa que foca na eficácia de movimentos específicos para resultados determinados. O que vai determinar se uma ação foi boa é exatamente se a finalidade foi alcançada.

Se Maquiavel é referência das ciências políticas do que foi denominado de modernidade, a concepção de progresso pode ser percebida como o alcance dessa finalidade individual de manutenção e expansão do domínio privado (individual/minoria) sobre o público (coletivo/maioria). O desenvolvimento aparece enquanto meio para a finalidade. O alcance da finalidade é adquirido pelo equilíbrio das forças, entre ser temido e ser bem visto, entre manter o domínio e ao mesmo tempo instigar a produção com discursos prósperos e disponibilização de benefícios, entre conflitos e propostas eficientes de soluções. A assimilação da cultura do vencedor pelo vencido estabelece o sentido moderno de desenvolvimento.

Nessa perspectiva a literatura *Galvez Imperador do Acre* escrito pelo amazonense Márcio Souza apresenta um contra discurso ao posicionamento ideológico de um líder típico que pode esclarecer uma possível interpretação do sentido moderno do desenvolvimento e progresso, ligado às contribuições do pensamento de Maquiavel com o Estado Moderno:

> **O LÍDER BEM TÍPICO**
>
> Burlamaqui sempre esperara por uma oportunidade como aquela. Não era qualquer um que podia planejar o fim de um governo ruím e executar seus planos com pleno êxito. Muitas vezes se irritava com o próprio governo brasileiro e seus civis ineptos e corruptos, seus políticos venais e seus funcionários sempre em falcatruas. Todos ricos, enquanto ele era obrigado a viver de um soldo modesto. Planejava minuciosamente o cerco e a queda de meu Império como se fosse o modelo em miniatura de projeto mais amplo. (p.213)

.

Se fizermos uma alegoria do sentido moderno de desenvolvimento e progresso com o contra discurso mencionado, o desenvolvimento pode ser associado ao *modelo em miniatura do plano para por fim ao governo.* O progresso, o projeto mais amplo: a instauração do poder do conquistador legitimado e mantido por meio do discurso político democrático e do direito a liberdade.

Progresso e Desenvolvimento: O que é?

Percebemos nos estudos de Edward Said que na dinâmica imperialista *progresso* significou alcançar o domínio cultural de uma sociedade sobre a outra. O pensador palestino demonstra, por exemplo, como pensadores ocidentalizados disseminaram aspectos de inferioridade por meio do Sistema de Ensino; como intelectuais foram cooptados para legitimar o imperialismo europeu; como literaturas que descriminam o não europeu foram utilizadas e globalizadas para manter os aspectos de uma superioridade eurocêntrica; como discursos políticos normalizaram os processos de colonização com base em discursos cientificistas ocidentalizados; e como o Sistema de Ensino ocidentalizado mantém os aspectos de inferioridade e superioridade a partir da representação de uma literatura universal, que, no entanto, abrange pensadores exclusivamente ocidentalizados.

O autor parte do contexto em que a cultura europeia ganhou força e identidade comparando-se com o Oriente, por meio da atitude executiva do colonialismo europeu do século XIX e início do século XX. Com a globalização de livros ocidentalizados e organizações de congressos houve uma distinção ontológica e epistemológica entre a ideia de um Ocidente frente ao Oriente, do qual a academia serviu para legitimar ideias de uma modernidade eurocentrada de validação do conhecimento, culturas e povos. O autor contextualiza esse processo no século XVIII enquanto um momento em que é possível perceber o orientalismo enquanto uma instituição autorizada para fazer declarações sobre o não ocidental, como método da colonização e dominação europeia dos territórios não ocidentais. Para o autor essa articulação ocorreu a partir do início do século XIX até o final da Segunda Guerra, quando a França e a Inglaterra dominaram o Oriente e o orientalismo. Os estudos pós-coloniais esclarecem, conforme Said, que desde a Segunda Guerra os Estados Unidos têm dominado o Oriente, e o abordam do mesmo modo em que a França e a Inglaterra o fizeram outrora. Segundo Said (1990):

.

> Dessa proximidade, cuja dinâmica é enormemente produtiva, mesmo que sempre demonstre a força comparativamente maior do Ocidente (britânico, francês ou americano), vem o grande corpo de textos que eu chamo de orientalistas (p.16)

Nessa dinâmica, conforme o autor, a partir do final do século XVIII surgiu a representação de um Oriente adequado para estudos na academia, para reconstrução no departamento colonial, ilustração teórica para teses antropológicas, biológicas, linguísticas, políticas, sobre a história do homem e do universo, "para exemplos de teorias econômicas e sociológicas de desenvolvimento, revolução, personalidade cultural e caráter nacional ou religioso" (p.19). Edward Said esclarece que isso aconteceu primeiro por meio de acordos sobre quem e o que era ser oriental, depois por uma lógica detalhada sobre um conjunto de desejos, repressões, investimentos e projeções (p.19). Dessa forma, a representação do não ocidental atrasado, primitivo, exótico, bárbaro, terrorista, necessitados da salvação cristã, do desenvolvimento científico e do progresso político, foi globalizada por meio de escritores, professores, economistas e sócios dos movimentos europeus.

Conforme Edward Said, Silvestre de Sacy, Ernest Renan e Edward William Lane foram os precursores da representação ocidentalizada de um Oriente, cuja imagem foi sistematizada em uma base científica e racional globalizada por um Sistema de Ensino ocidentalizado. Nesse sentido, Silvestre de Sacy foi o primeiro europeu moderno e institucional que situou os árabes no Oriente em um quadro de erudição moderna, pela primeira vez, escreveu sobre o Islã, a literatura árabe, religião drussa e a Pérsia sassánida, e por esse motivo considerado o pai do orientalismo. As obras de Silvestre de Sacy, segundo Said, são didáticas, revisionistas, caracterizadas como compilações que foram criadas, pela primeira vez, como materiais de estudo pioneiros para os interessados no Oriente. Foi também o professor de Champollion e de Franz Bopp, o fundador da linguística comparada alemã, e tornou-se referência base para a compreensão de um mundo oriental. De acordo com Said (1990):

> (...) muitos dos tradutores orientalistas de Napoleão eram alunos de Sylvestre de Sacy, que, a partir de junho de 1796, foi o primeiro e único professor de árabe na Ecole Publique des Langues Orientales. Sacy tornou-se mais tarde o professor de quase todos os grandes orientalistas da Europa, onde os seus alunos dominaram o campo por cerca de três quartos de século. Muitos deles foram politicamente úteis, do mesmo modo que vários haviam sido para Napoleão no Egito. (p.92)

.

Dessa forma, os estudos de Edwad Said mostram que o trabalho de Sylvestre de Sacy “pôs diante da profissão todo um corpo sistemático de textos, uma prática pedagógica, uma tradição erudita, e uma importante ligação entre a erudição oriental e as políticas oficiais” (p.133). Esses estudos pós-coloniais sugerem que a partir de Sylvestre de Sacy foi possível institucionalizar a prática acadêmica, ocidental, de traduzir fragmentos para justificar a análise e julgamento do observador, e não a objetivamente a realidade do observado.

Nesse sentido, conforme Said coube a Ernest Renan solidificar o discurso oficial do orientalismo, sistematizar as percepções correspondentes, e estabelecer as instituições intelectuais ocidentais. Ernest Renan associou o Oriente às mais recentes disciplinas comparativas, com destaque à filologia enquanto mente moderna constituída pelo racionalismo, liberalismo, crítica . Em *Histoíre générale et systéme comparé des langues sémitiques reflexóes sobre os laces entre a lingüística e a anatomia,* é possível encontrar a distinção entre línguas orgânicas e inorgânicas. O processo orgânico e biologicamente regenerativo é representado pelo indo-europeu, e ao contrário o não regenerativo e estático é associado ao semítico.

O trabalho de Ernest Renan, conforme Said, está ligado à redução de uma língua às suas raízes, às raízes da raça, mente, caráter, temperamento. Para Said “todo esforço de Renan foi para negar a cultura oriental o direito de ser gerada, a não ser artificialmente no laboratório filológico” (p.156) Sua obra *Systéme comparé et histoire générale des langues sémítiques* (1848) colocou a linguagem como instrumento de comparação entre os diferentes estágios do desenvolvimento da mente, o que exemplifica a construção de um projeto científico. Conforme Said para Ernest Renan ser filólogo significou romper com qualquer conexão com o Deus cristão para dar lugar à uma nova doutrina, sua finalidade foi o cumprimento desse progresso.

Nesse contexto, a prática ocidental em descrever outros povos, e por descrever, se auto caracterizar como moderna e avançada, estabeleceu as bases da constituição do sistema de conhecimento científico eurocêntrico. Conforme Edwad Said, Edward William Lane, assim como Silvestre de Sacy e Ernest Renan ao residir no Egito entre 1825-8 e 1833, escreveu *An account of the manners and customs of the modern egyptians (1836)* observação histórica e antropológica descritiva do País e seus habitantes. Devido ao seu estilo e aos seus detalhes tornou-se influente para instituições e agências europeias que buscaram informações sobre o Egito.

.

Conforme Edward Said, o que Sacy, Renan e Lane fizeram foi pôr o orientalismo sobre uma base científica e racional que separou o não ocidentalizado da categoria de desenvolvimento e progresso moderno. Depois deles, a reprodução de um vocabulário que estabeleceu os aspectos de inferioridade e superioridade de um Ocidente desenvolvido, europeu, científico, cristão, moderno, frente ao “Outro”: atrasado, primitivo, mítico, bárbaro, terrorista, exótico, dependentes do progresso europeu.

O *progresso*, nessa perspectiva, fica evidente enquanto o “alcance” do domínio da representação institucional, erudita, racional, moderna, do não ocidentalizado. O *desenvolvimento*, nesse horizonte, demonstra uma dinâmica de dês – envolver as informações culturais integradas de uma sociedade ao tempo, espaço e consciência, para transformá-las em dados separados por disciplinas a serviço de interesses imperialistas. Conforme Edwad Said as elaborações dessas compilações serviram para a maior aquisição territorial: A Europa colonizou 85% da terra por volta da Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, o autor esclarece que o orientalismo moderno deriva de instituições como escolas de idiomas do exército durante o pós-guerra, o interesse governamental e empresarial pelo mundo não ocidental durante o período do pós-guerra, a concorrência da Guerra Fria com a União Soviética. Said esclarece que:

> Em 1958, por exemplo, o Middle East Institute - um corpo semigovernamental fundado para supervisionar e patrocinar o interesse pela pesquisa no Oriente Médio - produziu um Report on current research [Relatório sobre a pesquisa atuall. A contribuição "Estado atual dos estudos de árabe nos Estados Unidos" (feita, de maneira bastante interessante, por um professor de hebraico) é prefaciada por urna epígrafe que anuncia que "o conhecimento de línguas estrangeiras deixou de ser, por exemplo, um território exclusivo dos estudiosos de humanidades. É um instrumento de trabalho para o engenheiro, o economista, o cientista social e muitos outros especialistas". (p.296)

Da mesma forma, as generalizações eurocêntricas sobre o que entendemos por Oriente são reproduzidas nas Américas a partir dos relatos de viagens de aventureiros, colonizadores, imperialistas, discursos corporativistas como extensão de uma pretensão econômica euro centrada.

Assim, o *progresso* na modernidade se apresenta como discurso econômico em prol da mudança do estado da cultura local para a assimilação da cultura da potência econômica aliada ao governo do Estado. O *desenvolvimento* des - envolve

.

as estruturas integradas locais, por meio de empreendimentos externos por exemplo, para tornar esse *passo* possível.

A representação ocidentalizada do colonialismo, imperialismo, corporativismo, avanço científico, enquanto único caminho possível para o desenvolvimento e progresso moderno, naturalizou a profunda desigualdade do acesso aos recursos necessários à vida no Oriente, nas Américas, na Amazônia. Enquanto o discurso heroico da democracia justifica a intervenção em Países ricos em recursos naturais, a literatura *Galvez Imperador do Acre* do amazonense Márcio Souza apresenta a ambição, vaidade, luxúria, como pulsões imperialistas condenadas à incompetência administrativa e por consequência à queda do Império:

> **MINHA DEPOSIÇÃO**
>
> Burlamaqui entrou no Palácio e recebeu uma baforada de calor e fumaça de charutos. Estava me procurando e queria a honra de me depor pessoalmente. Começou a vasculhar a confusão de bêbedos e mandou arrombar todos os quartos, surpreendendo quadros memoráveis. Blangis foi preso quando banhava duas ninfas com chamanha, e Thaumaturgo Vaez, quando dormia num sofá em meu gabinete, completamente despido com a deusa Vênus (uma linda colombiana vinda de Manaus). Fui localizado dormindo entre várias garrafas de xerez, protegido pela escuridão e o abandono do caramanchão. Bulamaqui me puxou pelo colarinho e eu não ofereci nenhuma resistência (...) Os sinos da igreja começaram a repicar anunciando o século XX (...) Eu fui derrotado pelo século XX (...) Vivi na Amazônia os momentos mais intensos da minha existência e depois comecei a exercitar a minha morte(...) (p.218-219)

O contra discurso ao *desenvolvimento* e *progresso* em *Galvez* faz emergir o comportamento colonizador na Amazônia. Os vícios do indivíduo são equivalentes aos vícios imperialistas históricos, a combinação explosiva do álcool com o fogo do charuto corresponde às guerras por domínio territorial. O álcool apaga a memória como as guerras apagam saberes. O álcool amortece o corpo e a mente como a bomba cultural. A orgia se equivale a entrega dos corpos físicos e mental como resposta ao estímulo de uma organização econômica externa, ainda por controle, lucro e expansão de um domínio sem limites.

No século XX a representação eurocêntrica dos aspectos da inferioridade e superioridade entraram em vigor. O que Maquiavel recomendou para manter o poder, em meados de 1500, é facilmente percebido no Estado Moderno no Século XXI: estabelecer relações de amizade política e disposições de benefícios; usar a brutalidade física quando as Leis não funcionarem; cobrar tributos e ao mesmo

.

tempo estimular a produção dos indivíduos por meio de propagandas e benefícios; utilizar o medo, mas tornar-se bem visto; gerar conflitos internos para expandir o domínio por meio de soluções eficientes para o conflito ocultamente criado. Essas características emergem na literatura de Márcio Souza de 1976 por meio da representação das relações de poder na Amazônia na colonização do final do século XIX. A identificação de recursos coloniais do séc. VI na Amazônia do século XXI nos faz questionar sobre o verdadeiro sentido de desenvolvimento e progresso.

Compreendemos que *progresso* é um termo neutro referente a mudanças de estágios. Se foi utilizado para garantir a manutenção de um sistema econômico com base na exploração ilimitada de recursos limitados, os estudos pós-coloniais fazem emergir uma nova alternativa: o resgate da memória das culturas que foram silenciadas, a conscientização das alianças políticas e suas implicações no comportamento social por meio dos acordos internacionais e do mecanismo colonizador atual: crédito e juros. O resgate da memória consiste em evitar contínuas explorações externas por meio de uma elite imperialista.

Nessa perspectiva, a colonização se faz presente, camuflada pela disseminação de uma cultura moderna ocidentalizada eurocêntrica, superficial, que naturaliza a violência, dissemina medo e estereótipos para manter e expandir o domínio pelos gestores dos centros econômicos mundiais. A literatura amazonense *Galvez Imperador do Acre,* no entanto, demonstra que é possível descolonizar a mente por meio da criação literária, contextualizada, que fala ao poder por meio do contra discurso ao desenvolvimento e progresso que não supre às necessidades locais.

Assim, os estudos pós-coloniais possibilitam o acesso às pesquisas descentralizadas do controle eurocêntrico, ao mesmo tempo em que as literaturas pós-coloniais desmitificam e descaracterizam a seriedade científica com finalidades imperialistas. O *progresso,* enquanto mudança de estágio, pode ser visto como perspectiva da aquisição da liberdade da existência em compartilhar uma cultura local sem ser mais submetida à política cultural de dominação, globalizada, pelos centros econômicos europeus. O *desenvolvimento* pode estar em des-envolver as redes de verdades ocidentalizadas com a ação singular de produzir e valorizar a própria cultura, pesquisas, soluções, iniciativas técnicas locais, por meio das virtudes e talentos fazer saber a própria história.

.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesse breve estudo compreender como o contra discurso ao *desenvolvimento* e *progresso* na Amazônia, em *Galvez Imperador do Acre* do amazonense Márcio Souza, apresenta a desconstrução das representações políticas-ideológicas da relação entre colonizador e colonizado.

O contra discurso apresenta uma descolonização epistemológica na medida em que demonstra que as literaturas, filosofias, e concepções eurocêntricas de caráter universalista não dão conta de explicar as relações sociais na Amazônia. Por outro lado, por meio da sátira, do deboche, dos aspectos grotescos, o contra discurso faz emergir referências à literatura universal, enquanto um marcador dos vícios das relações políticas e sua promiscuidade financeira.

A literatura contra discursiva tem o potencial de instigar o leitor a fazer investigações autônomas sobre as contradições entre os discursos políticos oficiais e a realidade. O contra discurso, por meio de um humor sagaz, desarma a consciência programada para fornecer respostas prontas, validadas por meio do conhecimento erudito, moderno, ocidentalizado. Nesse sentido, conforme os estudos pós-coloniais o domínio de um único sistema de validação ocorreu em um contexto específico. A partir da colonização das Américas pela primeira vez foi construída, e globalizada, uma única história mundial, que representou a Europa como centro da modernidade. Esse feito estabilizou sentidos de inferioridade e superioridade a partir das descrições, interpretações, análises, estudos, pesquisas, reflexões, do colonizador sobre seu contato com o colonizado, da representação de um mundo oriental à representação da Amazônia.

A institucionalização do conhecimento ocidental sobre o não ocidentalizado teve como precursores das disciplinas modernas, muitos estudiosos que não alcançaram a neutralidade em suas obras. Por serem fundadores de disciplinas acadêmicas, ou ligados às lideranças imperialistas contextuais, tornaram-se fontes e referências de pesquisas no centro Europeu. Dessa forma, por meio da reprodução de conceitos, fundamentos, sistematizações, classificações, categorias, filosofias modernas, estereótipos foram globalizados por meio do Sistema de Ensino Ocidentalizado. Assim, a colonização não se limitou ao domínio do corpo e território, mas se estendeu ao domínio de sentidos, que foram globalizados por meio da criação de um sistema-mundo eurocêntrico. Nesse sentido, a partir do contexto pós-

.

Guerra Fria, podemos perceber uma política discursiva eurocêntrica globalizada, que define quais são os valores modernos, e reproduz massivamente representações binárias: como é o ser humano desenvolvido e atrasado, quais são seus comportamentos, buscas, rejeições, desvantagens e benefícios para o indivíduo que reproduzir o comportamento vendido como moderno.

Nessa perspectiva, o contra discurso ao desenvolvimento e progresso demonstra como o conhecimento ocidental contribuiu para legitimar as relações de domínio imperialista. A conexão que o contra discurso ao *desenvolvimento* e *progresso* faz com Maquiavel e o Estado Moderno, por exemplo, demonstra que os comportamentos políticos na Amazônia, do final do século XIX, são equivalentes às orientações que Maquiavel faz para aquele que pretende ser um *Príncipe,* no contexto do séc. XVI. Para governar sociedades que viviam com suas próprias leis: arruiná-los, ocupa-los pessoalmente, arrecadar um tributo e criar em seu interior um governo de poucos, que se conservam amigos. Cobrar tributos, mas estimular a produção individual por meio de benefícios, para que o chefe seja bem visto. Esses comportamentos com finalidades particulares e específicas são facilmente percebidos no curso da colonização às relações de poder na Amazônia.

Conforme os estudos pós-coloniais, a partir dos processos históricos de colonização, a manutenção das relações de poder foi estabilizada no contexto Pós-Guerra – Fria, por meio da criação e atuação de organizações financeiras internacionais. A partir dessas grandes esferas de decisões são criados programas globais para serem desempenhados dentro dos Estados aliados, do currículo à economia. Nesse sentido, o contra discurso ao *desenvolvimento* e *progresso* demonstra como as grandes referências da academia moderna são utilizadas para normalizar as relações estabilizadas no contexto pós-guerra. Percebemos que a linha de descrição que demarcou o velho e o novo mundo na era colonial está presente estruturalmente no pensamento moderno ocidental, e constitui relações políticas culturais, cujo discurso da inclusão tem significado incluir o diferente no sistema mundial estabelecido depois da Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, o contra discurso ao *desenvolvimento* e *progresso* colabora para um pensamento pós-abissal: considera o conhecimento ocidentalizado sobre uma história universal apenas como um lado descritivo dessa mesma história, e faz emergir a co-relação entre a história universalizada e a história descrita por meio das

.

pesquisas dos que foram colonizados, excluídos e silenciados, do curso da colonização física ao domínio ocidental da descrição globalizada do mundo.

Nesse sentido, do controle da valorização do valor ao domínio cultural por meio dos programas globais deliberados pelos órgãos financeiros internacionais, a história é dinâmica e apresenta contextos fundamentais para compreendermos por que em pleno século XXI ainda não conseguimos evitar as influências do curso da colonização. Por que apenas um modelo de desempenho existencial nos parece avançado, e por que apenas um caminho nos parece eficiente e possível. Imersos na descrição do mundo ocidentalizado somos estimulados a nos comportar e seguir a direção que nos oferece benefícios financeiros, e nos alerta, para as desvantagens em não seguir a direção descrita do fluxo moderno.

O contra discurso ao desenvolvimento e progresso impulsiona a busca por respostas, além do conhecimento eurocêntrico, sobre as contradições da nossa própria história. Os estudos pós-coloniais nos direcionam a um resultado evidente. Depois da Segunda Guerra Mundial os representantes dos Países vencedores criaram a Organização das Nações Unidas, com a finalidade de garantir a cooperação internacional e a paz. Paradoxalmente, com o objetivo de lutar contra as forças ideológicas políticas, independentes, não ocidentalizadas. Logo, por meio da criação dessa organização internacional tornou-se possível normalizar a luta contra os Países que resistem ao domínio de um padrão de poder global.

Nessa perspectiva, os estudos pós-coloniais e a literatura *Galvez Imperador do Acre,* do amazonense Márcio Souza, demonstram que para entender os conflitos e as guerras entre Países, intervenções externas, causas e decorrências, é fundamental saber qual é a ligação desses Estados com as organizações financeiras internacionais. As leis ligadas aos propósitos que originaram essas organizações tendem a deliberar diretrizes bases, por meio da criação de programas globais para o desenvolvimento e progresso moderno*,* para serem desempenhados por seus Estados aliados, por meio de programas culturais nacionais. Países que não se submetem a essas alianças, políticas ou diretrizes, aparecem em constante conflito, com os Países que integram essas organizações, e seguem seus regulamentos, em troca de créditos.

Atualmente, as colônias consideradas recém-independentes, os Estados Nacionais, ou simplesmente os Países habitados por sociedades consideradas livres, não estão livres das políticas internacionais dessas grandes esferas de

.

decisões como, por exemplo, Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, UNESCO. Interessante notar, que os membros fixos, e que tem poder de veto, são os relacionados aos Países vencedores da Segunda Guerra.

Nessa perspectiva, percebemos com os estudos pós-coloniais uma mecânica política que mantém e busca expandir constantemente controles territoriais por meio da política da homogeneização cultural. A reprodução de um padrão de juízos de valores é possível a partir do curso da formação cultural, por meio do contato massivo do indivíduo com a descrição do mundo ocidentalizada, que estabiliza os aspectos da superioridade e inferioridade.

Em síntese, quando nascemos somos imersos na descrição ocidentalizada do mundo, que apresenta benefícios para o indivíduo que seguir o comportamento do fluxo, e desvantagens para o indivíduo que seguir um caminho diferente. Assim, somos levados mais a reproduzir do que a criar novos modelos culturais e econômicos que possam ultrapassar os limites da necessidade básica do acesso aos recursos para a sobrevivência, e proporcionar o melhor desempenho das potencialidades humanas. Isso porque o lucro é baseado na escassez, mas há evidencias de termos tecnologia suficiente para que todas as pessoas tenham acesso aos recursos necessários, independente de classes sociais. Novas alternativas apareceram como o modelo baseado em recursos, cuja referência hoje pode ser situada pelo trabalho do engenheiro futurista Jacques Fresco, e do movimento Zeitgeist.

Dessa forma, tanto a literatura *Galvez Imperador do Acre,* de Márcio Souza, como os estudos pós-coloniais demonstram que a política globalizada não tem utilizado os recursos para suprir as necessidades e sim para vender soluções fragmentadas. Percebemos, nessa dinâmica, que o colonialismo levou à colonialidade do poder. Esse termo trabalhado por Aníbal Quijano demonstra a instalação, pela primeira vez, de um padrão de poder verdadeiramente global. A Colonialidade do poder é a classificação da população mundial, a partir da ideia de “raça”, para a articulação de todas as formas de controle do trabalho. Assim, a partir da ideia da raça branca como superior, do cristianismo como única teologia válida, e da representação da cultura eurocêntrica como moderna, políticas globais são criadas e autorizadas por meio das organizações financeiras internacionais.

.

Com a finalidade de desenvolverem programas globais dentro dos Países aliados, ao mesmo tempo somam força para buscar a anexação dos não ocidentalizados, por meio de grandes ofertas de créditos e benefícios, ofertados com discurso político em prol do humanismo, democracia, liberdade, diversidade, inclusão, desenvolvimento e progresso. O contra discurso faz emergir estratégias coloniais de dominação, por trás da grande oferta de crédito – a grande corrente da dívida. Incluir o diferente na garantia do acesso humanitário também sugere incluir a diversidade em um mesmo sistema-mundo eurocêntrico.

Países não ocidentalizados que resistem à instalação de um único padrão de poder global passaram a serem submetidos às políticas econômicas internacionais. Seja por sanções, ou representações midiáticas ocidentais, que justificam os aspectos da inferioridade às interferências externas em seus territórios, por meio de guerras legitimadas por discursos democráticos, porém, unilaterais. O contra discurso ao *desenvolvimento* e *progresso* demonstra a fundamental importância em ouvirmos a representação e o representado. Não somente as fontes de notícias eurocêntricas, mas também as fontes de notícias situadas no âmbito do representado.

O contra discurso e os estudos pós-coloniais faz emergir a importância da contextualização da pesquisa, para que o caráter cartesiano descontextualizado não limite soluções locais possíveis, por meio de validações padronizadas, de receitas de desenvolvimento, universalizadas e eurocêntricas. Os estudos pós-coloniais fazem emergir uma proposta filosófica na América Latina em direção da colaboração no processo de superação do subdesenvolvimento e da dependência, por meio da reflexão sobre o nosso ser e nossa realidade. Filosofar contextualmente, enquanto método para resolver os problemas locais, específicos, a partir da realidade, voz, saberes, potencialidade criativa, dos silenciados.

Ter acesso e inserção comprometida com a práxis-histórica é possível por meio do choque que o contra discurso ao *desenvolvimento* e *progresso* gera no leitor. Concluímos assim, que a literatura *Galvez Imperador do Acre* do amazonense Márcio Souza é uma literatura pós-colonial.

A inserção de literaturas pós-coloniais no currículo pode desobstruir as formas estreitas do pensar *desenvolvimento* e *progresso* para a Amazônia. Estimular o potencial criativo do leitor na busca e construção de soluções locais, por meio da consciência política enquanto comprometimento com a vida coletiva.

.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES**. A Política**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

BHABHA, H.K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BINSZTOK, Jacob. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. RJ : Ed. Lamparina. 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas*:*** estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAMAYSAR, Rosabis. **Três iniciados o Caibalion:** estudo da filosofia hermética do antigo Egito e da Grécia. Disponível em: <http://www.tattwa.org.br/livros/Caibalion_Tr%C3%AAs_Iniciados.pdf >. Acessado em março de 2015.

CASANOVA, Pablo González. **O Imperialismo hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo, 2005.

COMTE, Augusto. **Discurso preliminar sobre o Espírito Positivo**. Trad. Renato Barbosa Rodrigues Pereira. Ed. Eletrônica Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <www.jahr.org>. Acessado em março de 2015.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em:

.

<http://enriquedussel.com/DVD%20Obras%20Enrique%20Dussel/Textos/15-4/filosofia_da_libertacao.pdf >. Acessado em março de 2015.

DUSSEL, Enrique D. **20 Tesis de Política**. México: Ed. CLACSO, 2006. Disponível em: < www.clacso.org >. Acessado em março de 2015.

DUSSEL, Enrique. **16 tesis de economía política.** Interpretación filosófica, Siglo XXI, México: CLACSO, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurêncio de Melo. Prefácio de Jean-Paul Sartre. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GIANNOTTI, José Arthur. **Comte** (Col. Os Pensadores). Trad. Miguel Lemos e José Arthur Giannotti. Ed. Abril Cultural, São Paulo: 1978. Disponível em: https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/colecao_os_pensadores_auguste_comte_-_obra_e_vida.pdf. Acessado em junho de 2015.

GOMES, Letícia; NENEVÉ, Miguel. **A Descolonização em Mad Maria de Márcio Souza**: o contra - discurso ao "progresso" na Amazônia. REALIS.2011

GOMES, Luiz Souza. **América Latina**: seus aspectos sua história seus problemas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1966.

GONÇALVES, L. A. O e Silva, P. B. G. **O jogo das diferenças**: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GROSFOGUEL, Ramón**. El concepto de racismo en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿**teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? Bogotá, Colombia:Tabula Rasa, n. 16, p. 79-102, Janeiro-Junho de 2012.

.

GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: Reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontifícia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>. Acessado em junho de 2015.

GROSFOGUEL, Ramón**.** Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, março de 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. Racismo epistémico, islamofobia epistémica y Ciências Sociales coloniões. **Tabula Rasa.** Bogotá, Colômbia, No.14: 341-355, enero-junio 2011.

HEGEL, G. W. F**. Princípios da Filosofia do Direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUNTINGTON, Samuel. **El conflicto de civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial**. México: Paidós-Ibérica,1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires, Argentina: Ed. CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acessado em junho de 2015.

LIMA, Simone de Souza. **A literatura da Amazônia e suas fronteiras**: Ficção e História na obra de Márcio Souza. Acre: Cia Irreverente, 2009.

.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**.** Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

MACHIAVELLI, Niccoló. **O Príncipe**. Ed.Ridendo Castigat Mores. Disponível em: < http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf >. Acessado em junho de 2015.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Cambiando las éticas y las políticas del conecimiento**: La lógica de la colonialidad y la postcolonialidad imperial.

MIGNOLO, Walter. **The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference**. The South Atlantic Quarterly **.**101(1): 57-96. 2002.

NENEVÉ, Miguel. **Educação Multicultural e Formação Docente**. Currículo sem Fronteiras, v.8, n.1, p.31-48, Jan/Jun., 2008.

PANSINI, Flávia; NENEVÉ Miguel. **Educação Multicultural e Formação Docente**. Currículo sem Fronteiras, v.8, n.1, pp.31- 48, Jan/Jun. 2008.

PERKINS, John. **Confissões de um assassino econômico**. Trad. Henrique Amat Rego Monteiro. São Paulo: Ed. CULTRIX, 2004.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Ed.Martin Claret., 2007.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Ed. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

.

RESNICK, Howard J. (org). Bhagavad – gitã As Is.The Bhaktvedanta. São Paulo: Book Trust, 1976.

ROUSSEAU. Jean – Jacques. **Do contrato social**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente**.** Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras.1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do Pensamento Abissal:** Das linhas globais a uma ecologia de saberes. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>. Acessado em junho de 2015.

SOUZA, Márcio. **Amazônia e Modernidade**. Em Estudos Avançados. USP. Maio/Agosto de 2002. Vol 16, n 45 (31 1 36).

SOUZA, Márcio**. Mad Maria**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUZA, Márcio. Galvez Imperador do Acre. São Paulo: RECORD, 2010.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

SPINOZA, Benedictus. **Ética demonstrada em ordem geométrica.** Trad. Roberto Brandão, s/d. Disponível em: < http://www.filoczar.com.br/filosoficos/Espinoza/93539070-Baruch-Spinoza-Etica-Demonstrada-a-maneira-dos-Geometras-PT-BR.pdf > Acessado em Janeiro,2015.

WILLIAMS, Eric. 944. **Capitalism and slavery. Chapel Hill: University of North Carolina Press.** Publicado en castellano: Capitalismo y esclavitud. Buenos Aires.1973

.

ZEITGEIST: **Moving Forward**. Direção e Produção de Peter Joseph. Nova York: Peter Joseph, 2011. Disponível em: < http://www.zeitgeistmovie.com/>. Acessado em março, 2014.

ZEITGEIST: **ADDENDUM**. Direção e Produção de Peter Joseph. Nova York: Peter Joseph, 2008. Disponível em: < http://www.zeitgeistmovie.com/ >. Acessado em março, 2014.

ZEITGEIST: **The Movie**. Direção e Produção de Peter Joseph. Nova York: Peter Joseph, 2007. Disponível em: < http://www.zeitgeistmovie.com/ > Acessado em março, 2014.

.